

Edna Lemes Martins Pereira

**MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO  
EM PORANGATU NA DÉCADA DE 1950**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
GOIÂNIA - 2004

Edna Lemes Martins Pereira

**MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO  
EM PORANGATU NA DÉCADA DE 1950**

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em Educação, Curso de  
Pós-Graduação da Universidade Católica de Goiás.  
Área de concentração: Escola, Sociedade e Cultura.  
Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Oliveira Brito

GOIÂNIA

2004

[...] Curiosamente Porangatu conserva um dos mais íntegros conjuntos entre as velhas cidades de Goiás. Na mecânica de algumas cidades antigas as praças centralizam ruas de acesso radiantes obtêm-se a preservação do centro pelo anteparo que as ruas mais recuadas impõe à avalanche dos tempos modernos. É que, por incidente ali chegou a Belém-Brasília, o córrego do Congo era passagem rodoviária pouco recomendável. Mas fácil o acesso a partir do espigão leste. E por esse fato salvou-se o essencial da velha Porangatu. Cabe agora a seu povo mantê-la e preservá-la, como testemunho vivo da mais extrema conquista a Noroeste que Goiás pôde fazer durante seu primeiro século. (BERTRAN. O Popular. 1979, p. 32 ).

Ao meu esposo, Luiz, que, com seu amor, deu-me forças para superar todos os obstáculos.

A meus filhos, Edio Neto, Leandro e Gabriel, que, com seu carinho e compreensão, suportaram a minha ausência.

A meus pais, Edio e Darci, e a meus irmãos, pelo apoio e amor constante durante mais esta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Em que pese à autoria individual, um trabalho como este é sempre o resultado de esforços, participações diversas e alguns sacrifícios pessoais. Dentre os primeiros, destaco a colaboração especial de todos os professores do Mestrado em Educação, por me haver proporcionado ampliar meus conhecimentos, dando-me, além do apoio pessoal, o aporte teórico e pedagógico necessários à obtenção dos créditos e à realização desta pesquisa.

A professora Dra. Maria Helena de Oliveira Brito, pelo carinho, seriedade e dedicação em todas as fases da orientação e por ter conseguido despertar em mim algo maravilhoso, que é o gosto pela pesquisa, a minha admiração sincera.

Às colegas da UEG, Unidade de Porangatu, Elinéia, Genilda, Silma, pelas viagens, pela camaradagem e por terem percorrido comigo as idas e vindas de Porangatu a Goiânia durante as primeiras disciplinas do curso.

A todos os colegas e funcionários da UEG e do colégio Estadual Professora Stelanis Kopanakis Pacheco, pela amizade, pelo apoio, em especial a todos aqueles que partilham agora desta alegria.

A Ivete, Jeane, Maria Doralice, Maurina, Nayda, Nely, Maria José e Ruth, pela amizade e contínuo estímulo.

A vocês, Ana Maria, Fernanda, Joelma, Magda, Maria Doralice, Parê, Solange, Silvia e Walquiria, que contribuíram com sugestões, críticas e revisões na realização desta pesquisa.

A toda a equipe da Pastoral da Família, que compreendeu minha ausência nos encontros e que, através de seu carinho e de suas orações, me deram forças para enfrentar todos os desafios.

A Luzia, William e Marcos, da secretaria do Mestrado em Educação, pela atenção e carinho que tiveram por mim durante todo o curso.

A todos os colegas do mestrado, pelo companheirismo, pela partilha de conhecimentos, por terem me proporcionado momentos tão agradáveis durante as aulas e pela acolhida em Goiânia que me fizeram sentir tão em casa.

Às novas amigas Maria Adevanir (Goiânia), Elaine (Goiânia), Jocyléia (Palmas), Marilene (Barra do Garças), Rosemary (Catalão) e Varlúcia (Goiânia), verdadeiros anjos enviados por Deus para me auxiliarem nesta caminhada e que partilharam comigo ansiedades, dificuldades e alegrias.

Aos funcionários do AGP - arquivo Geral de Porangatu, DPP - Departamento Pessoal de Porangatu, AHE - Arquivo Histórico do Estado de Goiás, IHGG - Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e do SINTEGO pelo atendimento cordial dispensados no decorrer da pesquisa;

Minha dívida de gratidão a todos os entrevistados, pelos conhecimentos fornecidos no decorrer das entrevistas que se tornaram fundamentais para a compreensão da educação em Porangatu na década de 1950.

Em segundo plano, o dos sacrifícios pessoais, situo minha família – meu pai Edio, e minha mãe Darci, ao esposo Luiz e os filhos Edio Neto, Leandro e Gabriel, que sofreram de perto os efeitos de sucessivas ausências e eventuais ansiedades e tensões. A eles qualquer agradecimento será pouco em função do muito que sempre me proporcionaram.

Finalmente, agradeço a Deus que, pela sua infinita bondade e sabedoria, proporcionou-me não apenas uma ampliação de conhecimentos, mas, sobretudo, um valiosíssimo amadurecimento pessoal e profissional.

## SUMÁRIO

Índice de Ilustrações .....	9
Resumo .....	10
Abstract .....	11
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - A MODERNIDADE E A MODERNIZAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>	<b>20</b>
1.1 O QUE É MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO .....	20
1.2 A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DE GETÚLIO VARGAS E JUSCELINO KUBITSCHEK .....	25
1.3 GOIÁS NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA .....	31
1.3.1 As novas estradas: integração de Goiás no território brasileiro .....	36
1.3.2 BR 153 - Belém-Brasília .....	37
<b>CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS.....</b>	<b>45</b>
2.1 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	45
2.2 A SITUAÇÃO DO ENSINO EM GOIÁS.....	55
<b>CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO EM PORANGATU ANTES E DURANTE A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA .....</b>	<b>65</b>
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	65
3.2 ANTECEDENTES EDUCACIONAIS .....	70
3.3 A EDUCAÇÃO ANTES DA RODOVIA .....	71
3.3.1 Escolas Particulares.....	76
3.3.2 Escolas Públicas.....	79
3.4 A CIDADE E O SURGIMENTO DA RODOVIA .....	92
3.5 A EDUCAÇÃO DURANTE A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA.....	110
3.5.1 Escolas Particulares de ordem religiosa .....	110

3.5.2 Escolas Públicas.....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>128</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>143</b>

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1: O presidente Juscelino inspeciona trecho da rodovia Belém-Brasília, em 1958....	38
Figura 2: Evolução das rodovias Federais em Goiás - 1953-1963 .....	42
Figura 3: Localização dos Grupos Indígenas da Província de Goiás: 1871-1889.....	67
Figura 4: O casarão antes da restauração, meados de 1970 .....	94
Figura 5: Rodovia Belém - Brasília em Porangatu - início da década de 1950 .....	100
Figura 6: Posto Shell - Construído por Vitor de Moura em 1953 .....	103
Figura 7: Casa Combate - início da década de 1950 .....	105
Figura 8: Cartograma Ambiental - Zona Urbana de Porangatu-1968 .....	107
Figura 9: A Rodovia Belém-Brasília: Expansão da Cidade de Porangatu.....	108
Figura 10: Igreja Nossa Senhora da Piedade - Matriz Velha - meados de 1960.....	109
Figura 11: Alunos da Escola Batista - maio de 1954.....	112
Figura 12: Piquenique - Alunos da Escola Batista - meados de 1950.....	113
Figura 13: Alunas da Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima concluintes do Exame de Admissão ao Ginásio - 1960.....	120

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrículas no Ensino Médio - 1958 .....	52
Tabela 2: Ensino Primário em Goiás - 1958 .....	58
Tabela 3: Cursos Secundários em Goiás .....	59
Tabela 4: Estatística do Ensino Primário, por Distrito - 1949.....	124
Tabela 5: Estatística do Ensino Primário, Supletivo.....	125

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Divisão do Ensino Não-Primário em Goiás - 1959 .....	60
Quadro 2: Estatística Geral do Ensino em Porangatu - 1949-1960 .....	126

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar a educação no Município de Porangatu-GO antes e durante a construção da rodovia Belém-Brasília, entendida aqui como um marco da modernização do país. Para alcançar este objetivo, a metodologia de pesquisa adotada foi a pesquisa qualitativa, que se valeu de fontes bibliográficas, orais, documentais e fotográficas. Os resultados alcançados pela pesquisa possibilitaram, através da análise, a construção de algumas considerações sobre a influência da modernização na educação em Porangatu na década de 1950. Dentre elas, pode-se destacar que, antes da construção da rodovia, a educação formal no município de Porangatu encontrava-se em um estágio bastante deficitário, em função das dificuldades de acesso a outras regiões, bem como pelo descaso do estado para com a educação, uma vez que as políticas governamentais deste período pautavam-se mais nas questões de infra-estrutura básica, como energia, indústria e transportes, deixando, assim, a educação relegada a um segundo plano. Como a abertura de estradas e de rodovias federais era prioridade neste período e visava a escoar produtos primários e manufaturados para os grandes centros, bem como integrar o território nacional, isto acabou sem querer afetando e desenvolvendo outros setores da economia e regiões mais afastadas dos grandes centros, como é o caso da cidade de Porangatu que, com a construção da rodovia, começa a receber pessoas de outras regiões, que acabam modificando a cultura e, conseqüentemente, a educação no município. A abertura de novas escolas na década de 1950 e de novos cursos, como o ginásial e o médio, em início da década de 1960, melhoram a qualificação dos professores e o nível educacional dos alunos.

**Palavras-chaves:** Modernidade, Modernização, Rodovia Belém-Brasília, Expansão do Ensino.

## ABSTRACT

This work had as objective to investigate the education before in the Municipal district of Porangatu-GO and during the construction of the highway Belém-Brasília, understood here about a mark of the modernization of the country. To reach this objective, the methodology of adopted research was the qualitative research, that it was been worth of bibliographical, orals, documentary and photographic sources. The results reached by the research they made possible, through the analysis, the construction of some considerations on the influence of the modernization in the education in Porangatu in the decade of 1950. Among them it can stand out that, before the construction of the highway, the formal education in the municipal district of Porangatu was in a very deficient apprenticeship in function of the access difficulties to other areas, as well as for the negligence of the state to the education, once the government politics of this period were ruled more in the subjects of basic infrastructure, as energy, industry and transports, leaving, like this, the education relegated to a second plan. As the opening of highways and of federal highways it was priority in this period and it sought to drain primary and manufactured products for the great centers, as well as to integrate the national territory, this ended up affecting unintentionally and developing other sections of the economy and moved away areas of the great centers, as it is the case of the city of Porangatu, that with the construction of the highway, it begins to receive people of other areas, that end up modifying the culture and, consequently the education in the municipal district. The opening of new schools in the decade of 1950 and of new courses, as the gymnasial and the medium, in beginning of the decade of 1960, they improve the teachers' qualification and the students' educational level.

**Word-keys:** Modernity, Modernization, Belém-Brasília Highway, Expansion of the Teaching.

## INTRODUÇÃO

A motivação para a realização do presente trabalho resultou basicamente de três questões consideradas de fundamental importância. A primeira refere-se à necessidade histórica de escrever sobre a educação em Porangatu, uma vez que não há, até o momento, nenhum estudo sistematizado sobre a educação no município. Daí a necessidade de melhor conhecer os fatores que levaram às transformações educacionais da cidade de Porangatu, que se encontra localizada numa área privilegiada do território goiano, à margem da rodovia Belém-Brasília, um centro referencial no norte de Goiás.

A segunda refere-se a uma tentativa de entender como ocorreu o fenômeno da modernização e como este fenômeno se relacionou com a expansão do ensino em Porangatu que, na década de 1950, encontrava-se em um estágio de desenvolvimento próprio do contexto de uma época, em função das condições educacionais do estado. A construção da rodovia Belém-Brasília é entendida aqui como um marco da modernização surgida em Goiás na década de 1950 e passou a interferir em cidades que se estruturaram frente à sua construção, como é o caso de Porangatu.

A terceira questão resulta da vivência que a pesquisadora tem com o local e do desejo pessoal de conhecê-lo melhor e poder contribuir com a população porangatuense, oportunizando-lhe conhecimentos sistematizados referentes ao ensino.

Estes são os motivos que instigaram a pesquisadora e professora de Prática de Ensino em História na definição do tema e na realização da pesquisa.

Apesar de o tema impor dificuldades para a pesquisadora, por falta de fontes e de registros sistematizados, constitui um assunto de suma importância que, somado à história da educação em Goiás, ajudará a compor o acervo histórico sobre a educação em nosso Estado. Neste sentido, parte-se da hipótese de que a rodovia seja o símbolo maior da modernização no período e, portanto, o fator causador de mudanças na educação em Porangatu. A problemática é descobrir até que ponto a construção da rodovia Belém-Brasília provocou mudanças no cenário local que, conseqüentemente, passou a produzir transformações educacionais na década de 1950.

A pesquisa tem por objetivo investigar a educação no Município de Porangatu-GO antes e durante a construção da rodovia Belém-Brasília, entendida aqui como um marco da modernização do país, fruto da política desenvolvimentista dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Para este propósito, recorreu-se a fontes bibliográficas que se constituíram em parâmetros para o estudo sobre a modernidade, bem como sobre o processo de construção da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento por ela proporcionado a Porangatu.

A pluralidade do real e a multiplicidade de perspectivas teórico-metodológicas que têm surgido nos últimos tempos fizeram com que a história oral ocupasse um lugar privilegiado dentro das pesquisas históricas. Através da memória, a história oral dedica-se à reconstrução da história. Entretanto, Thompson (1998, p. 22) adverte que

a história oral não é necessariamente um instrumento de mudanças; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

Nesta pesquisa, a história oral deu grande contribuição para o resgate da memória da população porangatuense – pessoas que residiam na cidade na década de 1950 e que presenciaram as transformações modernas aqui representadas pela construção da rodovia Belém-Brasília, que passaram a interferir no contexto educacional.

Neste sentido, foram realizadas entrevistas temáticas semi-estruturadas, com a utilização do gravador como recurso técnico, com trinta e uma (31) pessoas que acompanharam o processo de formação histórica da educação de Porangatu naquele período. Primeiramente foi realizado um mapeamento desses informantes, o que só foi possível a partir de uma rede de informações, isto é, as primeiras pessoas contactadas indicavam outras que poderiam contribuir com a pesquisa. Fizeram parte desta colônia professores, diretores de escolas, fazendeiros, donas de casa e políticos. Das entrevistas realizadas foram extraídos os elementos de interpretação dos dados obtidos que aparecem ao longo do texto.

Após a realização deste levantamento, as entrevistas foram marcadas com certa antecedência e aconteceram na residência dos entrevistados, em forma de diálogo e em clima descontraído, geralmente acompanhado de um familiar ou amigo do entrevistado, o que permitiu maior aproximação e confiança dos entrevistados, que passaram horas falando de sua

vida, reconstruindo o passado no tempo em que foram alunos e/ou professores, como eram as escolas, a cidade, que expectativas tinham em relação ao novo espaço que ia surgindo quando a rodovia começava a ser construída e como este fato alterou os espaços físicos e a educação no município.

Nesta rede de informações, as mulheres sempre indicavam outras mulheres e tal fato fez com que a maioria das entrevistados fosse mulheres, num total de 22, sendo 19 professoras (aposentadas) e três donas de casa. Os homens entrevistados somaram um total de nove, sendo um professor, um professor e comerciante (aposentado), um motorista (aposentado), um poeta e políticos (aposentado), dois fazendeiros e político (aposentados), dois funcionários públicos (aposentados) e um padre.

Nesta pesquisa foram muitos que deram sua contribuição, através de entrevistas ou fornecendo documentos e fotografias. Nem todas as entrevistas e materiais levantados aparecem em destaque no texto, mas ajudaram a reconstruir a história da educação naquele período e aparecem implicitamente durante a fala de um ou outro entrevistado, o que demonstra que muitas opiniões sobre determinados fatos se assemelham. Visando a uma melhor disponibilização dos dados para futuras pesquisas, foi realizada a assinatura da carta de cessão pelos entrevistados, na qual autorizaram a audição das fitas e o uso das citações por terceiros, ficando vinculado o controle à pesquisadora ou a outro órgão por ela determinado para arquivar esse material. Garrido (1993 p.36) afirma que

o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora.

O papel do historiador é investigar e utilizar as fontes orais como ferramenta indispensável a suas pesquisas, para que elas sejam mais uma fonte incorporada à documentação escrita que, na maioria das vezes, é insuficiente. Neste caso específico, as fontes orais foram imprescindíveis, pois até a presente data não havia sido realizado nenhum trabalho de resgate da memória na cidade. As fontes orais deram novo enfoque à história local e preencheram parte das lacunas deixadas pela falta de fontes escritas sobre a educação, bem como colocaram novos elementos à disposição dos interessados na leitura da história da educação no município.

Trabalhar com fontes orais não é tão fácil quanto aparenta. É necessário que o pesquisador tenha consciência de seus objetivos e qual método utilizará para obter as informações necessárias da forma mais confiável possível, de modo a estabelecer “uma relação dialética entre as fontes orais e escritas, bem como não esquecer que uma entrevista concreta não é mais que uma parte do conjunto e somente adquire seu real significado no todo que integra a amostra.” (GARRIDO, 1993, p. 38)

Um outro recurso técnico utilizado foram as imagens fotográficas, que ajudaram a retratar o período e os fatos estudados, bem como possibilitaram, a partir de sua visualização pelas pessoas entrevistadas, descrever com mais detalhes e precisão a realidade educacional da cidade.

Andrade (2002, p. 53) relata que a fotografia, além de ser ilustrativa, tornou-se uma grande aliada no trabalho de campo, “um recurso indispensável para qualquer pesquisa. Assim como na Antropologia, ela ordena culturalmente os dados, os fragmentos da realidade, através da observação. Nesse sentido, tanto a escrita como a imagem estão amarradas ao contexto cultural.”

Portanto, com o auxílio de fotografias foi possível reunir conhecimentos do passado, que somaram muito aos dados escritos e às entrevistas. Neste sentido, pôde-se compreender o contexto histórico em que foram produzidas, bem como perceber o emaranhado de emoções a que estão ligadas, pois, com as mudanças constantes nos espaços físico e social, muitas coisas desapareceram e outras foram transformadas, mas as fotografias, apesar de desbotadas, sobreviveram por várias gerações como memória de famílias, de pessoas que fizeram e fazem a história.

As fotografias que fazem parte deste estudo, em sua grande maioria, não possuem datas nem autoria. Por isso, foi necessário confiar na memória dos entrevistados, que as relacionaram com os acontecimentos históricos. Em sua grande maioria, as fotos foram cedidas pelos entrevistados e por outras pessoas e faziam parte de álbuns de família. Neste momento, a pesquisadora procurou ser bastante criteriosa na escolha das fotografias que melhor representavam o momento pesquisado e isto só foi possível graças à colaboração de outros entrevistados, que comprovaram a veracidade das fotos e dos fatos apresentados pelos proprietários das fotos.

Neste período, segundo os entrevistados, não era muito comum as pessoas tirarem fotografia, fato que se deve às dificuldades de encontrarem pessoas na região que exercessem esta profissão, além do que a fotografia custava muito caro e nem todos dispunham de dinheiro para gastar com fotografias. Observando algumas fotografias de

família, a pesquisadora chegou à conclusão de que as cenas mais comuns eram casamentos, famílias, principalmente representadas por pais e filhos, e fotos de pessoas já falecidas ou de velórios.

Nas fotos examinadas, pode-se comprovar que as pessoas daquele período davam pouca importância ao registro dos acontecimentos urbanos e educacionais, pois foi muito difícil encontrar fotografias da cidade, de alunos ou da escola. De uma turma de quase 40 alunos (as) da Escola Batista, apenas um, que reside em Anápolis, possuía uma fotografia da turma, que agora deixará de ser apenas uma foto de família para se tornar uma referência na história da educação no município e do Estado. Este é o verdadeiro sentido da fotografia, dos documentos e da história oral, que não podem ficar apenas sob o domínio de uns poucos, pois tudo tem seu tempo, sua importância e sua história, estando ao alcance do pesquisador para ser utilizado e preservado para a posteridade.

Entretanto, ter acesso às fotografias não foi fácil, pois as pessoas, por carinho e cuidado, tinham medo de que pudessem ser perdidas ou danificadas e, neste sentido, a pesquisadora teve de convencê-las da seriedade e da importância que estas fotos representariam para o seu trabalho e para o registro da história da educação no município. Por isso, todas as fotografias foram escaneadas e colocadas em disquetes ou em cd-rom e os originais foram devolvidos de imediato para aos proprietários. Algumas fotografias não foram utilizadas por não estarem diretamente relacionadas ao período ou ao assunto pesquisado e encontram-se com a pesquisadora, a fim de contribuírem em pesquisas futuras.

Para compreender como se deu a expansão do ensino formal em Porangatu na década de 1950, perceber como as mudanças educacionais passam a interferir na sociedade e observar como a cidade se destaca neste período como um pólo educacional frente às cidades circunvizinhas, optou-se por trabalhar com uma metodologia que permitisse uma visão mais abrangente da realidade. Para isso, parte-se do princípio de que a metodologia qualitativa pode melhor responder às questões frente às quais o objeto desta pesquisa se coloca.

Na pesquisa qualitativa, a coleta de dados ocorre de forma natural, no próprio ambiente em que se apresenta o fenômeno, e as informações levantadas consistem em descrever de maneira minuciosa as ações das pessoas, bem como as situações em que o fenômeno se apresenta. Deste modo, a descrição precisa é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, que apresenta características distintas da pesquisa quantitativa, que busca apenas compreender alguma questão por meio de dados quantificáveis.

Para Bogdan e Biklen (apud: LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p 11-13), a utilização da pesquisa qualitativa tem várias vantagens, pois

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos.
3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.
4. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.
5. a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

De acordo com Ribeiro (2004), a pesquisa qualitativa preocupa-se em descobrir e entender o que está além das aparências, dos dados visíveis e perceptíveis, isto é, descobrir outras extensões da realidade que estão presentes nas práticas cotidianas, nos hábitos, nas crenças, nos valores, na linguagem, a fim de compreender os significados que isso tem para as pessoas pertencentes a um contexto histórico marcado pela construção de uma cultura que forma a identidade dos membros de um grupo.

Por oferecer uma variedade de técnicas, como depoimentos, entrevistas, história oral, análises documentais, fotografias, entre outras que permitem trazer à tona os fatos culturais e estruturais de qualquer sociedade, a pesquisa qualitativa tornou-se essencial nesta pesquisa, uma vez que permitiu elucidar elementos essenciais à construção da história da educação do município de Porangatu neste período.

A análise documental “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando novos aspectos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Neste estudo, partiu-se de alguns documentos que se encontram nos seguintes arquivos: Arquivo da Prefeitura Municipal de Porangatu - AGP; Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Porangatu; Arquivo Histórico Estadual; Instituto Histórico e Geográfico de Goiás - IHGG; Arquivo da Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima, da Escola Estadual Gercina Borges Teixeira, do Colégio Estadual de Porangatu e da Subsecretaria Estadual de Educação. Nestes arquivos, foi consultada uma documentação variada, composta de livros de decretos-leis, editais, termos de posse, folhas de frequência e de pagamento, Diário Oficial, entre outros. Entrar em contato com o documento foi uma experiência emocionante para a pesquisadora, pois ali estavam registrados dados sobre um outro tempo, a história de pessoas que fizeram a história da educação em Porangatu.

Neste momento de descoberta e de encontro com os documentos, a pesquisadora deixou-se inebriar pela fala de Michelet (Apud THOMPSON, 1992, p. 75), que retrata bem esta emoção.

[...] quando entrei pela primeira vez nestas catacumbas de manuscritos, nesta admirável necrópole de monumentos nacionais, teria de bom grado exclamado (...) “Este é meu descanso eterno; aqui habitarei, pois isso é o que tenho desejado!”

Contudo, não tardei a distinguir, em meio ao aparente silêncio destas galerias, um movimento e um murmúrio que não eram os da morte. Estes papéis e pergaminhos, há tanto tempo abandonados, nada mais desejavam do que ser restituídos à luz do dia, pois não são papéis, mas sim vidas de homens, de províncias e de nações (...) Todos viviam e falavam, e rodeavam o autor numa multidão que falava uma centena de línguas (...)

À medida que soprava seu pó, eu os via levantar-se. Erguiam-se do sepulcro, um, a cabeça, o outro, a mão, como no *Juízo final* de Michelangelo, ou na *Dança da morte*.

Thompson descreve este fragmento de Michelet como “delírio gótico macabro, pesadelo romântico, [...] que constitui um dos pressupostos psicológicos que sustentam a tradição empírica documental na história em geral” (THOMPSON, 1992, p. 75), destacando que o documento não é um mero papel, ou seja, seu sentido está em dar vida, trazer a tona histórias de povos, que até então estavam esquecidos, adormecidos, abandonados, soterrados em amontoados de papéis e arquivos.

Como até então a pesquisadora não tinha consciência da existência de documentos oficiais específicos sobre o tema e o período pesquisado, talvez pelo fato de não ter até o momento sido realizada nenhuma pesquisa neste sentido, tais documentos tornaram-se imprescindíveis, pois constituem recursos fundamentais de pesquisa que serviram para confirmar e/ou complementar os dados obtidos por meio de entrevistas e depoimentos, principalmente os referentes à criação das escolas. Esta fase da pesquisa envolveu muito tempo e disponibilidade da pesquisadora, uma vez que se teve de pesquisar, além dos arquivos da cidade de Porangatu, outros na cidade de Goiânia.

Após a análise das fontes levantadas como bibliográficas, orais, documentais, fotográficas, foram elaborados os capítulos que assim se apresentam: no primeiro capítulo, o trabalho buscou, por meio de um estudo bibliográfico, abordar as questões da expansão da modernidade e da modernização no contexto brasileiro e goiano, compreendidos nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, cujas propostas nacionalistas e nacional-desenvolvimentistas passaram a alterar as estruturas nacionais e regionais.

O segundo capítulo tem como objetivo fundamental apresentar como a educação no Brasil e em Goiás estava inserida neste contexto de interiorização e expansão da modernização, identificar os limites e medidas oficiais que, estavam sendo tomadas para que a educação acompanhasse também o mesmo ritmo do desenvolvimento econômico do país.

No terceiro capítulo, construiu-se, por meio de entrevistas, um diálogo com a população local que presenciou as transformações em Porangatu após a construção da rodovia Belém-Brasília. Para isso, buscou-se compreender os tipos de ensino vigentes em Porangatu, impulsionados pelo progresso técnico, através da construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos da década de 1950, uma vez que desempenhou um papel relevante na expansão do ensino e no despertar do comércio, a partir da modernização da malha rodoviária.

# **CAPÍTULO I**

## **A MODERNIDADE E A MODERNIZAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Com diferentes perspectivas, vários estudiosos têm se dedicado à compreensão do conceito de modernidade e de modernização. Neste capítulo, serão apresentados alguns destes conceitos, bem como buscar-se-á situar no tempo e no espaço seu surgimento, sua dimensão e sua influência no Brasil, especificamente na década de 1950, período compreendido entre os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, momento fortemente marcado por projetos de modernidade no país, principalmente como reflexo das propostas nacionalista e nacional-desenvolvimentista, que passaram a alterar estruturas regionais, como, por exemplo, o estado de Goiás.

### **1.1 O QUE É MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO**

O tema modernidade pode ser pensado de diversas maneiras e sempre traz consigo constantes controvérsias, que giram muitas vezes em torno de questões filosóficas e epistemológicas que envolvem a crise dos princípios iluministas como projeto de civilização. Diz respeito a projetos inaugurais da ciência, da razão, da sociedade, do indivíduo, enfim, da história, que irão impregnar o mundo em todas as suas esferas e dimensões.

Neste trabalho, a modernidade interessa como prática social e visão de mundo que caracterizam uma determinada época e, ao mesmo tempo, como momento de grandes e aceleradas transformações instituintes de uma racionalidade que se espalha por todas as esferas da sociedade, inclusive no espaço físico.

Segundo Habermas (2002, p. 8-9), Hegel foi o primeiro filósofo a desenvolver um conceito claro de modernidade.

Emprega o conceito “modernidade”, antes de tudo, em contextos históricos, como conceito de época: os “novos tempos” são os “tempos modernos”. Isso corresponde ao uso contemporâneo do termo em inglês e francês: por volta de 1800, *modern times* e *temps modernes* designam os três séculos precedentes. A descoberta do “Novo Mundo”, assim como o Renascimento e a Reforma, os três grandes acontecimentos por volta de 1500, constituem o limiar histórico entre a época moderna e a medieval. Para Hegel, “não é difícil ver que nosso tempo é um tempo de nascimento e de passagem para um novo período. O espírito rompeu com seu mundo de existência e representação e está a ponto de submergi-lo no passado, e [se dedica] à tarefa de sua transformação... A frivolidade e o tédio que se propagam pelo que existe e o pressentimento indeterminado do desconhecido são indícios de algo diverso que se aproxima. Esse desmoronamento gradual [...] é interrompido pela aurora que revela num clarão a imagem do novo mundo”.

Ao apresentar o conceito de tempos modernos como um processo de “passagem para um novo período”, Hegel cria, automaticamente, novos significados válidos até hoje: revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito de tempo, etc. Cria também, de certa forma, a idéia de contraste entre o antigo (tradicional) e o novo (moderno). “O embate do novo gera reações diferenciadas, que vão do repúdio ao entusiasmo, passando pela aceitação progressiva e inevitável e pela capacidade de perceber o quanto essas descobertas vinham modificar a sensibilidade do homem” (FABRIS, 1994, p. 97). De um lado, reações de repúdio por aqueles que, arraigados aos privilégios adquiridos graças à tradição existente, resistiam a todo custo ao avanço das transformações modernas, pois tinham medo de que o novo afetasse seus domínios e o seu poder. De outro, reações de entusiasmo por aqueles que idealizavam há muito um mundo melhor, com direito de expressão e ascensão político-social.

Em alguns países, e por vários motivos, praticou-se entusiasticamente a invenção de tradições, [...] que foi realizada oficialmente e não – oficialmente, sendo as invenções oficiais – que podem ser chamadas de “políticas” – surgidas acima de tudo em estados ou movimentos sociais e políticos organizados ou criadas por eles; e não oficiais – que podem ser denominadas “sociais” – principalmente geradas por grupos sociais sem organização cientemente políticos, como os clubes, e grêmios, tivessem eles ou não também funções políticas.

No século XIX as tradições criadas refletiam as profundas e rápidas transformações sociais onde grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma

sociedade em transformação tornava as formas tradicionais de governo através de estados e hierarquias sociais e políticas mais difíceis ou até impraticáveis. Eram necessários novos métodos de governo ou de estabelecimento de alianças. (HOBSBAWM; RANGER, 2002, p. 271).

Essa tentativa de decifrar a experiência de vida nos novos espaços urbanos e na incipiente cultura de consumo que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX impulsionou vários estudos sobre as teorias da vida moderna. Marshall Berman (1986), em seu livro *Tudo que é sólido desmancha no ar*, tenta descortinar algumas dimensões de sentido, ambigüidades e ironias da vida moderna na qual, segundo ele, as pessoas são movidas “ao mesmo tempo pelo desejo de mudança - de auto-transformação e de transformação do mundo em redor - e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços”. (BERMAN, 1986 p.12)

Para Giddens (2002), o termo “modernidade”, em um sentido geral, refere-se às instituições e modos de comportamentos estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que, no século XX, tornaram-se mundiais em seu impacto.

A “modernidade” pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao “mundo industrializado” desde que se reconheça que o industrialismo não é sua única dimensão institucional. Ele se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção. Como tal é um dos eixos institucionais da modernidade. Uma segunda dimensão é o capitalismo, sistema de produção de mercadorias que envolvem tanto mercados competitivos de produtos quanto à mercantilização da força de trabalho (GIDDENS, 2002, p. 21).

Neste sentido, modernidade significa transformações tanto nos modos de produção e comercialização quanto nos de comportamentos sociais. Um fator que separa a era moderna das tradicionais é o seu extremo dinamismo. “O mundo moderno é um mundo em disparada”. O ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores” (GIDDENS, 2002, p. 22). Isto significa, assim como destaca Lefebvre (1969, p. 5), uma ruptura declarada contra todas as ideologias vigentes até então condizentes com a imitação, cuja base de referência é o antigo com tendências academicistas”.

A modernidade surgiu com o Renascimento e foi definida em relação à antigüidade, como no debate entre os Antigos e os Modernos. Do ponto de vista da teoria sociológica alemã do final do século XIX e do começo do

século XX, do qual derivamos grande parte do nosso sentido atual do termo, a modernidade contrapõe-se à ordem tradicional, implicando a progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa do mundo social. (FEATHERSTONE, 1995, p. 4)

Para este autor, a modernidade induz um sentido de descontinuidade do tempo, de rompimento com a tradição, sentido de novidade e sensibilidade para com a natureza contingente, efêmera e fugaz do presente. Esse é o sentido de ser moderno associado a Baudelaire que, conforme argumenta Foucault (1986, p. 40), implica uma atitude irônica de tornar heróico o presente; o homem moderno é o homem que constantemente tenta inventar a si próprio. O fato de a modernidade ter surgido inicialmente na Europa não impediu que seus reflexos se espalhassem pelo mundo, como afirma o próprio autor. No entanto, Max Weber, em seus ensaios sobre sociologia da religião (Apud HABERMAS, 2000, p. 3), descreve que, porque fora da Europa,

nem o desenvolvimento científico, nem o artístico, nem o político, nem o econômico seguem a mesma via de racionalização que é própria do Ocidente. [...] À medida que o cotidiano foi tomado por esta racionalização cultural e social, dissolveram-se também as formas de vida tradicionais, que no início da modernidade se diferenciaram principalmente em função das corporações de ofício.

As conquistas tecnológicas, restritas a uma parcela da população, têm mudado a face do mundo e reforçado uma dicotomia dentro do capitalismo: de um lado, uma minoria que tem acesso a essas conquistas; de outro, uma vasta população de países pobres que se mantém alheia a elas.

O impulso extraordinário provocado, primeiramente, pela Revolução Industrial e, posteriormente, pela Revolução Científico-Tecnológica garantiu a consolidação da unidade global do mercado capitalista nos quadros da dinâmica expansionista. Neste sentido, se a primeira industrialização dera origem a unidades produtivas relativamente modestas, cujas fábricas possuíam maquinários simples e um número limitado de trabalhadores, esse novo salto produtivo gerou gigantescos complexos industriais, com equipamentos sofisticados e de grande escala, como as turbinas elétricas ou as usinas siderúrgicas, envolvendo em cada unidade até dezenas de milhares de trabalhadores.

Essa prodigiosa escalada de produção implica em corrida voraz pela disputa de territórios mundiais possuidores de matérias-primas, bem como passa a exigir a abertura de novos mercados consumidores para absorver os excedentes produzidos em grande escala. Foi essa ampliação na escala das demandas e das exportações que gerou o fenômeno conhecido

como neocolonialismo ou imperialismo, que levou as potências industriais, na segunda metade do século XIX, a disputar e dividir entre si as áreas ainda não colonizadas do globo ou a restabelecer vínculos de dependência estreitos com áreas de passado colonial.

O resultado desta expansão européia foi um avanço acelerado sobre as sociedades tradicionais, de economia agrícola, que se viram dragadas rapidamente pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização européia, norte-americana e, em breve, japonesa. Não bastava, entretanto, às potências, incorporar essas novas áreas às suas possessões territoriais; era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e as práticas de produção e consumo conforme o novo padrão da economia de base científico-tecnológica. Foram essas tentativas de mudanças nas sociedades, em suas culturas e costumes seculares que desestabilizaram suas estruturas arcaicas, desencadeando uma série de revoltas, levantes e guerras regionais contra o invasor europeu e seus aliados locais entre a metade do século XIX e início do século XX.

O intenso fluxo de mudanças, que passa a atingir todos os níveis da experiência social, estimulados principalmente pelo novo dinamismo econômico internacional, faz com que a modernidade, que até então era analisada apenas no nível das “superestruturas”, passe a ser estudada em todos os níveis considerados importantes pelos homens do século XX, como na economia, na política, na vida cotidiana e na mentalidade. Entretanto, o critério primordial continua a ser o econômico, pois,

[...] no complexo da economia moderna, a pedra de toque da modernidade é a mecanização, ou melhor, a industrialização. Mas, ao mesmo modo que Fontenelle via no progresso de algumas ciências um progresso do espírito humano, o critério econômico da modernidade passa a ser entendido como um progresso da mentalidade. E, ainda aqui, é a racionalização da produção que é retida, como signo essencial de modernidade. (LE GOFF, 1997, p. 386)

Neste sentido, Le Goff (1997), Habermas (2000), Giddens (2002), Hobsbawm; Ranger (2002) comungam a idéia de que a modernidade se apresenta como um projeto social fincado na perspectiva da libertação da humanidade, no qual o uso das tecnologias de forma racional é tomado como um dos sustentos para tal realização e esta racionalização irá afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos, mas não com a mesma racionalização, intensidade ou efeito, pois cada local segue um processo de desenvolvimento próprio, que não é o mesmo que o europeu.

O efeito do desenvolvimento econômico sobre estruturas sociais e valores tradicionais recebe o nome de *modernização*. A teoria de modernização é usada ainda para designar as etapas de desenvolvimento social baseadas na industrialização, na expansão da ciência e da tecnologia, no estado-nação moderno, no mercado capitalista mundial, na urbanização e em outros elementos infra-estruturais. Admite-se, de modo geral, mediante um frouxo modelo base-superestrutura, que certas mudanças culturais, como a secularização e o surgimento de uma identidade moderna, cujo eixo é o auto-desenvolvimento, decorrem do processo de modernização. Le Goff, (1997, p. 382) distingue a modernização em três tipos:

- a) a modernização equilibrada, em que o êxito da penetração do “moderno” não destruiu os valores do “antigo”;
- b) a modernização conflitual que, atingindo apenas uma parte da sociedade, ao tender para o “moderno”, criou conflitos graves com as tradições antigas;
- c) a modernização por tentativas que, sob diversas formas, procura conciliar “moderno” e “antigo”, não através dum novo equilíbrio geral, mas por tentativas parciais.

Nesse sentido, observa-se que a modernização não acontece de forma homogênea em todas as sociedades e o fato de, na maioria das vezes, ser imposta ou importada de outros continentes torna-a inadequada às realidades locais dos povos e das nações. Como política ideológica capaz de solucionar todos os problemas causados pelo atraso histórico, a modernização tem trazido tensões e uma instabilidade aos estados e às nações.

## 1.2 A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DE GETÚLIO VARGAS E JUSCELINO KUBITSCHEK

A modernidade no contexto nacional brasileiro teve maior ênfase no período dos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que tiveram seus planos políticos marcados por idéias econômicas nacionalistas e desenvolvimentistas. Tais idéias economicistas visavam ao ultra-desenvolvimento do país.

A Política Nacionalista sustentava a necessidade do controle estatal sobre a infraestrutura de “transporte, comunicação e energia” e a indústria básica, deixando as outras áreas de atividade econômica nas mãos da empresa privada nacional. O capital estrangeiro era aceito com algumas restrições, fosse por razões econômicas ou por se acreditar que os investimentos estrangeiros colocariam em risco a soberania nacional. Já a Política Nacional-

Desenvolvimentista baseava-se na conciliação do estado com a empresa privada nacional e o capital estrangeiro, a fim de promover o desenvolvimento do país, com ênfase na industrialização.

As propostas do segundo mandato de Vargas eram de cunho nacionalista, voltadas para o desenvolvimento da indústria nacional, manifestando-se com maior força no campo da produção de energia (carvão, petróleo, eletricidade) e no reaparelhamento do sistema nacional (ferrovias, rodovias e portos).

O conjunto de atividades governamentais deste período revela que o poder público foi levado a criar algumas condições infra-estruturais e institucionais para a aceleração do desenvolvimento industrial do país. Não só foram criados órgãos destinados a favorecer o desenvolvimento econômico como também realizaram-se estudos técnico-científicos sobre os problemas econômicos brasileiros.

Neste contexto histórico-social, caracterizado por amplo e profundo debate técnico e político sobre as condições e as perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro, desejava-se a todo custo modernizar o país com base no capitalismo mundial, o que foi possível através da organização e da expansão da economia.

Dentre estas novas perspectivas ideológicas produzidas no âmbito técnico e político, relativas às possibilidades de industrialização, Ianni (1979) relaciona que,

[...] nos anos de 1952-1953 foram criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRÁS). Em 1954, o governo propôs o Plano Nacional de Eletrificação; e, também em mensagem enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, era proposta a criação da empresa Central Elétricas Brasileira S. A. (ELETROBRÁS). (IANNI, 1979, p. 122)

O Estado brasileiro, ao criar condições para a expansão da economia, tornou o poder público indispensável e decisivo nas transformações econômicas do país, o que facilitou o programa de empreendimentos básicos para a Nação, isto é: transporte, energia, armazenagem, indústrias básicas etc.

Pouco a pouco a ideologia e a prática do planejamento foram incorporadas pelo poder público como componentes cada vez mais necessários ao estado. Vários acontecimentos e processos, independentes e conjugados, convergiram no mesmo sentido, promovendo a progressiva “racionalização” da política econômica governamental. De um lado, houve a influência das experiências de política econômica acumuladas ao longo dos

anos 1930-1945 e 1946-1950, de outro, o poder público defrontou-se com uma crescente diferenciação social, econômica e política da sociedade brasileira, da qual resultaram novos e mais numerosos problemas.

O progresso da divisão social do trabalho tornou ainda mais evidentes as relações de complementaridade horizontal e vertical dos vários setores e níveis do sistema sócio-econômico e político. Nesse contexto, aprofundou-se ainda o debate técnico e político sobre as condições e as perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, não foi por mero acaso que o BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) e a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) constituíram, em 1953, um grupo de economistas para realizar um diagnóstico global sobre a economia do país e propor um programa de desenvolvimento. Dentro destas estratégias de desenvolvimento, destaca-se:

1. organizar e expandir a economia do país com base na associação com o capitalismo mundial, isto é, modernizar a sua organização econômica e desenvolver amplas e sistemáticas relações com as economias mais desenvolvidas;
2. através da socialização dos meios de produção, acreditava-se que a luta contra o latifúndio e o imperialismo, em nome do nacionalismo econômico e da estatização, era o componente político e ideológico necessário para esta transição;
3. impulsionar a formação do capitalismo nacional no Brasil. Os partidários desta estratégia eram grupos de classe média; a pequena e a grande burguesia da indústria de origem nacional, além de setores do Exército, do proletariado e dos intelectuais.

Para estes órgãos, tratava-se de desenvolver o intervencionismo estatal e adotar soluções de política econômica de tipo nacionalista, a fim de acelerar a nacionalização dos centros de decisão sobre as diretrizes da economia do país. Isto não significa que os adeptos dessa estratégia eram totalmente contrários ao capital e à tecnologia estrangeiros. Eles eram favoráveis ao intercâmbio e à participação de capital e tecnologia externos, mas sob controle nacional. Para eles, seria possível, em médio prazo, emancipar economicamente o país. Como Getúlio Vargas afirmava e reafirmava em seus pronunciamentos, “o Brasil está caminhando a passos largos para atingir sua plena emancipação econômica e poder enfim propiciar a quantos nele vivem e labutam condições satisfatórias de vida.” ( IANNI, 1979, p. 136)

O Governo de Getúlio Vargas representou a maior expressão do pacto populista, pacto representando por dois partidos políticos – o Partido Social Democrático (PSD), que em linhas gerais representava a burguesia nacionalista, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que representava os trabalhadores. Esta aliança policlassista, industrialista, nacionalista,

desenvolvimentista e democrática teve por objetivo principal acabar com a miséria e o subdesenvolvimento. Seu governo caracterizou-se pela luta para a implantação da indústria de base no país, bem como gerou, para a agricultura, o projeto “Marcha para o Oeste”, que criticamente deve ser entendido como um programa criado para suprir as necessidades de ocupar os vazios demográficos existentes pelo interior do país (final dos anos 1930 e início dos anos 1940), bem como aliviar as pressões demográficas no centro-sul do país. Era também um momento de definições no campo da divisão regional do trabalho, em que o sul, as regiões mais centrais e o oeste buscam definir papéis, cabendo a estas duas últimas a função de fornecedoras de gêneros alimentícios – produção agropecuária tornando-se, ao mesmo tempo, um mercado apto a consumir produtos industrializados do sul.

O modelo getuliano nasce da combinação de interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial, para favorecer a criação e expansão do setor industrial. Mas é evidente que o confronto de forças tinha que aparecer. E ele se fez a partir do momento em que o capital internacional decidiu implantar-se plenamente na economia de mercado interno. A morte de Getulio Vargas foi a consequência do confronto das forças que desejavam a internacionalização da economia com as que defendiam um desenvolvimento independente. Representou, portanto, a vitória das primeiras. (IANNI apud ROMANELLI, 2003, p. 58)

Com a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, houve uma tentativa de conciliação dessas duas políticas: a de massas com a do desenvolvimento industrial baseado em acordos com o capital internacional. Iniciou-se uma das fases mais importantes da história do país, na qual foram realizadas profundas transformações econômicas que, sistematizadas pelo Programa de Metas, visavam a criar indústrias de base e reformular as condições reais de interdependência com o capitalismo mundial. Mas, para implementar o seu programa de governo, JK teve de enfrentar desafios impostos pela conjuntura, como será visto a seguir.

Em primeiro lugar, deve ser apontado o fato de a ideologia nacionalista-desenvolvimentista estar, contraditoriamente, associada ou em cooperação com o grande capital estrangeiro. Juscelino buscou a implementação de uma política desenvolvimentista na qual as mudanças que se processassem não se dessem em desacordo com uma ordem internacional vigente; portanto, uma ordem que encontra seus limites além da Nação, abrangendo um conjunto de dimensões internacionais.

Assim, na ideologia desenvolvimentista, a inserção nesta ordem internacional, de acordo com Miriam Cardoso (1978), “não é incompatível com uma certa postura nacionalista”. Nesse sentido, promover o desenvolvimento “implica inserir ainda mais

profunda e fortemente a Nação em desenvolvimento na ordem global, [...] sem, porém, diluir a identidade nacional.” (CARDOSO, 1978, p. 258)

É inegável que JK teve de adotar métodos politicamente estratégicos para viabilizar o seu governo, e levar a bom termo um conjunto de obras vultuosas entre as quais se incluem, por exemplo, a construção da nova capital e da própria rodovia Belém-Brasília, obras previstas no seu Plano de Metas. Aquele governo levou até o limite o equilíbrio contraditório entre uma ideologia nacionalista-desenvolvimentista e a efetivação de uma política de abertura ao capital monopolista estrangeiro. Sem falar também que Juscelino teria de fazer bom uso de suas origens, isto é, de sua “mineirise”, para amenizar ou mesmo neutralizar as ações das forças políticas que lhe faziam oposição, o que poderia emperrar suas ações, especialmente no tocante às obras mais gigantescas que, portanto, suscitavam mais ciúmes e polêmicas nas hostes oposicionistas.

De acordo com Carvalho (2002), as idéias e a postura de JK incomodavam muita gente, inclusive a UDN (União Democrática Nacional) e os militares, que o acusavam de ser continuador do varguismo, devido à sua aliança com João Goulart. Os velhos caciques de seu PSD desconfiavam dele e temiam que o programa de rápida industrialização destruísse as bases rurais do partido.

A esquerda não gostava dele por considerar entreguista sua política de abertura ao capital estrangeiro. Velhos reacionários, como Gustavo Corção, viam na indústria automobilística um inútil deslumbramento com a modernidade. Financistas ortodoxos, como Eugenio Gudin, consideravam a construção de Brasília uma irresponsabilidade e fonte permanente de inflação. (CARVALHO, 2002, p. 3)

Mas JK era bastante hábil para enfrentar situações adversas, pois sua carreira política de sucesso começara ainda na década de 1930, como prefeito de Belo Horizonte. Foi um político que caiu nas graças de Getúlio Vargas, o que facilitou sobremaneira seu futuro político. Para ele, o desenvolvimento era o problema “número um” do Brasil e precisava ser enfrentado. Nesse sentido, sentenciava ele: “nenhuma política será legítima se não objetivar, com caráter prioritário, o desenvolvimento. E esta é uma diretriz que já nenhum Governo poderá abandonar no Brasil”. (KUBITSCHKE apud AQUINO, 1996, p. 71)

A política econômica foi definida com o “Plano de Metas”, que consistia em 31 itens, distribuídos em cinco grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. A construção de Brasília, embora originalmente não incluída no programa, tornar-se-ia a chamada “meta-síntese”. Barros (1994, p. 44) destaca que,

na esfera pública, o maior êxito do plano foi registrado nos setores de energia e de transportes, ao passo que no âmbito do incentivo à iniciativa privada o grande sucesso ficou por conta da indústria automobilística e de aparelhos elétricos. A vitória dos setores de energia provocou a aprovação, pelo congresso, da criação do Ministério das Minas e Energia, em 1960. Particularmente no caso da energia elétrica e refinação de petróleo a execução do Plano foi perfeita. No setor da indústria de base, as metas “aço”, “indústria automobilística”, “cimento” e “construção naval” alcançaram 100% do resultado estimado. Ao contrário dos outros setores, porém, Educação e Agricultura não obtiveram qualquer índice satisfatório.

Buscando soluções para a rotina burocrática, o governo JK criou órgãos paralelos à administração pública existente ou novas entidades, como, por exemplo,

1. a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), destinada a promover o planejamento da expansão industrial ao nordeste, subordinada diretamente à Presidência da República.

2. a Operação Pan-Americana (OPA), manobra política diplomática destinada a restabelecer as relações entre Brasil e países da América Latina por um lado e entre Brasil e Estados Unidos, por outro.

3. o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, que antes era diretamente subordinado ao Ministério da Educação e ganhou importância, passando a funcionar como órgão de assessoria e de apoio ao Plano de Metas.

O Plano de Metas, por ser uma estratégia programática para uma gestão desenvolvimentista, preconizava que o Brasil ultrapassasse os limites do litoral. Desta maneira, romper-se-ia uma tendência que se mantinha presente desde os tempos coloniais, para voltar-se em direção ao seu centro geográfico.

Assim, as ações do governo deveriam voltar-se prioritariamente para as grandes obras de integração. É neste contexto que a construção de Brasília surge como prioridade, seguindo-se a abertura de estradas para ligar a nova capital a todas as regiões do país.

No caso específico de Goiás, os governos estaduais que geriram o Estado nos períodos de 1946 a 1964 procuraram cada vez mais inseri-lo no processo produtivo nacional, dedicando-se à resolução de seus principais problemas, como infra-estrutura básica e comunicação. Entretanto, pode-se dizer que, no imaginário criado, a construção de Goiânia e de Brasília representavam para os goianos a esperança de progresso almejado por longos anos, que levaria o Estado a entrar em uma fase de expansão e de modernização.

### 1.3 GOIÁS NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA

O governador Pedro Ludovico Teixeira (1951-1954), aproveitando da euforia provocada pelos projetos federais criados para expandir economicamente o país, criou estratégias no sentido de que o Estado de Goiás pudesse se beneficiar ao máximo destas campanhas. Através do programa “Marcha para o Oeste”, procurou incentivar, juntamente com o governo federal, o direcionamento dos excedentes populacionais de outras regiões, principalmente do sudeste, para os espaços demográficos vazios no interior goiano.

Este direcionamento de migrantes, segundo Souza e Carneiro (1996, p. 80), foi induzido através de intensa propaganda em rádios, principalmente nos horários sertanejos, que inicialmente diziam: “lavrador sem terra, venha para Goiás trabalhar na sua terra doada pelo governo” e que depois passaram a ser mais provocadores: “lavrador que não tem terra deve vir para Goiás, só não vem quem não quer trabalhar e ter o que é seu”. O que a propaganda não dizia era que as terras que estavam sendo doadas eram apenas as da área de colonização denominada Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG (1941).

No início da década de 1950, como prolongamentos da CANG, outras colônias agrícolas foram criadas, como as de Rubiataba, Rialma e Carmo do Rio Verde. Estas colônias deram vida nova à região que, com apoio financeiro federal na agricultura, aumentaram a produção econômica do Estado, permanecendo, no entanto, com suas condições sociais sem qualquer alteração, pois a força de trabalho continuava sendo composta de meeiros, parceiros e assalariados. “Por conseguinte, a forma de apropriação da terra foi efetuada de duas maneiras conflitantes: uma, pela compra da terra e a outra, pela simples ocupação ou posse da terra, ou seja, a “frente de expansão” era concomitante à “frente pioneira” . (CARNEIRO, 1988, p. 81)

Enquanto a frente de expansão caracterizava-se por camponeses pobres vindos de outras localidades que tomaram posse de terras doadas pelo Estado, a frente pioneira ou capitalista era formada por fazendeiros que compravam grandes extensões de terra e ali instalavam empresas agropecuárias. Conseqüentemente, a frente capitalista foi adquirindo vastas áreas férteis utilizadas anteriormente por pequenos posseiros e realizando, assim, a extração de renda da terra através de grandes empreendimentos agropecuários.

Apesar de preocupar-se em acompanhar o ritmo de mudanças e de modernização que atingia o país, a situação financeira estadual não foi das melhores, principalmente em decorrência da grande obra da construção de Goiânia, cuja expansão populacional estava muito além das previsões esperadas e que necessitava de inúmeros investimentos e benefícios, como saneamento básico e energia elétrica, entre outros.

Neste sentido, Pedro Ludovico empenhou-se na elaboração de uma política de eletrificação, criando as Centrais Elétricas de Goiás – CELG – dando início à construção da Usina do Rochedo. Esta política de eletrificação visava, em primeiro lugar, a possibilitar o abastecimento de Goiânia e a interligar o interior ao sistema, o que propiciaria, posteriormente, a industrialização no Estado. O governo empenhou-se também na captação de recursos estaduais, criando o Banco do Estado de Goiás S/A – BEG –, conseguindo melhorar a assistência à saúde no interior, exceto na zona rural, que continuava desprovida de ajuda.

José Ludovico de Almeida, conhecido por Juca Ludovico, que governou de 1955 a 1959, embora tenha assumido o governo sob tensões políticas advindas da campanha eleitoral, na qual era do partido da situação – Partido Social Democrático (PSD) –, pautou-se pela intensificação e pela execução do plano rodoviário, construindo estradas de ligação entre as principais cidades goianas.

Por ter viabilizado e conseguido da Comissão de Mudança da capital federal a aprovação de legalização e desapropriação da imensa área que se tornaria o futuro Distrito Federal, acelerou o desenvolvimento do Estado, pois o alargamento da fronteira econômica levou a um processo crescente de migração para Goiás, incentivando a posse da terra e o crescimento populacional do Estado, o que culminou, no final da década de 1960 em revoltas sociais pela posse de terra.

De acordo com Rocha (1998), Juca Ludovico ficou conhecido como o “governador de todos os goianos” pelo fato de ter sido um pacificador, e de ter conseguido acalmar a grande turbulência que se manifestava no cenário político de Goiás, marcado anteriormente por violentos confrontos.

Juca Ludovico deu continuidade às obras de infra-estrutura do Estado, modernizando principalmente a área energética, o que havia se iniciado no período em que fora Secretário da Fazenda, no Governo de Pedro Ludovico (1951-1955), resolvendo o problema de abastecimento de energia elétrica de Goiânia com a construção da Usina Rochedo e dando início à construção da Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, cuja primeira etapa foi inaugurada na sua própria administração. Junto com estas duas realizações, criou as Centrais Elétricas de Goiás (CELG). Na área dos transportes, realizou o melhoramento de algumas estradas, que posteriormente foram pavimentadas.

A região sudeste do país, que desde as décadas anteriores já estava inserida em um contexto de expansão agrícola e pecuária, precisava deslocar a produção de alimentos e matérias-primas para o consumo interno, formar um mercado consumidor de manufaturados e

ampliar a fronteira agrícola, a fim de receber excedentes populacionais. A fundação de Goiânia, aliada a outras políticas, foi o ponto de partida para a expansão para o oeste.

A transferência da capital só foi possível graças aos investimentos do governo federal através do programa “Marcha para o Oeste”. O Estado, ao concretizar esses projetos, assumia sua verdadeira face, isto é, passou a intervir na economia para garantir as condições necessárias ao desenvolvimento dos planos nacional e regional, de forma a possibilitar a expansão e a consolidação do capitalismo, mesmo que fosse retardado o processo de ocupação econômica em outras regiões.

É inegável a importância da construção de Goiânia para o processo de ocupação de regiões interioranas que até então se encontravam em um estágio de desenvolvimento muito aquém do das regiões sul e sudeste do país e até certo ponto ‘isoladas’ devido à dificuldade de comunicação com outras cidades ou centros comerciais. A partir de sua construção, como afirmam Palacín e Moraes (1994), foi possível promover a abertura de novas estradas, que se tornaram elos de ligação entre os municípios e com outros estados, favorecendo a imigração e,

consequentemente o povoamento, acelerando a colonização do Mato Grosso Goiano, zona de grande riqueza agrícola; criou o primeiro centro urbano de relativa importância em Goiás que, se não chegou a constituir um centro industrial – como esperavam os construtores –, desenvolveu para si e para todo o estado os diversos tipos de serviços (colégios e faculdades, bancos, hospitais, comércio, etc) indispensáveis ao desenvolvimento. (PALACÍN; MORAES 1994, p. 109)

A nova capital significou para Goiás um novo tempo. Marco forte da modernidade, Goiânia reuniu o tradicional e o moderno. O concreto armado e a arquitetura moderna contrastavam com o meio de transporte rudimentar, utilizado para carregar os materiais para a construção da cidade que surgia no vazio do sertão. A economia tomou impulso e a urbanização foi acelerada, tanto na cidade de Goiânia como no seu entorno. A população da nova capital teve um crescimento muito grande em poucos anos de fundação. “A taxa de crescimento na década de 1950 foi de 10,34%; na de 1960, 10,96%; nas três décadas seguintes: 9,69%, 6,54% e em torno de 5,28% respectivamente. Em 1980, a capital contava com 717 mil habitantes; em 1990, sua população ultrapassou 1 milhão de habitantes.” (BERNARDES, 1999, p. 20)

Do ponto de vista político, Bernardes (1999, p. 20) afirma que

[...] a nova capital representou, por parte do governo do Estado, a possibilidade de legitimação do poder de um grupo econômico que se tornou

emergente e, por parte do governo federal Getúlio Vargas, a possibilidade de Goiás afirmar-se como retaguarda econômica, frente de expansão para o mercado interno, nova área consumidora dos produtos industrializados e, também, garantia de gêneros agropecuários para os centros econômicos do País. Do projeto de modernidade à construção de Goiânia, instaurou-se um processo modernizante favorecido pela inserção de Goiás – Estado periférico – no movimento econômico capitalista.

Outros fatores também contribuíram para a expansão populacional do Estado de Goiás e foram decisivos para a ampliação e o surgimento de núcleos urbanos. Sobre eles, Barreira (1998) destaca que

toda movimentação ocorrida em Goiás, e que incorreu em alterações no conjunto do Estado na década de 50 foi devido a quatro frentes de ocupação: “Sudeste (região de influência da Estrada de Ferro), Sudoeste, Mato Grosso de Goiás e uma frente mais avançada, no Vale do São Patrício, que se instala após a chegada da Estrada de Ferro a Anápolis, em 1935”. Essas frentes abriram o Estado para a economia nacional e também imprimiram uma nova fisionomia na região centro-sul não somente pelo grande contingente populacional que se instalou nesta área, mas também, pela implementação da pecuária e agricultura para o mercado externo. Grandes regiões foram desbravadas nesta época, o que significou uma movimentação populacional e econômica na criação e/ou ampliação de novos núcleos urbanos nas áreas de fronteiras. (BARREIRA, 1998, p. 2)

Assim como Goiânia reestruturou o espaço do centro-oeste brasileiro, a construção de Brasília, na década de 1950, e a construção de vias de integração nacional causaram grandes alterações, do ponto de vista espacial, no Brasil e em Goiás, contextualizando-se no momento em que o planejamento foi tido como instrumento capaz de corrigir os desequilíbrios regionais e econômicos, garantindo um contínuo processo de intervenção estatal na economia.

O presidente Juscelino Kubitschek, em seu discurso em Brasília, no dia 02 de outubro de 1956, proclama a importância desta capital para o desenvolvimento do país.

Deste Planalto Central, desta solidão que breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino. (*Revista de Educação*. n. 42, p. 22, 1960)

Fruto de uma proposta desenvolvimentista e de modernização que se efetivou no governo de Juscelino Kubitschek, Brasília nasceu para conectar o sudeste industrializado às regiões periféricas do centro-oeste e da Amazônia num projeto de interiorização e ampliação das frentes de acumulação de capital e de abertura do mercado interno. A esse respeito, Bernardes (1999, p. 23) afirma que

Brasília representa, nacionalmente, um modelo utópico e, por isso, simbólico da proposta desenvolvimentista, na qual o Estado assumira um papel definidor de uma política econômica, capaz de gerir o crescimento e a modernização. Sua concepção, como projeto urbanístico, arquitetônico e político, traz consigo contradições, uma vez que a cidade representa um modelo de síntese universal de modernidade. Nessa proposta, pretende-se constituir um marco simbólico de ruptura com o passado, apontando-se a criação de novas formas de convívio social opostas àquelas que presidiam uma estrutura social concebida como arcaica.

A construção da nova capital federal no Estado de Goiás foi um momento muito esperado e de grandes expectativas para os goianos, pois traria oportunidades de afirmação e construção da identidade goiana. Goiás sairia de um estágio de economia colonial para entrar em uma nova fase de intensas transformações. O progresso fascinava e criava uma nova mentalidade, baseada na idéia de que um novo panorama econômico surgiria no Estado e lhe garantiria um lugar de destaque no país.

Mais do que interiorizar, a construção de Brasília materializou as aspirações nacionalistas de concentrar na fronteira<sup>1</sup> a estratégia de desenvolvimento nacional. Então, a industrialização apresentou-se como projeto para a superação do subdesenvolvimento e um modelo a ser seguido. Criaram-se condições de desenvolvimento baseadas na ideologia da livre concorrência.

A modernização é contrastada com estagnação e azar: ‘americanização’, ‘industrialização’, ‘democratização’ são sinônimos e referem-se sempre a um estágio de desenvolvimento presente, em contraste com um passado que se quer superar e um futuro radiante. Dedicção, visão esclarecida, coragem, determinação e entusiasmo – tais eram os princípios que garantiam o tempo que haveria de vir. (SILVA, 1997, p. 67)

Assim como o desenvolvimento da indústria, era imprescindível também o desenvolvimento no setor dos transportes, no sentido de permitir o escoamento da produção primária para os grandes centros e a chegada de produtos industrializados a diversos pontos do país. Para tanto, os governadores deste período efetivaram a implementação de toda uma infra-estrutura básica, no sentido de inserção do Estado nesta ideologia desenvolvimentista, cuja expansão territorial contribuiu para a expansão e o desenvolvimento do Estado goiano. Segundo Carneiro (1988, p. 79),

[...] somente uma infra-estrutura básica, principalmente do transporte, viabilizaria economicamente a expansão agrícola extensiva em uma região

---

<sup>1</sup> Aqui entende-se “fronteira” como os espaços ainda vazios à ocupação capitalista da terra.

como Goiás, distante do Centro-Sul, centro dinâmico da economia. Através do fácil acesso à região tornou-se possível o deslocamento de populações de outras áreas do país para Goiás.

### 1.3.1 As novas estradas: integração de Goiás no território brasileiro

Com a construção de grandes estradas, inicialmente em áreas exploradas, e a partir da década de 1950 em regiões praticamente inexploradas, o Brasil entrou numa fase de desenvolvimento que significou a unificação de todas as regiões importantes do território nacional através de um sistema unitário de transportes terrestres. As rodovias federais, designadas pela sigla BR, compõem o tronco principal desse complexo rodoviário. Para a complementação desta rede de transporte relativamente esparsa, foram construídas estradas estaduais, obras que, a cargo dos próprios estados, tecnicamente deveriam apresentar qualidade idêntica à das rodovias federais.

A abertura de uma nova estrada de rodagem e a modernização das já existentes complementou a política de industrialização e de ocupação da fronteira agrícola. A construção de Brasília foi o ponto de partida para a ocupação efetiva do centro-oeste e da Amazônia em termos humanos e econômicos, visando à consolidação de uma intensa periferia, com a função de produzir excedentes de alimentos e matérias-primas capazes de alimentar a industrialização do centro-sul do país, além de absorver os contingentes migratórios das regiões norte e nordeste, com a abertura de novas frentes de trabalho, que funcionariam como pólos de atração.

Estas estradas geralmente foram incorporadas a outras já existentes e que já funcionavam plenamente durante anos e a outras que, mesmo em condições precárias, foram desbravadoras de regiões pioneiras.

De acordo com Nunes (1984, p. 105), o desenvolvimento da rede rodoviária de Goiás não se fez de forma regular. Houve períodos de grande volume de obras e outros de atividade reduzida, sendo o impulso mais notável ocorrido no governo do presidente Juscelino Kubitschek, principalmente durante a construção de Brasília.

No âmbito dessa política expansionista para o oeste, o aprimoramento da infraestrutura de transportes e a implantação de rodovias foram fundamentais para o desenvolvimento de várias regiões do país, inclusive Goiás, pois proporcionaram a ampliação da fronteira agrícola nacional e facilitaram a integração intra e inter-regional no Estado.

A rede rodoviária criada em função da construção de Brasília repercutiu imediatamente sobre a economia goiana, pois o Estado, que até então encontrava-se isolado

por falta de estradas e de meios de transportes, viu-se cortado por uma série de vias de comunicação com outros centros econômicos do país, o que permitiu maior integração, comercialização e expansão econômica do Estado goiano.

Neste sentido, Borges (2000) afirma que, por ter sido planejada como ponto central do sistema viário brasileiro, Brasília propiciou a implantação de uma rede de transporte, que interligou a nova capital aos principais centros urbanos do país. Estas rodovias permitiram a circulação de riquezas entre as áreas agrário-extrativas do interior aos centros industrializados do sudeste.

A rodovia priorizada pelo governo JK foi a Belém-Brasília (Figura 1). A abertura da rodovia encurtou as distâncias entre as cidades do centro-oeste e do norte goiano e as regiões mais desenvolvidas. O espaço regional passou a ser ocupado efetivamente por projetos agropecuários, interligando a economia regional à dinâmica capitalista.

### 1.3.2 BR 153 - Belém-Brasília

A rodovia Belém-Brasília, por cortar o Estado de Goiás em toda a sua extensão no sentido norte/sul, é de vital importância para o intercâmbio do Estado com outras regiões do país, bem como com Goiânia, Triângulo Mineiro e São Paulo. Atualmente, a rodovia corta quatro estados da federação brasileira, que são Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará.

Antes da construção da BR-050, que veio encurtar de maneira significativa o percurso entre Brasília e São Paulo, o trecho da BR-153 que se estende de Anápolis ao Triângulo Mineiro era a única via através da qual se estabeleciam as relações entre aquelas duas cidades. Por servir também ao “Mato Grosso de Goiás”, a BR 153 representa o mais importante fluxo de mercadorias entre o centro-oeste e o sudeste.

Figura 1: O presidente Juscelino inspeciona trecho da rodovia Belém-Brasília, em 1958.



Fonte: Projeto Memória - Cem anos JK (2002, p. 14).

Em vista do grande desenvolvimento da área do “Mato Grosso de Goiás” e também do norte do estado, que dela se servem para o escoamento de seus produtos rumo aos mercados paulistas, os fluxos que por aí trafegam figuram entre os de maior intensidade da região.

A Belém-Brasília, em conexão com outras rodovias, formou o eixo rodoviário do país, incrementando o movimento demográfico e as relações comerciais inter-regionais, principalmente entre o sul e o norte de Goiás, ampliando o mercado interno. Ainda segundo Barreira (1997), esses eixos rodoviários de penetração foram verdadeiros instrumentos para a conquista interna do território nacional.

Além da rodovia Belém-Brasília ser obra do governo JK e estar integrada ao seu Plano de Metas, também tinha como meta – síntese a construção de Brasília, que resultaria na

transferência da capital federal para o interior do país, como parte do projeto maior de interiorização do desenvolvimento. Deve-se ressaltar que tal empreendimento liga-se, de alguma forma, a programas que já estavam em curso desde o chamado “Estado Novo”, na chamada “Ditadura Vargas”.

As origens desta rodovia ligam-se àquilo que se tornou uma marca da era Vargas, que foi a “Marcha para o Oeste” que, por sua vez, teve como traço mais marcante a instalação das colônias agrícolas nacionais (1941), sendo que o Estado de Goiás contou com uma, que foi denominada Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG – dando origem à cidade de Ceres.

Entretanto, estas políticas de interiorização do progresso ou do desenvolvimento não atingiram, num primeiro momento, as regiões localizadas no extremo centro oeste e no norte de Goiás, mas pode-se perceber no empreendimento da CANG, o ponto de partida para a viabilização da rodovia Transbrasiliana (BR 014), atual Belém-Brasília (BR 153). É que nesse modelo de desenvolvimento, que se pode chamar de induzido, com a decisiva participação do Estado, houve uma comunhão de interesses dos governos federal e estadual com um outro universo, o da economia, em busca de dilatação de suas fronteiras e de modernização.

O governo estadual de José Ludovico de Almeida (1954-1960) integrou-se à política do governo federal no sentido de criar uma infra-estrutura viária capaz de expandir o Estado. Neste sentido, expressou o governador:

Os meios de transportes constituem evidentemente outro elemento essencial ao desenvolvimento econômico, e por isto, o meu governo, acima de outras medidas, cuidará de intensificar a execução do novo plano rodoviário, providenciando, simultaneamente, na conformidade dos recursos disponíveis, abertura de outras estradas de comprovado valor econômico [...] altamente eficiente e capaz de atender às necessidades de todo seu território. (NUNES, 1984, p. 102)

A política estadual, neste período, esteve em plena consonância com as diretrizes políticas do governo federal, objetivando integrar Goiás ao resto do país como mercado consumidor e fornecedor de matérias-primas e produtos alimentícios, através da preocupação em criar uma infra-estrutura básica energética e viária.

O homem colocado à frente de tão grande empreitada foi o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão de Carvalho Araújo, que anteriormente havia implantado e dirigido a Colônia Agrícola de Ceres. Sayão não se conformava com o isolamento do interior goiano, provocado principalmente pela falta de estradas. Desejava abrir fronteiras. Daí sua afinidade com o então

presidente Juscelino Kubstcheck. Tanto ele quanto o presidente lutavam pelo mesmo ideal. Sayão falava numa rodovia que seria a “espinha dorsal” do Brasil. Dela partiriam as “costelas”, que seriam as estradas secundárias. Tratava-se de um processo de intercomunicação que representaria uma malha de picadas, ou melhor, a geografia humana de um sistema venoso: as artérias, as veias menores e, por fim, os capilares. Ao iniciar os trabalhos, Sayão dissera com aquela fé que só a morte haveria de extinguir: “esta cicatriz que vamos abrir ficará para sempre marcada. Ninguém mais a tirará do coração do Brasil”. O sonho que ele acalentara durante tantos anos iria ser convertido em realidade. “Consegui meu sonho, a espinha dorsal. A principal ficando pronta, faltarão apenas as costelas.” (SAYÃO, 1976, p. 137)

Em 1958, as atenções do presidente Juscelino Kubitschek estavam voltadas para a construção da Belém-Brasília e o que o preocupava era a floresta, pois diziam que ela era traiçoeira e que apenas coragem e determinação não bastavam para que pudesse ser vencida. Sayão, mais do que ninguém, pressentia os perigos, as ciladas, as surpresas que o aguardariam quando, à frente dos seus mateiros, desse início à penetração. Numa tomada de posição, para sentir o problema, voou até São Miguel do Guamá, no Pará, a fim de ver o trabalho de deslocamento que se processava ao prolongamento da estrada.

Neste sentido, foram criadas duas frentes de construção da estrada, que se estendiam no imenso território inviolado. As duas turmas deveriam se encontrar num ponto imaginário, ainda não localizado no mapa, mas que um dia existiria de fato. Chamavam-no de “Ligação”. O comboio das máquinas rodoviárias havia chegado em Goiás e a Belém e as obras deveriam se desenvolver com um ímpeto que já havia sido denominado de “Ritmo de Brasília”. O escritor Bernardo Élis descreve:

[...] De repente, chega um homem fortíssimo com máquinas até então nunca vistas, com rádio, aviões e apetrechos mais poderosos do que a magia dos gênios e investe contra o inimigo secular e invencível para botá-lo abaixo em dois sopapos, erguendo em seu lugar casas, sítios, fazendas, cidades!

[...] Tão logo falou, como que as máquinas despencaram das nuvens e roncavam furiosas desde Belém até Brasília, atraindo levas e levas de brasileiros que afugentavam os índios e os bichos de Deus nosso, Senhor. Ah, tocavam agora na menina dos olhos do Brasil Central, o sonho antigo, sempre renovado de alcançar o oceano perdido. E a proporção que as máquinas andavam fazendo estradas, pontes, túneis, aterros etc., surgiam cidades, fazendas, sítios, povoados. (Apud GARCIA 2002, p. 342)

Ainda sobre este assunto, Garcia (2002, p. 341) relata que, “depois da estrada aberta, despontou uma outra paisagem no sertão de Goiás. Ao longo dela, surgiram 38 povoações,

entre cidades, vilas e vilarejos. O próprio Juscelino chegou a escrever que a Transbrasiliana – depois chamada de Belém-Brasília, mas que na verdade foi batizada de Bernardo Sayão – era mais importante que Brasília. Sayão há tempos vinha insistindo no argumento de que, se a estrada fosse construída, Brasília estaria salva de qualquer tentativa de abandono por parte dos governos futuros. Ela seria uma forte garantia para a mudança da capital”. A abertura da Belém-Brasília (Figura 2) decretou a falência do velho sistema viário do centro-oeste e sul do Maranhão. A navegação do Tocantins, cara e difícil, restringiu-se a pequenos trechos, em função das áreas de influência dos principais portos, direta ou indiretamente servidos pela estrada, como Imperatriz, Estreito e Miracema do Norte.

Algumas das velhas estradas vicinais existentes foram aproveitadas na construção da Belém-Brasília. Novas melhorias foram introduzidas na largura, no traçado e no leito dessas estradas. Pela legenda da Figura 2 pode-se ter uma noção da importância desta rodovia, que possibilitou a comunicação no país de norte a sul e, mesmo antes de sua pavimentação, atraiu pessoas que, a sua margem, foram construindo novas cidades e despertando outras, como é o caso de Porangatu.

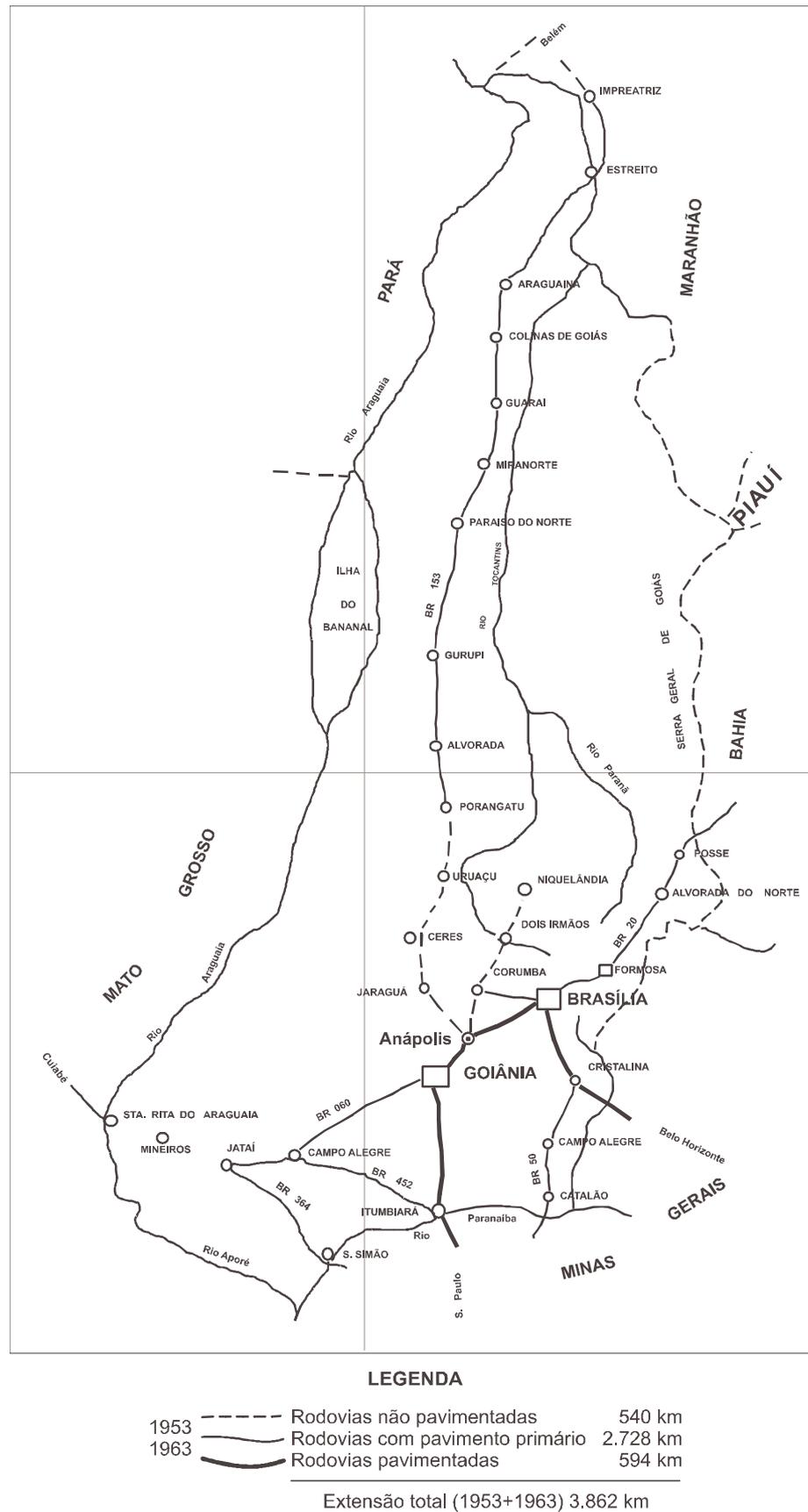
As transformações que decorreram da abertura dessa estrada afetaram diretamente as antigas e as novas colonizações do Estado, assim como as fazendas de criação de gado que se formaram com a derrubada, a queima e a limpeza de vastas áreas para a formação de pastos, o que praticamente preencheu os espaços vazios existentes entre as localidades. A partir de então começou a ascensão dos latifúndios, com a absorção das pequenas propriedades originalmente existentes.

Explicando sobre as transformações provocadas pela rodovia, Soares (2002, p. 43) reforça a idéia de que “os antigos aglomerados, que até então possuíam uma economia praticamente fechada, como, por exemplo, Ceres, Uruaçu, Porangatu, entre outros, tiveram um crescimento considerável. Destes, alguns aumentaram seu sítio original, como foi o caso de Uruaçu e Porangatu”. Estas duas cidades centralizaram a maior parte do comércio da região e moldaram sua estrutura econômica em função do eixo rodoviário da Belém-Brasília.

A rodovia alterou profundamente a estrutura sócio-econômica do norte de Goiás e reestruturou o espaço econômico regional, tanto urbano como rural, antes prejudicado pela falta de meios de transportes, o que isolava o norte do restante do estado.

Segundo Dias e Valverde (1967, p. 276), antes mesmo que a rodovia chegasse a Porangatu,

Figura 2: Evolução das rodovias federais em Goiás 1953-1963.



Fonte: Departamento nacional de estradas de rodagem, histórico das rodovias federais em Goiás, 1984. Ministério dos transportes. In: NUNES, 1984, p. 109.

inicia-se um tremendo fluxo de população para a cidade, que cresceu de 930 habitantes, em 1950, para 2886 habitantes, em 1960, bem como para as terras florestais das vizinhanças, especialmente as da bacia do rio Santa Tereza, afluente da margem esquerda do Tocantins. Aí, chegaram povoadores de duas categorias sociais: posseiros, vindos de regiões pobres e em crise social, especialmente do Piauí e Maranhão, para abrir roças e iniciarem nova vida; fazendeiros, acompanhados de mateiros, empregados e jagunços, para abrirem invernada.

A construção da rodovia foi de fundamental importância para o desenvolvimento de cidades do interior do Estado de Goiás, como afirma Braga (1973 p.40):

cidades como Uruaçu e Porangatu tiveram outras origens, mas o seu “ressurgimento”, o seu desenvolvimento deve-se tão somente à intensificação dos transportes, à rápida comunicação com o sul, o que lhe foi proporcionado pela Belém-Brasília, esta estrada acelerou não apenas o desenvolvimento comercial, mas, como não podia deixar de ser, o social e cultural daquela região. Feito o veio principal, ligando Anápolis e, depois, Brasília, ao extremo do Estado e, posteriormente, a Belém, surgiram as estradas de penetração, as chamadas costelas, ligando vilas, povoados e cidades à esquerda e à direita da grande rodovia.

A implantação da rodovia, aliada à política de Integração Nacional colocada em prática pelo governo federal, provocou uma substancial procura e a conseqüente valorização das terras do norte de Goiás, estimulando a especulação imobiliária na região.

Com a construção da rodovia, vários núcleos populacionais apareceram e dentro de poucos anos adquiriram características de centros urbanos. As cidades goianas servidas pela rodovia, como é o caso de Porangatu, reurbanizaram-se e passaram a contar com as modernas invenções do mundo capitalista, como energia elétrica, telefone, telégrafo e outras que contribuíram na expansão dos aspectos da vida social, política e cultural do Estado, bem como para adquirir características modernas. Algumas cidades conheceram com maior ou menor intensidade os efeitos da modernização, alterando, assim, seus aspectos físicos e culturais, tais como a arquitetura, a urbanização e a implantação de serviços de infra-estrutura.

Entre as cidades que se desenvolveram como resultado da construção da rodovia Belém-Brasília, do tráfego de veículos e do intercâmbio comercial e cultural com outros centros destaca-se a cidade de Porangatu, cujo desenvolvimento estava muito aquém da modernização em nível de país e de estado.

A década de 1950 caracterizou-se pela utopia da modernização desenvolvimentista. A crença na mudança contagiou diferentes segmentos da sociedade brasileira. A palavra “renovação” esteve presente nos corações e nas mentes da população, marcando também o

projeto econômico desenvolvimentista que propiciou a introdução, no mercado de consumo, dos eletrodomésticos, que contribuíram para alterar, de forma significativa, as condições de conforto e o cotidiano das classes médias. Por sua vez, foi também a dinâmica da economia desenvolvimentista que propiciou uma marcante agilização no sistema de comunicação do país, introduzindo, de forma definitiva, a era do automóvel na vida nacional. Entretanto, foi esse mesmo modelo econômico que internacionalizou a economia brasileira e contribuiu para o “afrouxamento” das estruturais contradições do país.

Este clima de entusiasmo dominou o país, sobretudo nas áreas urbanas. Acreditou-se que o país teria condições de se lançar num gigantesco vôo rumo à civilização. Difundiu-se largamente a idéia de progresso. Para uns, através dele o país poderia, num futuro próximo, partilhar com os países do Primeiro Mundo dos benefícios do capitalismo. Para outros, a expansão do capitalismo deveria criar condições para uma revolução socialista. Este entusiasmo e esta euforia trazidos pelas transformações modernas eram sinônimos de esperança e de progresso. Apesar das profundas contradições sociais e econômicas que se faziam visíveis no cotidiano do cidadão brasileiro, o momento apresentava-se como um tempo de possibilidades mágicas para as pessoas e organizações que acalentavam projetos transformadores para o país. Nacionalismo, modernização distributivista e reforma social eram termos que exaltavam a mudança e a integração do povo como sujeitos ativos em um processo que pretendia ter a marca da renovação.

Neste sentido, observou-se que, enquanto o desenvolvimento econômico caminhava no sentido da expansão do capitalismo industrial no Brasil, a educação continuava a estruturar-se sob bases, valores e técnicas próprias das mentalidades pré-capitalistas, o que será abordado a seguir.

## **CAPÍTULO II**

### **A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM GOIÁS**

Sob influência dos processos de modernização ocorridos nas economias mais desenvolvidas desde o final do século XIX, a educação no Brasil redefiniu seus objetivos e suas práticas no início do século XX seguindo, de uma forma geral, as determinações das sociedades capitalistas desenvolvidas. Neste capítulo, será analisado como se apresentava a educação no Brasil e em Goiás dentro deste contexto, especificamente na década de 1950.

#### **2.1 A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Ao observar os discursos políticos de Getúlio Vargas, de JK e dos governadores goianos, realizados em campanhas eleitorais, pode-se constatar que ali havia a intenção de realizar maiores investimentos em todos os setores do país, inclusive na educação. Entretanto, na prática, a situação foi diferente, pois na década de 1950 os governos preocuparam-se muito em equipar o país com uma infra-estrutura básica que atendesse à demanda interna, para que, assim, se pudesse alcançar um desenvolvimento econômico condizente com um país que queria a todo custo modernizar-se.

Para expandir suas indústrias, o Brasil precisava de energia, de transporte, de estradas, de investimentos no campo, na saúde, na qualificação da mão-de-obra e de investimentos também na educação, que ficou sempre relegada a um segundo plano. O histórico cultural brasileiro permite declarar que o desenvolvimento educacional não ocorreu com a mesma intensidade que as transformações econômicas porque, como apresenta Romanelli (2003, p. 55), seguia os moldes econômicos vigentes e não os sociais.

A escola brasileira expandiu também em função dos papéis que lhe reconhecia a economia. Porém enquanto prevaleceu a economia exportadora agrícola, fundada em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo simplesmente como agente de educação para o ócio ou de preparação de carreiras liberais. As relações entre o modelo econômico e o modelo educativo, nesta fase, não podiam ser medidas em termos de defasagem porque então a educação escolar carecia de função importante a desempenhar junto à economia.

Com o processo de modernização, surgiram também novas exigências educativas e as diferenças apareceram. Mesmo tardiamente, a educação começou a ser profundamente afetada, não só nos seus métodos como também em seus objetivos. Sua presença tornou-se cada vez mais constante nas políticas públicas que, em nome do progresso, criaram leis educacionais<sup>2</sup> e campanhas no sentido de expandir, isto é, de levar o ensino a toda a população em idade escolar do país, objetivando não ficar tão aquém dos países desenvolvidos.

O problema mais urgente a ser resolvido pela educação era o analfabetismo que, na década de 1950, segundo dados do IBGE, chegava a 50% da população. Este dado justifica-se pelo fato de o país possuir, no período, uma economia quase que totalmente agrária, pela idade com que a maioria da população iniciava o curso primário (mais de sete anos) e pelo alto índice de reprovação, que retinha na escola boa parte da população além da idade própria.<sup>3</sup>

Este índice era alarmante e por isto foram tomadas providências como a ampliação de instalações de *classes de ensino supletivo*<sup>4</sup> nos municípios brasileiros, incentivando, assim, a matrícula em cursos profissionais e pré-profissionais de nível primário, que funcionavam nos horários vespertino e noturno, para pessoas com mais de 14 anos. Com isso, houve uma redução no analfabetismo registrado entre 1950 e 1960 “correspondendo a 12% no período.” (ROMANELLI, 2003, p. 64)

Foi somada à *Campanha de Ensino Supletivo* a *Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos*, através da qual o governo federal destinou cerca de

---

<sup>2</sup> A primeira proposta de Plano de Educação foi publicada em 1932, sob o título de *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 25 educadores e educadoras, dirigido ao povo e ao governo, defendendo com fervor cívico a escola pública, gratuita e laica. Propunha um plano com sentido unitário e de bases científicas. Todavia, em que pese a repercussão alcançada pelo *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, somente em 1962, ou seja, trinta anos depois, e já na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 40024/61 – é que foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação.

<sup>3</sup> Mais dados a este respeito ver em Romanelli, (2003, p. 64).

<sup>4</sup> O ensino supletivo já vinha sendo realizado desde 1947, porém em número inexpressivo. (ROMANELLI, 2003, p. 63)

700 milhões de cruzeiros em recursos para a instalação, mediante convênios com os Estados e o Distrito Federal, de cursos de educação de adultos em todo o território nacional.

O Ministério da Educação e Cultura - MEC, através do Serviço de Relações Públicas da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, acabou levantando um numeroso voluntariado que, sem receber nenhuma remuneração, passou a prestar serviços à Nação, ajudando a elevar o nível cultural de cada cidadão.

A divulgação desta campanha foi realizada em rádios, jornais e revistas da época. Entre as revistas, são apresentadas a seguir algumas chamadas realizadas através da *Revista de Educação* com o intuito de conseguir voluntários para este trabalho.

Colaborar com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos é contribuir para o progresso do Brasil e a felicidade de seu povo. (*Revista de Educação*, n. 37, p. 24)

Para ser um Voluntário da Educação de Adolescentes e Adultos não é necessário conhecer a pedagogia profunda, porquanto toda uma estrutura programática já existe à espera do Voluntariado que vem a seu encontro. Procure a Campanha de Adolescentes e Adultos. (*Revista de Educação*, n. 39, p. 30)

Os voluntários da Campanha de Adolescentes e Adultos são todos aqueles que se entrosam com ela, trazendo uma parcela de sua cooperação. (*Revista de Educação*, n. 39, p. 22)

Observa-se, pelas chamadas apresentadas, que o voluntariado passou a ser uma peça fundamental nesta campanha, o que denota dificuldades de material humano qualificado para atender todas as regiões do país e falta de recursos financeiros para investir em qualificação do professorado ou na remuneração de “voluntários”, difundindo a idéia de que todos deveriam colaborar no sentido de elevar o nível educacional do povo e, conseqüentemente, com o progresso do país.

Além de alfabetizar adolescentes e adultos, esta campanha deveria incorporar educação rural, construção de prédios escolares, extensão de escolaridade, educação complementar de erradicação do analfabetismo e merenda escolar.

Algumas instituições, com recursos próprios, entraram, juntamente com o governo federal, nesta luta por alfabetização, entre elas

a Campanha de Educação Rural, o Exército, o Serviço Nacional de Educação Sanitária, o Serviço Especial de Saúde Pública, o Instituto de Imigração e Colonização etc. Dentre as instituições de direito privado se destacam a Cruzada Nacional de Educação, a Bandeira Paulista de Alfabetização, o SENAI, o SENAC, o SESI, o SESC e outras, sendo que o trabalho de maior envergadura vem sendo realizado pelo SESI. (*Revista de Educação*, n. 37, p. 35)

Segundo Barreiro (1994), a *Campanha Nacional de Educação Rural* (1952), criada no governo de Getúlio Vargas e oficializada em 1956, na Gestão de Juscelino Kubitschek, tinha como um de seus objetivos adequar os camponeses ao novo modelo desenvolvimentista. Valendo-se da educação fundamental, esta campanha explicitava em seu discurso o objetivo de “elevar os níveis econômicos da população rural através do emprego de técnicas de organização comunitária e de trabalho pela via da educação”. Foi a partir deste contexto ideológico formado por uma concepção de história baseada na idéia de progresso que a campanha nacional definiu suas prioridades de trabalho em relação à educação rural no Brasil, nos locais onde atuou.

Alguns congressos foram realizados nesta década, como o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em Brasília, no ano de 1958, que trouxe mais uma vez à pauta a questão do analfabetismo no Brasil. Este congresso contou com a participação de educadores de todo o país que, durante o congresso, fizeram um balanço geral da educação implantada no país até então e levantaram metas, com o intuito de mudar a realidade, principalmente no sentido de erradicar o analfabetismo.<sup>5</sup>

Algumas resoluções foram tomadas durante este congresso. Dentre elas, a *Revista de Educação* destaca a criação da Associação Brasileira de Educação de Adultos, com o fim de dar continuidade aos temas debatidos no congresso, bem como de procurar solucioná-los com a ajuda da Nação, através da difusão destes ideais e da divulgação da *Carta de Educação de Adultos* (síntese dos trabalhos do congresso) através da imprensa. O MEC, através do Ministro Clovis Salgado, “resolveu imprimir à antiga *Campanha de Ensino Supletivo*, criada em 1947, depois chamada de *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, orientação condizente com as necessidades do momento, para conferir ao homem, pela educação, o direito de viver conscientemente e feliz em seu meio.” (*Revista de Educação*, n. 37, p. 35)

A seguir, com base em Martins (2001, p. 93-98), é apresentada a cronologia desta década, conhecida por muitos como a mais fértil da história da educação no Brasil.

1950:

- Em Salvador-BA, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua idéia de escola-classe e escola-parque.

---

<sup>5</sup> O II Congresso Nacional de Educação de Adultos contou com a participação de 1.260 congressistas, que apreciaram 1206 teses, em mais de 40 reuniões de Comissões de Estudos, aprovando relatórios, emendas, proposições e noções, em movimentadas sessões plenárias. Durante oito dias, os órgãos oficiais do ensino, entidades particulares e professores, conjuntamente, entregaram-se ao estudo dos problemas relacionados com as finalidades, formas, aspectos sociais, organização, métodos e processos da educação de adultos, objetivando seu aperfeiçoamento. (*Revista de Educação*, n. 37, p. 33)

- Fundação da Associação Montessori do Brasil – AMB – pela professora Piper Lacerda Borges, que já mantinha a Escola Experimental Montessori, a primeira escola montessoriana do país.

1951:

- Fundação da Universidade Católica de Pernambuco.

1952:

- O educador Lauro de Oliveira Lima inicia, em Fortaleza-CE, uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget.
- Fundação da Universidade Mackenzie, em São Paulo.

1953:

- Criação do Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação e Saúde Pública passando a se chamar Ministério da Educação e Cultura.
- Criação da *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES –*, vinculada à Diretoria do Ensino Secundário, dirigida por Armando Hildebrand.
- Criação do Comitê Brasileiro da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar- OMEP.

1954:

- Fundação da Universidade Federal do Ceará.
- Criação das Inspetorias Seccionais do Ministério da Educação.

1955:

- Criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – com o objetivo de sistematizar uma “cultura brasileira”.
- Criação da Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE, vinculada ao Ministério da Educação.
- Anísio Teixeira funda os Centros de Pesquisas Educacionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre.
- O Deputado Carlos Lacerda apresenta seu primeiro substitutivo ao Projeto de Lei para Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- Fundação da Pontifícia Universidade de Campinas e da Universidade Federal da Paraíba.

1957:

- Criação da revista *Escola Secundária* pela *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário* - CADES, do Ministério da Educação.
- O ministro Clovis Salgado altera o projeto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e envia para o Congresso Nacional o Substitutivo nº 20222.
- Criação da Universidade Federal do Pará.

1958:

- Criação da *Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo* - CNEA.
- Realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos.
- Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1959:

- A Emenda Carlos Lacerda (seu terceiro substitutivo) prevalece sobre o texto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterando substancialmente a pujança do projeto original.
- Cento e oitenta educadores lançam um manifesto à nação solicitando ao governo que o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seja rejeitado.
- Fundação da Pontifícia Universidade Católica de Pelotas, da Universidade Federal Fluminense e das universidades federais de Goiás (pela Lei nº 3834 de 14/12/1960), de Juiz de Fora, de Santa Catarina e de Santa Maria.

1961:

- Depois de treze anos de discussões, é promulgada a Lei nº 4.024, que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Constata-se, pelos dados apresentados, que houve um desenvolvimento quantitativo no sentido de criação de universidades federais e particulares em várias localidades brasileiras, como São Paulo, Ceará, Campinas, Paraíba, Pelotas, Goiás, Juiz de Fora, Santa Catarina e Santa Maria, e que foram criadas campanhas no sentido de erradicar o analfabetismo através de um programa nacional, levando-se em conta as diferenças sociais,

econômicas e culturais de cada região; entretanto, a expansão do ensino de crianças, jovens e adultos apresentou o próprio retrato da contradição, ou seja, de um lado cresceu a procura pela escola e por oportunidades educacionais e, de outro, a estrutura escolar não sofreu as mudanças necessárias para oferecer, tanto quantitativa como qualitativa, as oportunidades de ensino de que a sociedade necessitava. Surgiram também movimentações de educadores no sentido de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resultando em sua aprovação, em 1961.

Mas, como realmente estava a realidade do ensino brasileiro neste período e que providências estavam sendo tomadas no sentido de corrigi-las? O ensino brasileiro neste período caracterizava-se por deficiências quantitativas e qualitativas. Em palestra,<sup>6</sup> o Ministro da Educação e Cultura, Dr. Clovis Salgado Gama, no ano de 1958, já dizia que só seríamos “um país desenvolvido economicamente quando nossa escola, ou pirâmide esguia, tornar-se um cubo maciço. Educação e desenvolvimento marcham juntos, são processos concomitantes”, ou seja, o Brasil só seria considerado um país desenvolvido se conseguisse elevar o índice de alfabetização; quando a quantidade de salas se equiparasse à sua qualidade que, segundo ele, estava “muito longe de ser satisfatória, tendo em vista a era tecnológica em que vivemos”.

Sobre a escola primária, o ministro destacou que “não preenchem nem o mínimo que se propunha, que era ensinar a ler, escrever e contar aos que a procuravam”. Estas deficiências das escolas primárias estavam relacionadas à pouca qualificação dos professores, que acabavam criando problemas no ensino, como o grande número de evasão e repetência, que era alarmante e perdurou por muitos anos. Outro dado agravante da deficiência do ensino primário foi não possuir, nesta década, escolas suficientes para toda a população em idade escolar, pois a população de 7 a 11 anos totalizava 8.224.300, enquanto o número de escolas atendia a apenas 5.768.727 alunos, havendo, assim, um déficit de 2.455.573 crianças sem escola, o que corresponde a um percentual de 29,85%. (*Revista de Educação*, n. 37 p. 13)

O contexto da escola média apresentou-se mais deficitário do que o da escola primária. Isto se deu inicialmente pelo fato de 65% das instituições deste nível, em 1957, serem particulares, impedindo o acesso das camadas mais pobres da população. Neste sentido, o ensino médio tornou-se, desde cedo, excludente, funcionando como um filtro econômico

---

<sup>6</sup> Conferência proferida em 1958 sob o título “As Metas da Educação para o Desenvolvimento”, pelo Ministro da Educação e Cultura Dr. Clovis Salgado Gama, convidado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB (*Revista de Educação*, n. 37, p. 11-19, 1959)

entre a escola primária e a superior, ou seja, dificilmente um aluno proveniente de uma classe social pobre teria chances de sucesso no exame de admissão e nos vestibulares em comparação com aqueles provenientes de bons colégios particulares.

Em 1958, as matrículas nos diversos ramos do ensino médio assim se apresentavam.

Tabela 1: Matrículas no Ensino Médio - 1958.

Ensino Médio	Matrículas	Porcentagem de procura em relação aos outros cursos
Secundário	735.358	74%
Comercial	155.799	15,6%
Normal	77.857	7,9%
Industrial	20.512	2,1%
Agrícola	4.371	0,4%

Fonte: *Revista de Educação*, n. 37, p 13.

De acordo com o Ministro, cerca de três quartos dos jovens buscam o ensino secundário, veículo tradicional de acesso prestigioso. Apenas um quarto aprende, dos 12 aos 18 anos, uma profissão. Menos do que isso, pois muitos estudantes dos cursos comerciais e normais deles se valiam somente para chegar à escola superior. Os cursos profissionais destinados aos setores da produção industrial e agrícola continuavam lamentavelmente deficientes: apenas 24.883 alunos, correspondendo a 2,5% das matrículas totais. Em 1956, há um pequeno crescimento em números absolutos, mas nenhuma alteração (eram 20.602 alunos) em números relativos, indicando não ter havido nenhuma alteração (eram os mesmos 2,5%).

A maioria dos jovens brasileiros encaminha-se para as atividades terciárias. Isto se dá por vários motivos: pelo prestígio tradicional dos estudos acadêmicos que conduzem à escola superior, máximo degrau da escala social, porque conduz a profissões de exercício mais suave, por serem os colégios secundários mais numerosos e mais baratos para os alunos, além de mais lucrativos para seus proprietários, enquanto as escolas industriais e agrícolas eram em pequeno número e de manutenção caríssima, não oferecendo atrativos aos particulares e a governos de orçamentos fracos. Só a União e os estados mais prósperos animaram-se a criá-las e mantê-las. Daí sua lenta expansão.

O ensino secundário não cumpriu nem mesmo seu restrito objetivo de preparar os alunos para os cursos superiores. O ministro aponta que os 280.000 alunos matriculados na 1ª série ginásial reduziram-se para 96.000 na 4ª série e de 48.000 na 1ª série colegial para 21.000 na 3ª série, sendo certo que menos de 20.000 concluíram o ciclo colegial. Assim, apenas 7% dos matriculados na 1ª série concluíam o curso secundário. Estes concluintes, ao disputarem

as escassas vagas oferecidas pela escola superior, competindo com os que concluíram cursos particulares e com os repetentes dos concursos vestibulares, deixam evidente um verdadeiro desastre: reprovações em massa.

As causas da falência no ensino secundário são conhecidas: falta de professores devidamente habilitados, acúmulo excessivo de matérias, ensino verbalístico das ciências, falta de instalações e equipamentos adequados, falta de recursos para remunerar condignamente os professores. O resultado de tudo foi um despreparo generalizado da mocidade.

Já na escola superior as deficiências dos ensinos primário e médio refletiam de forma negativa. Segundo análise do Ministro da Educação e Cultura, Dr. Clovis Salgado Gama, se a educação for considerada como primordial para o desenvolvimento, constata-se que se forma um número insuficiente de engenheiros e químicos, que são os técnicos mais importantes para a tarefa da expansão industrial; que não são formados

especialistas nos ramos cada vez mais numerosos e diferenciados da fabricação de máquinas e sua operação; que não temos onde formar cientistas, pesquisadores, professores e técnicos de nível pós-graduado; que não temos cuidado devidamente da formação de economistas e de altos administradores de empresa, colaboradores indispensáveis na indústria e no comércio. (*Revista de Educação*, n. 37, p. 10)

Após traçar um perfil da realidade do período, a seguir são relacionadas as providências tomadas em relação à qualidade do ensino, segundo o Ministro, visando a corrigir as falhas detectadas:

- Criação de uma comissão especial (1957) para fazer uma análise da realidade brasileira, traçando metas evolucionais a serem cumpridas em quatro anos, tendo em vista o programa de desenvolvimento econômico adotado pelo governo.
- Os esforços maiores e imediatos deveriam aplicar-se à formação de cientistas e técnicos de nível superior.
- Análise do orçamento federal, reforçando o preceito constitucional do artigo 169, que determina a aplicação, no ensino, de no mínimo 10% da renda tributária, superando a taxa aplicada, de apenas 6,9%, nos anos anteriores (1948 a 1957). Para orientar o crescimento harmonioso dos três níveis de ensino, os recursos foram distribuídos em três fundos (2% para o primário, 3% para o médio e 4% para o superior).

### 1) Ensino Primário

- Regularização, por idade, da matrícula e da frequência, com a promoção dos alunos passando a ser, nos anos vindouros, cronológica, organizando-se as turmas, em cada série, de acordo com o adiantamento dos alunos.
- Permanência do aluno durante quatro anos na escola (não será excluído por reprovação, aprendendo o que puder, mas também não ficará mais de quatro anos ocupando o lugar de outros).
- Quanto à insuficiência de escolarização, foram investidos 360 milhões para a qualificação do professorado, a construção de prédios e o equipamento de salas de aula e oficinas para um curso complementar de dois anos, anexado aos grupos escolares, em convênio com os estados, os municípios e também com entidades particulares.
- Busca minimizar a deficiência do professorado com a construção e o equipamento de escolas normais.
- A alta porcentagem de analfabetos, estimada em 50% da população acima de 10 anos, exigiu providências imediatas, como instalação de classes de emergências para crianças e adultos, e a construção de escolas rurais.

### 2) Ensino Médio:

- Ensino Industrial: melhoria das instalações e dos equipamentos das escolas existentes e criação de escolas novas.
- Ensino Agrícola: ampliação da rede de escolas agrícolas.
- Ensino Secundário: intensificação da distribuição de bolsas de estudo, como meio de auxiliar estudantes carentes fornecendo recursos para custearem a escola particular.

### 3) Ensino Superior:

- Para a sobrevivência e o progresso da era tecnológica surgida neste período, que exigia dos povos um alto nível de conhecimento, foram tomadas providências no sentido de formar um número maior de tecnologistas. Para isso, foram tomadas duas providências:
  - 1ª - Preenchimento de todas as vagas oferecidas pelas Escolas de Engenharia.
  - 2ª - Aumento da capacidade das Escolas de Engenharia, bem como disponibilização de verbas para a instalação de equipamentos e a manutenção de novos serviços.

- Criação de 144 institutos de pesquisa e ensino nas universidades, visando a disponibilizar tempo integral aos professores e seus assistentes, proporcionando-lhes a oportunidade de se dedicar a atividades de pesquisa e a uma formação no magistério de alto nível.
- Vinda de professores estrangeiros.
- Formação de geólogos.

Findando seu discurso, o Ministro Clóvis Salgado Gama destacou que este plano adotado “é, de certo modo, fragmentário e só atende a fatores circunstanciais, devemos reconhecê-los, não para desprezar o que se está fazendo, pois é o que de melhor poderia ser feito, dentro da realidade brasileira”. E acrescentou que o melhor que poderia acontecer era a aprovação da L.D.B. - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramitava no Congresso há anos, cujos objetivos eram disciplinar e unificar esforços, definir as competências da União, dos Estados e dos Municípios em matéria educativa, normalizar a organização da escola em seus diferentes níveis e ramos, distribuir os recursos federais destinados à educação pelos três níveis de ensino, garantindo-lhes crescimento harmonioso. Em suma, a LDB declara os objetivos gerais da educação e os princípios em que deve se inspirar. “E sem essa estrutura como alicerce, parece-me aleatório qualquer projeto integral de educação. Correria o risco de ser mais um esforço isolado e fragmentário, sem eficácia sobre todo o corpo da nação.” (*Revista de Educação*, n. 37, p. 19)

Neste sentido, observou-se que a importância da expansão do ensino foi primordial para o desenvolvimento da Nação e que a aprovação da LDB era um projeto urgente, que parecia solucionar grande parte dos problemas da educação do povo brasileiro.

## 2.2 A SITUAÇÃO DO ENSINO EM GOIÁS

Quando o país armava-se na luta contra o analfabetismo, em Goiás a situação não era diferente, mas, para combater o analfabetismo, o estado precisava inicialmente travar algumas batalhas internas em busca do material humano, isto é, de conseguir professores ou leigos que assumissem, juntamente com o estado, a função de instruir a população com os requisitos mínimos da leitura e da escrita. A luta era também por espaço físico, por alunos.

A professora Maria de Lourdes Silva Arantes, Assistente Técnica de Educação, diretora da Divisão do Ensino Primário nos anos de 1953, 1956 e 1959, fez, na *Revista de Educação* (n. 40, p. 6-10), um balanço do Ensino Primário em Goiás nestes períodos.

Em sua análise, fala que o ensino elementar goiano é deficiente por vários fatores, como:

- centralização do ensino que, após a extinção dos cargos de inspetores escolares, dificultou a assistência necessária bem como a resolução de problemas em todo o território goiano;
- falta de orientação pedagógica por pessoal técnico capacitado;
- grande maioria dos professores leigos, improvisados, sem qualificação adequada;
- escolas de formação de professoras insuficientes;
- desinteresse das jovens pelo Curso de Formação de Professores Primários, ocasionado pela falta de compensação prática, principalmente relacionada ao salário, que era irrisório;
- desinteresse dos pais mais pobres pela educação dos filhos, ocasionando dificuldades de vida e poucas perspectivas de emprego;
- dificuldade de articulação entre o órgão central e a escola, bem como entre os professores de vários pontos do estado, devido à escassez de transporte e à dificuldade de comunicação;
- número insuficiente de prédios escolares para atender à demanda;
- pela falta de prédios suficientes, adotou-se o sistema de três turnos, reduzindo, assim, o tempo das aulas de quatro para três horas, o que tornou a rotina escolar uma calamidade;
- os prédios escolares, na maioria das vezes, não supriam as necessidades do ensino, pois eram adaptados e falhos, principalmente quanto ao material didático e aos equipamentos escolares;
- os programas de ensino não satisfazem às necessidades peculiares de cada núcleo populacional.

Além destes itens mencionados, existiam outros que contribuíram para a ineficiência do ensino, como a subnutrição, a verminose, a sífilis e outras doenças de que foram portadoras as crianças das zonas subdesenvolvidas do estado.

[...] pelo nosso contato direto com os professores, de todo o quadrante, chegamos à conclusão de que a maioria das escolas primárias goianas não estão cumprindo suas finalidades: adestrar a criança nas chamadas técnicas elementares, isto é, ler, escrever e contar, ensinar noções de utilidade prática referente ao meio físico e sociais, inculcar princípios e atitudes intelectuais e morais – esta última tão necessária à vida do homem. Entretanto verifica-se

que a maioria das professoras lecionam as matérias de modo formal, tendo em vista os pontos dos programas e não a formação integral da criança. Consideram sua missão exclusivamente em alfabetizar. (*Revista de Educação*, n. 40, p. 10)

Com o intuito de solucionar estas deficiências apontadas, principalmente em relação ao corpo docente, foi criado, na Divisão do Ensino Primário, o Serviço de Orientação do Ensino, composto por professoras especializadas, que já prestavam anteriormente serviços de orientação pedagógica por todo o estado. Este trabalho ficou conhecido por “Jornadas Pedagógicas”. Outra iniciativa foi a criação de um pensionato, dirigido por religiosas, anexo ao Instituto de Educação de Goiás, que proporcionava gratuitamente, às jovens do interior, a realização do Curso de Formação de Professoras.

Uma questão de ordem urgente, destacada pela professora, era o da descentralização do ensino, pois grande parte dos problemas do ensino decorria das distâncias e da falta de comunicação com a capital. Os Conselhos Educacionais, representados por técnicos, pessoas de interesse e cultura, poderiam atacar os problemas do ensino com probabilidade de êxito, administrando o que lhe pertence, promovendo maiores realizações, maiores progressos. Com uma rede bem organizada de pessoal, cada município poderia planejar suas ações mediante estudos prévios, programando métodos adaptados às características locais, capazes de atender ao ajustamento do homem ao seu ambiente, à elevação do nível dos conhecimentos úteis à vida na família e na sociedade, à iniciação no trabalho, equilibrando a formação intelectual e moral, finalidades precípuas do ensino primário.

Estas iniciativas de descentralização do ensino aconteceram no ano de 1962,<sup>7</sup> quando foram criadas as Delegacias Regionais de Ensino nos municípios mais populosos do Estado de Goiás. No final da década de 1950, o ensino primário em Goiás era parcialmente mantido pelos poderes públicos, ao contrário do que acontecia com os ensinos secundário e superior, como demonstram as estatísticas.

---

<sup>7</sup> Ver *Revista de Educação*, n. 51, p. 71. “Delegacias de Ensino”: a Secretaria de Educação e Cultura, através de seu titular, José Peixoto da Silveira, e, depois, por intermédio do atual, Padre Ruy Rodrigues da Silva, fez instalar e funcionar a partir do corrente ano letivo, 18 Delegacias de Ensino, abrangendo os municípios de Goiânia, Bairro de Campinas, Inhumas, Anápolis, Goiás, Jataí, Rio Verde, Formosa, Porto Nacional.

Tabela 2: Ensino Primário em Goiás - 1958.

ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
Grupos Escolares	155	Escolas Primárias	507	Escolas Primárias	277
Escolas Reunidas	103				
Escolas Reunidas	879				
Professores	2800	Professores	612	Professores	854
Matrículas em vigor	95.127	Matrículas em vigor	21.659	Matriculas em vigor	26.736

Fonte: *Revista de Educação*, n. 40, p. 8.

Estes dados, quando analisados quantitativamente, são animadores, pois observa-se um número considerável de estabelecimentos escolares oferecendo o ensino primário gratuito por todo o Estado de Goiás. Na rede estadual, além dos grupos escolares localizados na zona urbana, percebe-se, na zona rural, a existência de escolas isoladas e reunidas juntas. As duas zonas somam um total de 95.127 alunos matriculados. Em segundo lugar destaca-se o ensino particular, com um total de 26.736 matrículas em vigor, enquanto para a rede municipal são registradas 21.659 matrículas.

O quadro de professores segue de acordo com o número de matrículas, ou seja, como a rede estadual oferece mais vagas, conseqüentemente o número de professores é bem maior do que nas redes particular e municipal. No entanto, em uma análise qualitativa, pode-se supor que o ensino primário não seguia este padrão em relação à qualidade, começando pelos espaços físicos que, na maioria das vezes, eram improvisados.

Ao se observar o âmbito pedagógico, percebe-se que a maioria dos professores era leiga e ministrava o ensino de forma bastante precária, o que, conseqüentemente, provocava grande número de desistência e de repetência. Interessante também é o grande número de escolas reunidas e isoladas<sup>8</sup>, o que demonstrava a preocupação do governo estadual em seguir as regras do governo federal e diminuir o índice de analfabetos no país, principalmente na zona rural, onde residia a maioria da população brasileira. As escolas particulares, ainda que em número bem menor que as públicas, tiveram uma participação muito importante na expansão do ensino primário, tanto em quantidade quanto em qualidade, pois, por serem particulares, os prédios eram mais bem organizados, tinham melhores materiais didáticos e podiam pagar por um profissional qualificado.

De acordo com o professor Iron da Rocha Lima, diretor da Divisão do Ensino Secundário da Secretaria da Educação e Cultura no período, o ensino secundário teve um crescimento considerável tanto em número de cursos quanto em procura. Tal expansão se

<sup>8</sup> Tanto as escolas isoladas quanto as reunidas são escolas da zona rural, o que as diferencia é o fato de as escolas isoladas ficarem localizadas distantes de algum povoado ou cidade; a junção de duas ou mais escolas isoladas e de seus alunos em um povoado recebe o nome de escolas reunidas.

deveu em parte às recomendações do então governador José Ludovico de Almeida, através de seu secretário de Educação e Cultura, José Feliciano Ferreira, feitas às escolas para que não negassem nenhum pedido de matrícula por falta de vagas. Esta medida estendeu-se também aos cursos primários. A ordem foi acatada sob a condição de que fossem construídos barracões, ranchos e abrigos caso os prédios escolares não comportassem o excesso de alunos, de modo que nenhum pai tivesse de enfrentar filas ou implorar por uma vaga para seu filho em uma escola estadual. A partir desta iniciativa, os dados sobre o ensino secundário sofreram alterações significativas, como se pode constatar na tabela 03.

Tabela 3: Cursos Secundários em Goiás.

CURSOS SECUNDÁRIOS (Ginasial, Colegial, Normal, Comercial, Industrial)		
Ano	Nº de Cursos	Nº de Matrícula
1955	117	10.612
1956	114	11.443
1957	130	13.992

Fonte: *Revista de Educação*, n. 37, p. 26.

Como se observa, houve um aumento significativo do número de matrículas no estado, em função também do aumento populacional da região, em decorrência dos planos do governo federal. Houve maior procura pelo ensino secundário por adolescentes incentivados com a ampliação do número de matrículas e de cursos, principalmente em 1955 e 1957. Observando o número de cursos dos anos de 1955 e 1956, nota-se que, apesar de as matrículas terem aumentado, o número de cursos caiu. Pode-se concluir que isto ocorreu pelo fato de o estado estar, neste período, preocupado em expandir o número de matrículas e não o de cursos.

No governo de José Ludovico de Almeida (1955-1959), visou-se também a suprir o déficit de salas de aula ou de cursos desse nível de ensino através de acordos e convênios com escolas normais para ministrarem o ensino em regime de gratuidade, com a oferta de bolsas de estudo pagas pelos cofres públicos. Dentre estes convênios, foram oferecidas vagas para moças do interior no Instituto de Educação de Goiás que, além de receberem instrução, recebiam casa e alimentação, em regime de pensionato, com uma única condição: que depois de formadas retornassem para suas cidades e ali lecionassem por um prazo de mínimo de cinco anos.

Foram ainda realizados investimentos na construção de prédios escolares de avançado estilo pedagógico, como o Colégio José Ludovico de Almeida, em Anápolis, com

capacidade para atender 1.800 alunos em três turnos; o Colégio Estadual de Campinas, com a mesma capacidade de alunos e o mesmo espaço físico, e o Instituto de Educação, considerado o maior centro educacional do Brasil central.

Observando o quadro 1 constatam-se dados interessantes sobre o ensino “não-primário” do estado. O curso superior já estava bem estruturado, pois já havia 12 instituições de ensino, nas quais a maioria do professorado (1.005) do ensino não-primário era do sexo masculino.

Quadro 1: Divisão do Ensino Não-Primário em Goiás - 1959.

Curso	Nº de estabelecimentos	Nº de professores		Nº de alunos	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1 – superior	12	225	65	737	604
2 – secundário					
a) – ginásial	57	283	369	4.497	4.511
b) – científico	7	59	26	687	166
c) – clássico	2	20	6	64	43
3 – comercial					
a) – básico	5	48	8	857	214
b) – tec. Contabilidade	11	98	6	736	437
4 – normal					
a) – form. prof. Primário	21	55	143	22	697
b) – form. regente do ens. Primário	22	89	72	243	425
5 – industriário	2	128	48	120	2
Total geral ensino não-primário	139	1005	743	7.963	7.099
Total geral ensino médio	127	1748		13721	

Fonte: *Revista de Educação*, n. 37, p. 27.

O quadro 1 demonstra que, neste período, predominava uma questão cultural, e apenas os homens buscavam elevar seu nível educacional, enquanto as mulheres eram preparadas, em sua grande maioria, desde pequenas, para as prendas domésticas. No entanto, havia uma diferenciação no item alunos-alunas do ensino superior, pois a quantidade de matrículas é quase a mesma para ambos os sexos, demonstrando que, neste período, já havia mais abertura para que as mulheres também pudessem cursar a universidade.

Entre as modalidades de cursos de segundo grau, os mais expressivos, tanto em quantidade de estabelecimentos de ensino quanto em número de alunos, eram o Ginásial e o Curso Normal. Entretanto, da grande maioria dos jovens que iniciavam o Curso Ginásial, apenas uma percentagem mínima continuava os estudos e alcançava o curso superior, como se pode constatar ao observar que, de 4.497 matriculados do sexo masculino que ingressaram no Curso Ginásial, apenas 737 conseguiram chegar à universidade.

Através da observação dos dados do quadro 1, pode-se verificar a desproporção da quantidade em relação ao item “sexo”, tanto em relação aos professores quanto em relação aos alunos. Com exceção do Curso Normal, que possuía mais professoras (215) do que professores (144) e bem mais alunas (1122) do que alunos (265), os demais cursos, em sua grande maioria, possuíam mais professores e alunos do sexo masculino.

O total geral indica 139 estabelecimentos de ensino não-primário no Estado de Goiás, com 1.748 professores de ambos os sexos para atenderem as universidades e os colégios de ensino médio, que totalizam 15.062 alunos, sendo que, se for observado atentamente os números referentes ao ensino médio, pode-se verificar o baixo número de alunos que conseguiam chegar ao ensino superior. De um total de 13.721, apenas 1.341, ou seja, apenas 9,77 % dos alunos conseguiram cursar uma universidade.

A educação em Goiás, neste período, não se diferenciava muito das outras regiões do país, ou seja, o analfabetismo era latente. A proporção dos que sabiam ler e escrever, de acordo com dados do IBGE para julho de 1950, chegava a um número de 234.085 (34,92%) que sabiam contra um número expressivo de 434.830 (64,86%) que não sabiam ler nem escrever, além daqueles que não responderam a questão, num total de 1.482 (0,22%). (*Revista de Educação*, n. 37 p. 37)

De 1950 para cá, a situação do ensino em Goiás mudou muito, havendo alterações tanto no índice geral de alfabetização quanto na diferença no número de homens e mulheres no que diz respeito à capacidade de ler e escrever. Estes índices elevaram-se, sobretudo a partir da *Campanha de Educação de Adultos*, que ganhou especial força, bem como da campanha feita junto à rede de escolas rurais pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), além de iniciativas tomadas anteriormente pelo então Ministério da Educação e Saúde, em cooperação com governos estaduais, municipais e instituições particulares. Além dessas campanhas, foram construídas escolas rurais com o objetivo de alfabetizar *in locu* os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de freqüentar a escola na zona urbana.

Assim como no restante do país, o Estado de Goiás também entra neste período de campanha pela erradicação do analfabetismo. Foram criadas salas de alfabetização nos estabelecimentos de ensino, destinadas a jovens e adultos, nos municípios mais populosos do Estado, recebendo, inclusive, colaboração da sociedade que, através do voluntariado, passou a participar da “*Campanha de Mais Um*” (*Revista de Educação*, n. 37, p. 41), através da qual alunas do Instituto de Educação, da Universidade Federal e dos Cursos Ginasiais alistavam-se como voluntárias.

Como já citado anteriormente, para erradicar o analfabetismo, o país e o Estado de Goiás se valiam de todos os meios de comunicação disponíveis, como rádio, jornais e revistas, entre outros, visando através da propaganda, à aquisição de voluntários que se aliassem ao governo nesta árdua missão. A *Revista de Educação* não ficou indiferente a este chamamento e fazia questão de conscientizar a população da importância desta campanha para o desenvolvimento educacional no Estado.

Se você é um ginásiano ativo e inteligente já está credenciado para ser um Voluntário da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, bastando, para tanto, buscar o material didático e as instruções respectivas no 14º andar do Ministério da Educação ou na Secretaria de Educação de Goiás. (*Revista de Educação*, n. 39 p. 24)

Segundo orientações da Secretaria de Educação de Goiás passadas à *Revista de Educação*, qualquer um que tivesse concluído o Curso Ginásial era um candidato em potencial para alfabetizar, desde que se munisse do material adequado, oferecido pela própria Secretaria de Educação. Esta mesma revista destaca também a importância do leigo, daquela pessoa que, mesmo não tendo o Curso Ginásial, uma dona de casa, por exemplo, poderia, dentro de seus domínios, ensinar as primeiras letras para sua empregada doméstica ou qualquer outro funcionário. “Em sua própria casa, facilitando os meios de alfabetização de uma empregada doméstica iletrada, você já estará agindo como um autêntico Voluntário da *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos*”. (*Revista de Educação*, n. 39 p. 16)

De várias formas poderá você cooperar com o movimento de alfabetização: ensinando a quem nada sabe, facilitando oportunidades e vindo ao encontro da *Campanha de Educação de Adultos*. Escolha uma dessas formas e faça-se um dos nossos. (*Revista de Educação*, n. 39, p. 18)

Todos poderiam contribuir, prestar seus serviços, desde que tivessem disposição e boa vontade. Ensinar não apenas as letras, mas também informar, conscientizar as pessoas da importância da educação para suas vidas, para seu dia-a-dia e, principalmente, para seu futuro. “Antes de ensinar a um analfabeto as letras primárias, você deve alertá-lo fraternalmente sobre os males da ignorância. Procedendo de tal sorte, colaborará com a *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos*”. (*Revista de Educação*, n. 39, p. 18)

A década de 1950 foi marcada por jornadas pedagógicas organizadas e coordenadas pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura e ocorriam em vários municípios goianos, de

preferência em cidades mais centralizadas e que possuíam mais condições físicas para sediar o evento. As jornadas pedagógicas eram coordenadas por professoras de Goiânia e destinadas aos professores leigos das cidades circunvizinhas ao pólo escolhido. De acordo com a *Revista de Educação*, foram realizadas 13 jornadas pedagógicas no biênio 1959-1960 em municípios goianos, sendo que em Uruaçu aconteceu a 6ª jornada, que contou com a presença de professores de várias localidades, inclusive de Porangatu.

A principal finalidade pedagógica destes cursos de formação era levar ao professor do interior, no seu “habitat”, as novas técnicas do ensino e, à vista de seus problemas, dificuldades e anseios, dar-lhe o auxílio possível. Essas novas técnicas e o auxílio oferecido no próprio ambiente do professor tinham a enorme vantagem de serem adequados às necessidades das escolas, que eram muito diferentes das dos professores-monitores.

O conteúdo trabalhado com estes professores era o mesmo das disciplinas do currículo primário ministradas diariamente pelos “professores-alunos”. Além dos ensinamentos referentes aos conteúdos, eram trabalhadas as metodologias e fornecidas orientações variadas sobre como resolver os diversos problemas surgidos no dia-a-dia escolar. Além dos conteúdos escolares, eram ministradas, nestes encontros, aulas de Psicologia Evolutiva, Arte Infantil, Sociologia Educacional, Educação Social e Rítmica, Teatro Infantil, Jogos e Recreação, Direção da Atividade no Jardim de Infância, Psicologia Educacional, Didática Especial de Aritmética, Linguagem e Ciência, Arte Infantil, Bandinha Rítmica.

Estas jornadas pedagógicas constituíam também um estímulo aos professores, um alerta, que os movimentava e os tirava da rotina, fazendo com que tomassem consciência da importância de seu trabalho e retomasse suas aulas com mais entusiasmo e energia.

Constata-se que a educação em Goiás, neste período, por falta de planejamento educacional e administrativo, encontrava-se enredada em improvisações. As próprias condições da época, quer políticas, quer financeiras, não permitiam que se desenvolvesse um esforço maior do que aquele exigido de todos os governos anteriores. Se não havia planejamento global, a execução dos programas educacionais fazia-se desordenadamente, sem um fim claramente definido. De uma outra parte, lutava-se contra a total ausência de versatilidade nos mecanismos de administração do ensino. Não havia espontaneidade no trabalho, pois ninguém estava suficientemente seguro dos objetivos que se procurava atingir.

Passar-se-á, agora, a analisar a educação em uma outra realidade, a cidade de Porangatu, interior de Goiás, que vivera até o início da década de 1950 em um estágio próprio

das regiões interioranas deste período. Grandes eram as dificuldades de acesso e de comunicação com outros centros, causadas principalmente pela falta de estradas. Mas, com a construção da rodovia Belém-Brasília, a vida econômica, social, cultural e educacional começara a se transformar, frente ao grande número de migrantes que foram chegando à região, ampliando os núcleos de povoamento.

## CAPÍTULO III

### A EDUCAÇÃO EM PORANGATU ANTES E DURANTE A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA

Nos dois primeiros capítulos, a discussão voltou-se para questões mais gerais do processo de modernização surgido no país e em Goiás na década de 1950, na qual as políticas governamentais estavam mais direcionadas para as questões de infra-estrutura básica, que visavam a dinamizar o país rumo a uma maior representatividade política e econômica em nível mundial. As transformações que vão surgindo começam a exigir também uma postura do governo no sentido de melhoria e de expansão do ensino. Para isso, a necessidade primordial era a aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação –, que viria direcionar a educação que, nos anos anteriores, encontrava-se sem uma política definida em nível nacional.

Neste capítulo, o intuito fundamental será analisar a educação na cidade de Porangatu antes e durante a construção da rodovia Belém-Brasília.

#### 3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Localizada na região norte de Goiás, a cidade de Porangatu<sup>9</sup>, antiga povoação chamada de Descoberto da Piedade, segundo o historiador Zoroastro Artiaga (*apud*: Soares, 2002, p. 76), nasceu sob os pilares da mineração no século XVIII, período marcado pela descoberta de famosos garimpos pelo bandeirante João Leite.

---

<sup>9</sup> Porangatu: termo indígena que significa (PORAN = bela; GATU = paisagem), bela paisagem.

Esta região, anteriormente à chegada dos mineradores, era ocupada pelos índios avá-canoeiros<sup>10</sup>, que se estabeleciam, segundo Brandão (1978, p. 43), “nas montanhas entre o Maranhão e Amaro Leite e em outros lugares”. Estes índios ficaram conhecidos por sua bravura e crueldade durante os combates, pois preferiam morrer a entregarem-se. Pedroso (1994) descreve estes índios, como “*o Povo Invisível*”, tamanha sua capacidade de locomoção nas matas e rios, sem se deixar perceber.

Com a exploração e a ocupação da região pelos mineiros, os avá-canoeiros sentem-se afugentados e constantemente atacam, destruindo fazendas e lugarejos, principalmente nos distritos de Amaro Leite, Descoberto da Piedade, Pilar e Porto Real. São várias as correspondências do Governo Provincial enviadas à Corte, no sentido de informar e pedir providências, como exemplifica este manuscrito do Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Mattos, datado de 1824: “[...] no caso de não metermos mão poderosa contra os Índios, teremos de ver despovoados os Arraiaes de S. Felix, Carmo, Chapada, Amaro Leite, e Descuberto da Piedade antes de três annos por que a maior parte dos moradores já se retirarão, e os que ficão vão os imitando.” (Ataíde, 2001, p. 38)

Pela Figura 3 a seguir, pode-se observar que o Descoberto da Piedade ficava localizado em uma área muito próxima, ou seja, totalmente cercada pelos índios avá-canoeiros, o que dificultava a permanência da população na região, devido às excursões destes índios ao local bem como a seus constantes ataques.

As referências consultadas, como Chaim (1974), Ataídes (2001), Rocha (1998) e Pedroso (1994) descrevem a presença dos índios canoeiros na região do Descoberto, sua habilidade com canoas, seus constantes ataques, mas apresentam também que, de todos os indígenas encontrados em Goiás, os avá-canoeiros eram os que demonstravam maior hostilidade com o homem branco, não aceitando a submissão e, por isso, como afirma Chaim (1974), não foram catequizados. O general Couto de Magalhães descreve que “todas as tentativas de catequese foram infrutíferas, nem mesmo se conseguindo civilizar os que foram presos em combate.” (CHAIM, 1974, p. 65)

---

<sup>10</sup> Pedroso (1994) esclarece que a origem da denominação dos índios de avá-canoeiros aparece nas referências históricas das décadas de 1771 e 1780 com a denominação de “xavante de canoa”, que Pohl assim explica: “Tiram o nome (canoeiro das canoas que usam)”. Já Couto de Magalhães informa que recebem esse nome devido aos ataques contra os navegantes do Maranhão e a sua “agilidade em levíssimas ubás”. “Os índios avá-canoeiros se autodenominam ãwã, que significa: “quem é” ou “aquele que é”. No vocabulário obtido por Couto de Magalhães consta a palavra “avá”, que significa canoeiro. (PEDROSO, 1994, p. 47)



Como qualquer outra cidade, Porangatu também tem suas origens ligadas a lendas que justificavam, de maneira fantasiosa, seu surgimento. Fato interessante, de origem lendária, é o do bandeirante Antonio Leite Pedroso que, vagando por estas bandas com seus homens e escravos, encontra na tribo de índios avá-canoeiros uma linda índia de nome Angatu, pela qual se apaixonou imediatamente, sendo seu amor correspondido. Encontrava-se às escondidas com a amada, porém foram descobertos. Antônio foi preso, amarrado a uma árvore e teve seu coração atravessado por flechas. Antes de morrer, gritou: “Morro por Angatu!” Acreditam os mais antigos que daí vem o nome “Por Angatu”, ou seja, “Porangatu”.

Nota-se neste episódio o confronto da cultura do índio com a do homem branco. Certos conflitos culturais eram intransponíveis para aquela época e, assim, Antônio Leite foi morto em nome da preservação da cultura milenar dos índios avá-canoeiros, que não permitiam a união entre índias e homens brancos.

Este foi, apesar de lendário, um dos primeiros conflitos entre o índio e o homem branco desbravador do sertão de Goiás ocorrido na região do Descoberto da Piedade. Com certeza, neste episódio o índio venceu, mas, dia após dia, novos desbravadores chegavam à região, empurrando os índios, massacrando-os, tornando-os cativos.

Em uma outra versão, os moradores mais antigos contam que, em meados do século XVIII, a região hoje conhecida como Porangatu desenvolvia intensa atividade de exploração do ouro. O minério geralmente pertencia ao bandeirante encarregado da Coroa, que recebia o ‘quinto’ pela exploração e beneficiava-se da mão-de-obra escrava ou indígena. Um escravo de nome Dunga, ao descobrir enormes pepitas de ouro, vê o sonho de liberdade em suas mãos. Mas, sabendo que seu senhor jamais lhe daria a liberdade tão sonhada, pega parte do ouro e foge. Este local deu origem ao povoado de Descoberto da Piedade.

Essas lendas representam uma forma de cultura que, passada de geração a geração, remonta a memória de fatos narrados –, fantasiosos, históricos ou não – que acabam sendo incorporados à origem histórica da cidade em questão.

Com relação à ocupação das terras do Descoberto, o que os descendentes dos primeiros moradores contam assemelha-se ao que está registrado na história oficial. A cada dia foram chegando mais homens brancos, escavando a terra à procura de ouro, demarcando-a, derrubando suas matas, plantando lavouras, povoando a região e encurralando os índios.

Este processo de ocupação da região que até então pertencia aos índios não foi muito fácil. Muitos conflitos e mortes marcaram o período, pois os índios não aceitavam pacificamente a chegada e a exploração do homem branco na sua terra e contra-atacavam. Os brancos colocavam cercas, eles retiravam; colocavam animais, eles roubavam ou soltavam;

plantavam, eles saqueavam. Nesta disputa contra a ganância e o progresso, os avá-canoeiros foram perdendo sua vida e seu espaço. Alguns fugiram em busca de outras regiões. Os poucos indivíduos deste grupo indígena conseguiram sobreviver hoje estão localizados na Ilha do Bananal e em Minaçu.

Ainda sobre a origem, muitos moradores, afirmam que o povoado surgiu no local onde fôra descoberta uma mina de ouro enorme, por isso recebeu o nome de Descoberto. Dizem que, na Praça Velha<sup>11</sup>, quando chovia, no final da enxurrada encontrava-se ouro misturado à terra.

Como se pôde constatar, várias são as hipóteses sobre o surgimento da cidade de Porangatu. Históricas, lendárias ou não, a mais aceita pela historiografia goiana é a de que o surgimento e o processo de ocupação deram-se a partir da descoberta de garimpos de ouro na região, no século XVIII, que acabaram atraindo pessoas para a região.

Outro fator que também influenciou o processo de ocupação e formação da memória de Porangatu foi a Guerra do Paraguai (1865-1870), como nos conta Benedita César:

*Minha mãe contava que o meu tataravô, Coronel Antônio Martins (filho de Tomás Martins da Cunha, família mineira que, no ano de 1832, foi atraída para o Estado de Goiás, fixando residência inicialmente em Goiás Velho, devido às terras baratas e busca de melhoria de vida para os filhos), veio para a região na época da Guerra do Paraguai para esconder seus filhos, porque naquela época o governo arrebanhava os homens para servirem na guerra, então muitas famílias vieram para o sertão com o intuito de esconder seus filhos. Estas famílias vinham de Minas Gerais e de outros estados para fugir da guerra. (Benedita César, 55 anos, Porangatuense, entrevista realizada em 08/10/03)*

Esta e outras famílias que chegavam fixavam-se na região com suas roças de subsistência, outros poucos passaram a investir no comércio, que inicialmente era muito simples e rudimentar, ou seja, pequenas vendas que abasteciam os moradores da região com produtos de primeira necessidade, como querosene, sal, café, arroz, fumo, pinga, couro de animais, armarinhos e outros.

---

<sup>11</sup> “Praça Velha”, termo popular usado pelos habitantes locais para designar a parte antiga da cidade que, por ter se originado em volta da praça da Igreja, ficou assim denominada.

### 3.2 ANTECEDENTES EDUCACIONAIS

A origem da educação em Porangatu remonta ao período de seu povoamento, no século XVIII, pois mesmo antes da existência de escolas formais já eram criados e desenvolvidos, pela população local, situações e recursos para aprender e para ensinar crianças, jovens e adultos.

[...] o espaço educacional não é o escolar. Ele é o lugar da vida e do trabalho: a casa, o templo, a oficina, o barco, o mato, o quintal. Espaço que apenas reúne pessoas e tipos de atividade e onde viver o fazer faz o saber. (BRANDÃO, 2003, p. 32)

A educação fazia parte da vida, e a aprendizagem acontecia naturalmente entre as gerações. A convivência em comunidade fazia com que homens, mulheres e crianças aprendessem, socializando saberes que iam desde a construção das moradias à abertura de roças, à troca de produtos e de serviços, às formas de criar e educar os filhos, entre outros tantos contextos de aprendizagem. Os mais jovens aprendiam e repetiam as experiências transmitidas pelas pessoas mais velhas e/ou mais experientes.

Outros contextos de aprendizagem eram as festas religiosas, os mutirões, os jogos, os “causos”, as histórias e as apresentações artísticas, que também eram oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos, pois

[...] propiciavam relações interpessoais tanto familiares quanto comunitárias que oportunizam e estimulavam as habilidades corporais e emocionais, treinando o fazer e o repetir até acertar, ensinando a obediência às regras de comportamento e de conduta e a observação de como procedem aos mais experientes, entre outras atitudes típicas da comunidade. (BRITO, 2000, p. 149)

Para Brandão (2003), o ensino escolar não é a única prática educativa, e o professor não é o único praticante. Neste sentido, pode-se afirmar que a educação existe nas diferentes sociedades, isto é, nas letradas e nas iletradas, nas zonas rurais e nas urbanas, em sociedades com e sem classes de alunos e com ou sem a presença do Estado. Ela existe em e entre cada povo.

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Por outro lado, a educação pode existir imposta por um sistema centralizado de poder,

que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. (BRANDÃO, 2003,10)

Essa forma de educação está mais voltada para a modalidade de educação *informal*, pois ocorre fora do espaço escolar e os homens a adquiriam na convivência com o meio natural e social. Essas influências ocorrem de modo não-intencional, não-sistemático, não-planejado, uma vez que “[...] elas atuam efetivamente na formação da personalidade, porém de modo disperso, difuso, com caráter informal não constituído em atos conscientemente intencionais” (LIBÂNEO, 2001, p. 79). Essa modalidade de educação estava presente em Porangatu até finais do século XIX<sup>12</sup> quando foi criada a primeira escola pública<sup>13</sup> e, com isso, todas as formas de educação informal passam a conviver também com um ensino formal.

A história registra que foi a partir de meados do século XVIII, com a ascensão da burguesia, que a educação passa a ser sistematizada, organizada, planejada e estruturada com objetivos bem definidos; portanto, formalmente.

Partindo, do pressuposto de que a educação ocorre todo o tempo e em todos os lugares, formais, e informais, e que esta integração é fundamental na formação do indivíduo enquanto ser pensante e atuante na sociedade em que vive, passa-se agora a analisar a educação formal na cidade de Porangatu antes e durante a construção da rodovia Belém-Brasília (década de 1950), mas não de forma isolada ou desarticulada do social, pois, como constatou-se, a educação informal esteve presente na vida da população porangatuense desde os primórdios de sua organização espacial e urbana e surgiu na cidade a partir da iniciativa de pessoas que achavam por bem ensinar o pouco que sabiam à população.

### 3.3 A EDUCAÇÃO ANTES DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA

De acordo com relatórios, termos de posse do AHE - Arquivo Histórico do Estado de Goiás - e entrevistas, o ensino primário esteve presente na cidade de Porangatu desde o início da fundação da vila do Descoberto. Nesta região, poucos habitantes sabiam “ler e escrever”. O domínio deste conhecimento era um privilégio que poucos podiam possuir. Ir às aulas era um

<sup>12</sup> Termo de posse do professor Hermenegildo de Campos Wanderlei. Um dos Pioneiros na Instrução Pública do Descoberto, 1891. AHE - Arquivo Histórico do Estado de Goiás – Caixa Porangatu – Única, 1891 – 1955 – (Instrução – Ofício – Doc.).

<sup>13</sup> A escola, neste período, resumia-se a uma única sala de aula, ou, às vezes, duas salas de aula com diferenciação de sexo, em locais distintos.

acontecimento muito esperado pela maioria das crianças e jovens, que achavam muito interessante alguém ler o que estava escrito em um papel qualquer ou jornal; algo mágico, moderno. Muitos chamavam de doutor ou de mestre a pessoa que dominava estes requisitos.

*Eu tinha loucura para estudar, sonhava estar indo para a escola. Quando via alguém lendo, achava aquilo muito legal, parecia que o livro conversava, parecia que ele tinha voz. Muitos eram chamados de doutor só porque tinham mais conhecimentos que outros, só porque dominavam a leitura e a escrita.* (Maria Nepomuceno, 81 anos, natural de Dianópolis-TO. Entrevista realizada em 19/02/04)

Inicialmente o ensino acontecia nas fazendas, onde os próprios pais contratavam “professoras” para ensinar seus filhos, auxiliando-os na leitura, na escrita e nas quatro operações. Como na região poucos dominavam estes conhecimentos, aquele que sabia automaticamente era convocado ao serviço. Estes professores geralmente eram da vizinhança que tinham vindo de regiões mais desenvolvidas, onde já se dominava a leitura e a escrita. Eles eram contratados, passando a morar na própria fazenda do contratante, e ali instruíam a todos da casa e da região. As aulas aconteciam em algum cômodo da casa ou em um barracão. “[...] há uma escolinha na casa de sapé. A professora é quase uma menina, numa abnegação de santa! Na sala de aula, tem caixotes, tem bancos, tem tripé...” (BRAGA, 1973, p. 59)

As crianças vizinhas também se beneficiavam destas aulas, mas, para isso, andavam por várias léguas a pé ou a cavalo, correndo perigos, pois na época a região tinha uma fauna muito rica e variada, e o maior medo das crianças era das onças, que havia em grande quantidade, principalmente as jaguatiricas.

*[...] O grupo ficava longe de casa. Eu, e meus irmãos andávamos umas duas léguas, (uma légua corresponde a 6 km) tinha uns meninos que andavam mais do que isto, até três léguas. Tínhamos muito medo de onça que rondava muito por estas bandas.* (Antonia Darci, 75 anos, mineira. Entrevista realizada em 23/03/04)

A maioria dos alunos era meninos, pois fazia parte da cultura os pais pensarem que as meninas não precisavam estudar e sim cuidar dos afazeres domésticos. Mesmo assim, em algumas localidades tem-se notícias de meninas das próprias fazendas que acabavam assistindo e participando das aulas. Como é o caso de dona Antônia que, por seus pais

trabalharem na fazenda onde havia uma escola, pôde ser alfabetizada, como ela mesma nos relata a seguir:

*Eu fiz apenas até o segundo ano lá na roça, a classe tinha poucas meninas, a maioria era meninos, muitos pais não deixavam suas filhas estudar. Todos juntos dava uns 8 alunos. Minha mãe não me deixou vir para a cidade continuar meus estudos porque eu tinha que ajudar a cozinhar e lavar roupa dos peões da fazenda.*

Dona Alzira, filha da região, diz que as primeiras escolas de que ela teve notícia funcionavam nas casas dos professores e as condições eram muito precárias. A sala de aula era um cômodo da casa do professor, mobiliado com uma mesa e alguns bancos ou cadeiras. O material didático resumia-se a uma pequena lousa, lápis, caderno, borracha e régua.

Em alguns locais, o ensino era diferenciado, isto é, os alunos eram separados por sexo, por isso, em um determinado local, um professor ministrava o ensino para os meninos e, em outro, uma professora ministrava aulas para as meninas.

*As aulas eram separadas, era o costume da época. O velho Zeca dava aula para os meninos na Igreja, a Benedita para as meninas na casa dela, às vezes ela também dava aula para os meninos em horários diferentes. (Alzira P. Furtado, 85 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 22/03/04)*

O ensino, apesar de acontecer em lugares distintos, pertencia à mesma instituição e, na maioria das entrevistas, quando as pessoas se referiam à escola, queriam dizer “sala de aula”.

As salas de aula geralmente eram multisseriadas, isto é, alunos de várias séries em um mesmo espaço e tempo. Um fator que dificultava o acesso ao ensino na região era a pequena quantidade de alunos que podiam freqüentar o ensino formal, pois a maioria dos jovens tinha de trabalhar para ajudar os pais nas lavouras ou na criação de gado. A este respeito, o professor José Borba comenta que, em sua sala de aula, havia alunos de todas as idades:

*uns de 7 outros de 16, tinha que aceitar porque não tinha escola, a diretora designava os maiores para mim. Eu tinha aluno iniciando as primeiras letras e outros já se preparando para os exames de admissão. Existia muita falta e desistência dos alunos, pois, em épocas de plantio ou colheita, tinham que ir para a roça ajudar os pais, muitos nem*

*voltavam mais naquele ano, ficavam lá cuidando da roça e do gado.* (José de Carvalho Borba Junior, 83 anos, natural de Balsas-MA. Entrevista realizada em 19/02/04)

A respeito das escolas para meninas, Bretas (1991, p. 124-138) esclarece que estas se tornaram realidade a partir da aprovação da primeira Lei Orgânica do Ensino Primário no Brasil, em de 15 de outubro de 1827, que, em seu artigo 11, determinava que se criassem escolas públicas para meninas nas cidades, nas vilas e nos lugares mais populosos do Brasil. Em Goiás, foram criadas duas escolas, uma em 1831, na capital do Estado, e outra em Natividade, em 1837, cidade hoje localizada no Estado do Tocantins.

Como em diferentes regiões do país, eram poucas as meninas que freqüentavam essas escolas. Havia preconceito por parte dos pais, que acreditavam que “ as mulheres não tinham necessidade de aprender a ler e escrever [...] pode ser perigoso se comunicarem com estranhos através de papéis escritos às escondidas.” (BRETAS, 1991, p. 138)

Com o passar do tempo, outras escolas foram sendo criadas. Uma delas foi a escola construída na cidade de Pilar de Goiás, que atendia tanto meninas quanto meninos. Apesar de em seus regimentos não haver permissão para matrícula de alunos de ambos os sexos na mesma escola, Bretas (1991) esclarece que é de supor que, na relação de alunos, não era permitido mencionar o nome das meninas. Observa-se aí a questão do “ajeitamento”, através do qual as autoridades escolares permitiam que as meninas freqüentassem as escolas mesmo sem terem permissão oficial para isto, não podendo ser citada sua presença em relatórios oficiais.

A implantação do ensino para meninas em determinada região dependia do tipo de cultura local dominante, ou seja, se a comunidade fosse muito tradicional, esta modalidade de ensino seria mais dificilmente implantada. Em Porangatu, graças ao seu processo de ocupação, que se fez de modo heterogêneo, ou seja, recebendo pessoas vindas de diferentes estados brasileiros, com hábitos e costumes diferenciados, estas escolas foram aceitas e implantadas ainda no início do século XX.

Esta aceitação não era generalizada, pois algumas famílias locais ainda resistiam ao processo de modernização e não aceitavam que suas filhas saíssem de casa para estudar. Essas famílias vinham de uma cultura em que a mulher deveria se dedicar apenas aos afazeres domésticos, à criação e à educação dos filhos. Por isso, embora o ensino de meninas tivesse se tornado uma realidade na cidade, suas práticas não se diferenciavam das de outras regiões do estado. As salas de aula se iniciavam com poucas alunas e gradativamente foram aumentando. Apesar de os pais permitirem que suas filhas estudassem, às vezes algumas novidades

entravam em conflito com a educação que os pais davam a seus filhos, como nos conta dona Alzira.

*O padre Alexandre trouxe um drama (peça teatral) para fazermos na festa da escola. Só que quando o meu pai ficou sabendo, me tirou da escola e me levou de volta para a roça. Disse que filha dele não ia aprender aquelas bobagens.* (Alzira P. Furtado, 85 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 22/03/04)

Durante a realização das pesquisas, pôde-se perceber que eram muitas as pessoas que ministravam o ensino na região, mas muito pouco ficou registrado, o que justifica o estudo de memória para registrar as lembranças das pessoas que vivenciaram essa etapa da história. Nesse sentido, Halbwachs (1990, p. 27) destaca que “uma ou várias pessoas reunindo lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstruir toda a seqüência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstancias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo”, ou seja, partir da rede de informantes que conviveram no mesmo espaço e no mesmo período, tornou-se mais fácil reconstruir a história da educação naquele período.

Braga (1973), que viveu nesta região, descreve como era o norte de Goiás antes do surgimento da rodovia Belém-Brasília:

[...] A maior escola, em toda a região, até 1941, era o Colégio de Porto Nacional, o Colégio Sagrado Coração de Jesus [...]. Fora disso, eram as chamadas Escolas Públicas, pouquíssimas [...]. A gente vai encontrando cavaleiros, ciclistas, homens a pé, crianças uniformizadas ou não, com livros debaixo do braço. Vão às escolas. Há movimento por todo lado. Comunicação, desejo de prosperar! [...] ninguém quer deixar filhos analfabetos. (BRAGA, 1973, p. 50-59)

Antes da construção da rodovia Belém-Brasília, na década de 1940, na cidade de Porangatu existiam somente dois estabelecimentos de ensino. Uma escola particular, criada pelo Sr. José Antônio dos Santos, conhecido como “Velho Zeca”, e uma estadual, chamada de Casa de Instrução Pública.<sup>14</sup> Ambas tinham como objetivo instruir a todos, crianças e jovens, em idade escolar, do município. Na escola particular estudavam somente as pessoas de melhor poder aquisitivo, que tinham como pagar o estudo para seus filhos. Segundo entrevistas, muitas pessoas da cidade começaram a cobrar do Estado a ampliação da Casa de Instrução Pública, para que atendesse um maior número de alunos. Entre estas pessoas, destaca-se o Sr.

<sup>14</sup> O grupo escolar Dona Gercina Borges Teixeira foi criado em 1946. A casa de instrução Pública, que existia na cidade anteriormente, foi extinta e seus alunos e professores incorporados a este grupo.

José Antônio de Matos que, juntamente com alguns políticos influentes da época, não mediu esforços no sentido de reivindicar ao governador estadual Pedro Ludovico Teixeira a ampliação desta escola, que ajudaria a diminuir o índice de analfabetos no município.

De acordo com documentação sobre a Instrução em Porangatu, o ensino particular<sup>15</sup> antecedeu o público<sup>16</sup>. A população local pôde se beneficiar destes dois estabelecimentos de ensino que permaneceram por longas décadas, funcionando mesmo que precariamente na casa do professor ou em outro local destinado a este fim. O ensino era ora misto (meninos e meninas na mesma sala de aula) ora individualizado, ou seja, separado por sexo (escola de sexo feminino e escola do sexo masculino).

### 3.3.1 As Escolas Particulares

Os registros históricos mostram que as escolas particulares sempre estiveram presentes em vários estados da União e isso não foi diferente no Estado de Goiás, uma vez que essas instituições desde cedo assumiram e foram responsáveis pela expansão do ensino em regiões distantes dos grandes centros. Isso se dava, de um lado, devido às distâncias e à falta de comunicação, que separava aqueles grupos humanos dos grupos mais civilizados, dificultando a evolução natural e a uniformidade do ensino no Estado de Goiás.

Muitas pessoas adentraram o sertão de Goiás em busca de melhores oportunidades de vida. É o caso do funileiro Sr. José Antônio dos Santos que, vindo de Natividade, montou em sua casa uma oficina de funilaria, e começa a exercer suas atividades. Observando a dificuldade de encontrar pessoas habilitadas para ministrar o ensino, ele abriu uma sala de aula em sua casa.

Pelo fato de o Sr. José Antônio dos Santos ser popularmente conhecido como *Velho Zeca*, a escola ficou conhecida como “escola do velho Zeca”. Tudo o que se sabe está baseado em fatos contados por moradores locais que estudaram nesta escola.

---

<sup>15</sup> De acordo com relatório enviado pelo inspetor geral, José Maurício de Velasco Medina, da Inspeção Pública de Amaro Leite, em 1874, já existia, no Arraial do Descoberto, uma escola particular do sexo masculino. AHE - Arquivo Histórico do Estado de Goiás - Caixa Mara Rosa (Amaro Leite) - 1837-1955 - (Instrução pública - 1874).

<sup>16</sup> Termo de posse do professor Hermenegildo de Campos Wanderlei, um dos Pioneiros na Instrução Pública do Descoberto, 1891. AHE - Arquivo Histórico do Estado de Goiás - Caixa Porangatu - Única, 1891-1955 - (Instrução - Ofício - Doc.)

*Ele era funileiro, ia trabalhando e dando aula, olhando para nós. No final da semana, tinha a sabatina – o professor ou colega mais adiantado tomava as lições e quem não soubesse era castigado com a palmatória. O professor fazia as letras a lápis e nós cobríamos com tinta, os alunos tinham a caligrafia bonita porque escreviam sobre a letra do professor. (João Gonçalves, 77 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 27/02/04)*

A escola, que funcionava sob sua direção e contava com o apoio e a ajuda de sua filha, Ana Benedita, conhecida como Benedita, possuía uma única sala de aula, sem muito conforto para o alunado. A sala de aula tinha poucos alunos de ambos os sexos e diferentes níveis de aprendizagem, alguns sendo alfabetizados, outros já lendo e escrevendo. Esta metodologia era utilizada na época pela falta de salas de aula e de professores, sendo conhecida como ensino multisseriado. Os métodos de ensino eram muito rígidos, o professor sempre tinha razão. Os alunos mal olhavam para o professor e já recebiam bronca, a palmatória ficava guardada na gaveta da mesa e era sempre utilizada.

Os pais davam autorização para o professor castigar as crianças. Se os alunos não fizessem as lições ou desrespeitassem o professor, ficavam de braços abertos na frente da sala ou de joelhos sobre caroços de milho.

*Varadas, reguadas, beliscões e puxões de orelha eram muito comuns. As lições da tabuada tinham que ser na “ponta da língua” e se não soubesse, lá vinha o bolo<sup>17</sup> com a palmatória. (João Gonçalves, 77 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 27/02/04)*

O Sr. Nelito Fagundes, que foi alfabetizado nesta escola no início da década de 1940, fala sobre a metodologia utilizada pelo professor:

*As aulas eram de uma rigidez terrível, se nego não soubesse a lição era na palmatória brava ou ajoelhar em dois caroços de milho. Ele e a sua filha Ana Benedita não tinham formação nenhuma, o ensino era muito fraco, não tinha quadro negro, o professor escrevia em um caderno chamado de “brochura” e os alunos cobriam por cima o a-b-c e depois iam ler o  $b + a = ba$ ,  $b + e = be$ ,  $b + i = bi$ , e depois passavam para a cartilha. As*

---

<sup>17</sup> A palavra “bolo” é popularmente usada na região desde os primeiros tempos do ensino, significa quantas batidas com a palmatória eram dadas na mão do aluno.

*aulas iam das 7 da manhã às 11. Voltava-se após o almoço e saía-se às 17 horas. A aula era durante o dia todo e ninguém aprendia nada. Em 1946 eu tive que ir fazer o ginásio em Porto Nacional, muitas pessoas também iam estudar fora, em Anápolis ou Silvânia. Retornei para a cidade em 1952. (Nelito Fagundes Furtado, 75 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 16/02/04)*

Observa-se, neste depoimento, que a carência da escola ia do espaço físico às práticas pedagógicas. Como visto anteriormente, a dificuldade em encontrar pessoas qualificadas para atuar no ensino era muito grande devido a vários fatores, entre eles a dificuldade de acesso a outros centros, provocada pela falta de estradas e meios de transportes. Sobre o ensino e a qualificação dos professores desta escola, José Borba relata que

*[...] o ensino era muito atrasado fazia até dó, os alunos não sabiam nada, ensinava só o  $b+a = ba$ ,  $b+e = be$ . Estes professores não satisfaziam as necessidades das crianças. (José de C. Borba Júnior, 83 anos, natural de Balsas-MA. Entrevista realizada em 19/02/04)*

Maria de Fátima, que estudou nesta escola, destaca que, após a morte do Sr. Zeca, a escola, que até então era particular, foi assumida pela Prefeitura Municipal de Porangatu e a professora Benedita, que até então trabalhava em regime particular, foi contratada pelo município. Este dado pode ser comprovado no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, onde se encontra o Termo de Posse da professora Anna Benedita dos Santos, que foi assinado em 5 de maio de 1949.

*Eu comecei a estudar em 1949 na escola do Sr. Zeca. Com a morte do Sr. Zeca, sua filha, dona Benedita, assumiu a escola, que posteriormente passou a ser municipal. No final de sua vida, dona Benedita foi parar no asilo. Se era o destino... Não sei. Ela tinha apenas o pai e três irmãos, duas tinham problemas mentais, no final todos foram parar no asilo. Este foi o final de uma das primeiras professoras que tivemos aqui. (Maria de Fátima, 64 anos, natural de Ipameri-GO. Entrevista realizada em 16/02/04)*

Maria de Fátima fala com tristeza do final da vida da professora Benedita. Segundo ela, a professora não merecia um final tão solitário e de abandono. Enquanto estava trabalhando, era considerada e tratada com respeito, mas, com o avanço da idade, foi deixada

de lado e outra mais jovem assumiu seu lugar. Neste caso, por exemplo, a professora que muito ensinou e contribuiu para formar os filhos da cidade, que deu o melhor de si, mesmo sem uma qualificação adequada, quando esta cidade era apenas uma pequena vila, no final de sua vida foi abandonada em um asilo, onde veio a falecer.

Maria Doralice, que trabalhou como auxiliar de secretária da Prefeitura Municipal no ano de 1973, lembra que Dona Benedita recebia uma insignificante aposentadoria. Na época em que o salário mínimo correspondia a Cr\$ 206,00 cruzeiros, ela recebia pouco mais que Cr\$ 40,00 cruzeiros. Acredita-se que o motivo de tal desproporção devia-se ao fato de seu salário como aposentada não ter tido reajustes ao longo dos anos. O recebimento do salário acontecia na Prefeitura Municipal de Porangatu.

*[...] me lembro de suas mãos trêmulas ao assinar a Folha de Pagamento, me emocionava imaginar que aquelas mãos que a tantos ensinaram a segurar o lápis e a rabiscar as primeiras letras agora mal conseguiam segurar a caneta. Ao visitá-la no asilo, ela me mostrava com carinho os livros que utilizava em suas aulas, o que demonstra que para ela o ato de ensinar teve importante significado em sua vida. (Maria Doralice, 45 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 19/02/04)*

Um aspecto negativo do ensino particular era o fato de beneficiar apenas aquelas crianças cujos pais tinham condições de pagar as mensalidades e adquirir os materiais escolares necessários para as aulas. O fator pagamento fazia com que a escola particular tivesse sempre um número menor de alunos do que a escola pública, que sempre esteve superlotada pelas crianças de baixa renda.

### 3.3.2 Escolas Públicas

Como visto anteriormente, o ensino particular na cidade era oferecido por uma única escola, conhecida como “Escola do Velho Zeca”. No ano de 1949, a Prefeitura Municipal cria, pela Lei n. 3, de 14 de maio de 1949, a escola “José Antônio dos Santos,” de curso primário, como homenagem póstuma ao grande professor, que durante 20 anos cooperou e incentivou a campanha contra o analfabetismo<sup>19</sup>. Esta escola passa a atender um maior

---

<sup>19</sup> A. G. P - Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Porangatu - Livro n. 01 de Registro de Leis e Decretos-Lei de n. 3 de 14 de maio de 1949.

número de alunos, mas funcionava em situações precárias, isto é, na casa da professora, com poucos recursos físicos, como mesas, cadeiras, materiais didáticos, como cadernos, lápis, livros e outros. Sobre esta escola pouco se sabe ou se lembra. Os únicos dados encontrados foram a Lei de criação, em 1949, e a Lei nº 54, de 23 de março de 1957, concedendo pensão vitalícia à professora Ana Benedita dos Santos<sup>20</sup>. Por perceber nas entrevistas muita divergência e imprecisão nos dados relacionados a esta escola, optou-se não incluí-la na pesquisa, uma vez que poderia comprometer seu resultado.

*A Casa de Instrução Pública*, cuja presença na cidade pode ser comprovada em documentos, data do início do século XX<sup>21</sup>, mas neste período tinha como professora dona Orfilena Arruda Matos.<sup>22</sup>

*Neste período, a Casa de Instrução Pública Estadual era administrada por José Antônio de Matos e sua esposa Orfilena Arruda de Matos. Os alunos eram separados por sexo. As meninas estudavam com dona Orfilena em sua casa e os meninos com o Sr. José Antônio de Matos na salinha da igreja. (Alzira P. Furtado, 85 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 22-03-04)*

A entrevistada revela que as aulas das meninas aconteciam em um cômodo da casa da professora, onde a porta de entrada era também a janela. Este modelo de porta era muito utilizado; possuía uma divisória no sentido horizontal e, fechando-se a parte de baixo e deixando a de cima aberta, tinha-se uma janela. Fazia parte desta sala de aula uma grande mesa e alguns bancos improvisados. Não havia muita comodidade. As instalações eram precárias, prejudicando, assim, a permanência das alunas na escola. O ensino baseava-se em levar as alunas a decorar o conteúdo e, caso as tarefas não fossem cumpridas, havia punições.

Como a maior parte da população neste período vivia na zona rural e possuíam baixa renda, poucos tinham condições de colocar as crianças na escola e, quando colocavam, ficavam a espera de que o professor ou o Estado pudesse oferecer o material didático, como livros, cadernos, lápis e a lousa para os cálculos.

---

<sup>20</sup> A. G. P. - Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Porangatu - Livro n. 01 de Registro de Leis e Decretos. Lei de n. 54 de 23 de março de 1957.

<sup>21</sup> IHE - Arquivo do Instituto Histórico Estadual de Goiás - Goiânia-GO. Caixa Porangatu - Única. 1891 - 1955. (Instrução - Ofícios - Mapas de frequência - atestados e outros).

<sup>22</sup> Folha de pagamento da professora Orfilena Arruda Matos, da escola de primeira classe, do sexo feminino, relativas ao ano de 1940. IHG - Arquivo do Instituto Histórico Estadual de Goiás - Goiânia-GO. Caixa Porangatu - Única. 1891-1955. (Instrução - Ofícios - Mapas de frequência - atestados e outros)

*Me lembro que quando fui para a escola fiquei encantada, gostava muito de escrever, como não tinha papel suficiente, pois era a maior dificuldade de encontrar ou mesmo comprar papel para escrever, era folha de papel almaço, eu pegava a areia e cessava assim no terreiro, eu peneirava a areia e escrevia com uma varinha de vassoura, ficava ali horas escrevendo e treinando na areia. Na escola escrevíamos com lápis, mas, quando o aluno já estava mais adiantado, algum pai comprava as penas e o vidro de tinta, tinha a lousa pequena que utilizávamos para fazer contas e treinar a escrita. (Maria Nepomuceno. 81 anos, natural Dianópolis-TO. Entrevista realizada em 19/02/04)*

A entrevistada mostra que às vezes a escola e os alunos não possuíam nem mesmo os requisitos mínimos para o ensino, como lápis e papel, e isto dificultava a aprendizagem. Tal fator se deve principalmente às dificuldades que o Estado tinha em implantar escolas dentro da política educacional vigente, que queria expansão, mas que não tinha uma estrutura capaz de suportar os investimentos em recursos humanos, físicos, e estruturais. Por isso, apesar de muitas escolas funcionarem há muitos anos e de outras terem sido implantadas posteriormente, todas sobreviviam às custas da boa vontade do professor e da população local. Outras dificuldades também destacadas pela entrevistada foram o fato de o comércio local nem sempre possuir material escolar disponível para venda e o de as famílias, naquela época, serem bastante numerosas, dificultando a manutenção dos filhos na escola, o que acarretava um grande número de desistências.

Na casa de Instrução Pública, a sala de aula era multisseriada, isto é, alunos com diferentes níveis de conhecimento.

*Estudávamos os livros de número 1 até o 5º livro, uns alunos fazendo o primeiro livro, outros o terceiro ou o quarto e assim por diante. Quando terminava o 5º livro, não tinha mais estudo aqui, então ficávamos sem estudar. Aqueles que tinham condições mandavam seus filhos para estudar em outra cidade. (Maria Nepomuceno. 81 anos, natural Dianópolis-TO. Entrevista realizada em 19/02/04)*

Segundo a Dr<sup>a</sup>. Ana Braga, a Igreja Matriz, por localizar-se na praça, no centro do vilarejo, ser um prédio bem conservado e estar na maior parte do tempo fechada, ou seja, ociosa, era o local ideal para ministrar o ensino. Os padres que vez ou outra passavam temporada aqui na vila também davam aulas para os meninos na igreja. Além das aulas de alfabetização, os meninos e meninas eram preparados, em horários diferentes, para a primeira comunhão.

*Uma salinha no fundo da igreja foi ocupada ao longo dos anos com fins educacionais. Eram montados do lado de fora, bem de frente da igreja, palcos improvisados para teatro, para discursos políticos, para leilões em festas de barraquinhas, entre outros.* (Ana Braga, 81 anos natural de Peixe-TO. Entrevista realizada em 25/03/04)

Observa-se que, apesar das dificuldades encontradas para conseguir pessoas qualificadas para ministrar o ensino neste e em períodos anteriores, para aquisição de espaço físico, do material didático necessário e para pagar em dia os professores, o Estado preocupava-se em fiscalizar o ensino, mesmo nas regiões mais longínquas. Esta fiscalização só era possível graças ao inspetor geral do Ensino, que visitava periodicamente as escolas, a fim de observar seu andamento. Dentre suas funções, ele deveria observar a postura e a metodologia do professor; o número de alunos freqüentando e a aprendizagem destes alunos; cobrar dos professores os mapas de notas, freqüência e de comportamento dos alunos. A visita do inspetor geral deveria acontecer a cada três meses, entretanto, devido à falta de estradas e de acesso às escolas no interior do Estado, estas visitas nem sempre ocorriam dentro dos prazos previstos, e assim as escolas caminhavam praticamente sob a responsabilidade do professor que, ao assumir as aulas, assumia também o controle da escola.

Foram encontrados, em boletins mensais, folhas de pagamentos e mapas de freqüência<sup>23</sup> do início do século XX até o ano de 1941 a presença do inspetor escolar local - pessoa da própria cidade que fiscalizava mais de perto o ensino, assinava todos os documentos enviados ao inspetor geral e colocava observações sobre a conduta do professor ou professora e dos alunos, bem como pedia algum material para a escola ou que se tomasse as devidas providências sobre o pagamento de algum professor ou do aluguel da casa, que estava atrasado.

Sobre a inspeção na Casa de Instrução Pública no ano de 1936, dona Maria Nepomuceno, ex-aluna desta escola, informou que, aos treze anos de idade, gostava muito de ler e declamar poesias e na visita do inspetor geral foi convidada a proferir um discurso. Este discurso está há 68 anos na mente de dona Maria que, com muito orgulho, relembrou-o:

*Ilustríssimo Sr. Inspetor Escolar Local, ilustrado examinador, seleta existência, diz o velho adágio que cada qual recita seu amor, como sabem inconformada com a verdade deste antigo rapaz, certa de ser desculpada pelas faltas involuntárias cometidas no desempenho de*

---

<sup>23</sup> AHE - Arquivo Histórico do Estado de Goiás - Caixa Porangatu - Única, 1891-1955 - (Instrução - Ofício - Doc.)

*tão árdua missão. Eu sirvo-me no momento para apresentar à ilustre banca examinadora por mim e por minhas colegas, são os meus sinceros e humildes agradecimentos, não só pelas notas obtidas nos exames graças à generosidade da comissão examinadora, e a vós também pela vossa valiosa presença, dona Ilda Pereira, que vem substituindo com [...] competência a nossa saudosa professora dona Orfilena de Matos que se afastou do cargo por motivos de licença. [...]. Coleguinhas quero que cantem em uníssono o Hino Nacional como singela homenagem ao Senhor Diretor do Estado e o Sr. Diretor do Ensino aqui representado na pessoa do Sr. Inspetor Escolar Local, oferecendo o meu alvo ramalhete de flores representando minha gratidão.*

*Quando terminaram as apresentações que teve aquela festa, eu, como representante da turma, e por ter feito o discurso e declamado a poesia de Casimiro de Abreu “Meus oito anos”, fui muito aplaudida. O Inspetor ficou encantado com a minha pessoa, então foi até minha casa e ofereceu a minha mãe me levar para o Rio de Janeiro e me colocar em um colégio interno, disse que uma inteligência como a minha tinha que ser aproveitada. Mas minha mãe não deixou eu ir com ele. (Maria Nepomuceno. 81 anos, natural Dianópolis-TO. Entrevista realizada em 19/02/04)*

A então jovem Maria Nepomuceno era destaque em sua sala de aula não porque a professora lhe incentivasse a ler e a declamar poesias, mas porque tinha um espírito inquieto, curioso, sempre em busca de novidades. Questionada se a professora trabalhava poesias com os alunos, dona Maria disse que não. Ela gostava muito de ler poesias e era uma exceção na sala de aula, porém os livros que lia eram da escola, mas ficavam guardados em um armário de acesso exclusivo da professora. Como ela gostava de ajudar na organização da sala, ficava encantada com os livros e pedia-os emprestado. O fato de a professora guardar os livros e não repassá-los aos alunos só reforça a questão do tradicionalismo nas aulas, que se resumiam apenas ao ato de ensinar a ler, escrever, contar e decorar, como constatado no discurso citado. O pior é que, segundo a entrevistada, nem sempre os alunos entendiam o que estavam lendo ou declamando, mas decoravam assim mesmo, pois a palavra da professora era lei e deveria ser cumprida.

Até aqui pode-se observar que o ensino ministrado nas duas escolas encontrava-se praticamente na mesma situação, ou seja, ambas não tinham professor com formação adequada para ministrar as aulas, tinham dificuldades em relação o espaço físico, materiais pedagógicos, entre outros; a metodologia era a tradicional, ou seja, muita fala do professor e pouca participação dos alunos, com o uso de castigos físicos e morais. Mesmo com todas as

dificuldades enfrentadas pelos professores, tanto de escolas particulares quanto públicas, este ensino somava muito na melhoria do nível intelectual, social e moral das crianças da cidade. Mas, como estava este ensino em relação ao ministrado no Estado ou, com outras palavras, o que diferenciava o ensino destas escolas das do restante do Estado?

Analisando as duas escolas, a particular do “Velho Zeca”, e a pública, a “Casa de Instrução Pública”, notam-se características comuns a outras escolas existentes no Estado. Bretas (1991) retrata bem as escolas de outras cidades goianas que muito se assemelham às implantadas em Porangatu. As escolas funcionavam na casa do mestre, casa alugada ou cedida por algum proprietário abastado, com mobiliário simples e ensino tradicional, inclusive com o uso da palmatória.

O mobiliário da escola descia também à maior simplicidade. Constava de uma mesa pequena, com gaveta, e uma cadeira para o mestre; dois ou quatro bancos toscos, compridos, para seis, oito ou dez alunos cada um, adaptados ao número de alunos existentes e ao tamanho da sala, colocados junto às paredes, que serviam de encosto. No centro da sala, uma mesa comprida para os exercícios de escrita, ladeada de bancos do mesmo comprimento, sem encosto. [...] um banco especial, menor, colocado em um canto da sala, e que se destinava aos castigos. [...] vinha a palmatória, que o mestre discretamente guardada na gaveta de sua mesa.

[...].

No que diz respeito ao material didático, [...] Não havia livros impressos nem as pequenas taboadas para o ensino da leitura e das contas. A lousa e o quadro-negro não estavam ainda em uso. O material usado para escrita era o papel linho de Holanda, o lápis, a tinta, a pena de pato [...], o canivete, pequeno, de apontar lápis. O papel não era de fácil aquisição, pois chegava a Goiás por um preço alto, que poucos pais podiam pagar. As lições para o ensino das letras eram manuscritas pelo mestre, em folha avulsa de papel do tamanho almaço, dobrada e cortada ao meio, contendo letras, sílabas, palavras ou sentenças, conforme o adiantamento de cada aluno. Eram, como se chamavam, cartas de ABC, cartas de sílabas, cartas de palavras, cartas de sentenças, que o mestre organizava em lições, copiadas de um livro que possuísse ou inventadas ao seu alvitre. (BRETAS, 1991, p. 72 -73)

A metodologia utilizada pelos professores nestes trechos apresentados, como o uso da palmatória, o estudo cantado e a argüição da tabuada, é proveniente do ensino mútuo implantado em Goiás. Este método ou sistema é chamado de ensino mútuo e de método de ensino simultâneo, método lancasteriano ou ainda sistema monitorial (Europa e Estados Unidos) e, de acordo com Bretas (1991), foi implantado em Goiás por volta de 1827 com o objetivo de facilitar o recrutamento de jovens, muito difícil na época, através da escola, para o serviço militar, além de colaborar na alfabetização em massa.

Os professores não tinham condições físicas, humanas nem materiais para fazer funcionar as escolas dentro deste método. Limitados pelas circunstâncias, procuravam adaptar o sistema às condições do meio, regendo suas escolas de acordo com os poucos recursos disponíveis.

O ensino mútuo não foi implantado na cidade de Porangatu devido ao número de alunos que freqüentava as aulas ser muito pequeno. Apesar de não ter sido implantado, parte de sua metodologia era utilizada pelos professores e permaneceu por longos anos. São exemplos os exercícios cadenciados ou cantados, o exercício do argumento, o decurião – aluno mais adiantado que ajudava o professor, tomando lição dos colegas –, o uso da palmatória etc.

Fato curioso a ser destacado é o da existência de um relatório de exames no qual era registrada a presença do ensino misto na cidade <sup>24</sup> desde o início do século XX, o que quer dizer que nesta época estudavam meninos e meninas na mesma sala de aula. Mas, como explicar o fato da existência do ensino misto no início do século XX e em 1940 o ensino ter sido novamente especificado por sexo? O que terá acontecido para haver este retrocesso? Sabe-se que o ensino misto era, naquele período, considerado um método moderno de ensino, não sendo visto com bons olhos pelas famílias de formação tradicional, que achavam que meninas não precisavam estudar e nem lhes convinha ocupar a mesma sala de aula em conjunto com os meninos.

Tudo leva a crer que o surgimento do ensino misto neste período tenha ocorrido pelos seguintes motivos: primeiro pela falta de “professores”, ou seja, de pessoas que tivessem os requisitos mínimos da leitura, da escrita e da aritmética para ministrarem o ensino e, segundo, pela falta de escolas, ou seja, de espaços físicos apropriados para o ensino. Estes fatores, somados a outros como o descaso do governo, a falta de comunicação com outros centros, poucos alunos devido ao desinteresse dos pais, entre outros, fizeram com que, de forma bastante “sofrível”, o ensino misto acontecesse, pois, se o número de alunos era insuficiente para a contratação de dois professores, o melhor seria realizar o ensino misto, não prejudicando crianças de nenhum sexo, podendo meninos e meninas serem instruídos no mesmo espaço físico, com a mesma professora, tomando, de acordo com a Lei de n. 38, de 1893, os seguintes cuidados: “Serão permitidas escolas mistas nas localidades onde não houver escola para cada sexo, mas serão regidas por professores e nelas se estabelecerá

---

<sup>24</sup> Exame de verificação da aprendizagem do ensino misto no Arraial do Descoberto no ano de 1901. Professora Corina Fagundes da Costa. Doc. do AHE - Arquivo Histórico do Estado de Goiás - Caixa Porangatu - Única, 1891-1955 - (Instrução - Ofício - Doc.)

separação, de modo a não haver comunicação entre os alunos de um e outro sexo”. (BRETAS, 1991, p, 450)

Se posteriormente o ensino passa a ser separado em escolas para meninos e meninas, isso indica não um retrocesso no ensino, mas sim que mais pessoas chegaram à região e se propuseram a ministrar o ensino; significa também que o número de alunos cresceu, não comportando em uma única sala de aula todos os alunos e que as famílias agora podiam, através do professor particular (escola particular), escolher e manter, se fosse o caso, suas filhas em salas só para meninas.

O Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira, criado no ano de 1946, somou muito ao ensino na região, tendo recebido este nome em homenagem à primeira dama do Estado, esposa do então governador Pedro Ludovico Teixeira. Sob a direção da professora Erotides Rocha Santiago (normalista), este novo grupo prometia uma nova fase ao ensino. Segundo depoimento do Sr. José Borba, ex-professor e diretor deste grupo, com a criação do grupo, a Casa de Instrução Pública, que se resumia apenas a duas salas de aula, foi encampada por ele e, com sua extinção, os alunos e as duas professoras automaticamente foram incorporados ao grupo escolar. Uma vez que o espaço utilizado anteriormente era uma casa velha e em ruínas, não havendo condições para continuar as aulas, pois estava preste a cair,

*o meu tio José Antônio de Matos alugou uma casa e cedeu para que o grupo funcionasse. A escola funcionou por idéia e esforço dele. Ele era professor, farmacêutico, um homem muito dinâmico e desenvolvido.* (José de C. Borba Júnior, 83 anos, natural de Balsas-MA. Entrevista realizada em 19/02/04)

A realidade educacional deste grupo começou a mudar a partir da emancipação política do município<sup>25</sup>, em 1948, na gestão do prefeito Ângelo Rosa de Moura, como descreve o Sr. José Borba:

*No governo do Pedro Ludovico, o Prefeito Ângelo Rosa de Moura (1948-1952) conseguiu uma verba e foram construídas no ano de 1952, três salas de aula, onde hoje é a Porantécnica (rua Floriano Peixoto). Então nos transferimos para lá, mas tinha apenas as salas e o quadro-negro, que era novidade; não tinha mobília, os bancos eram caixotes que eu*

---

<sup>25</sup> A cidade tomou o nome atual de Porangatu pelo Decreto-Lei n. 8.305, de 31 de dezembro de 1943, permanecendo, porém, como distrito de Uruaçu. Só em 25 de agosto de n. 1948, pela Lei n. 122, tornou-se Município e pela Lei n. 704, de 14 de novembro de 1952, foi elevado à categoria de Comarca. (IBGE - XXXVI vol, R. J. 1958)

*trazia da farmácia, uma mesa qualquer servia, não tinha conforto nenhum, nem água para beber tinha. Em agosto de 1968, o Grupo Dona Gercina se transfere para o prédio situado à rua 14, esquina com a rua 6, onde funciona até os dias de hoje. (José de C. Borba Júnior, 83 anos, natural de Balsas-MA. Entrevista realizada em 19/02/04)*

Sobre as disciplinas ministradas neste grupo, a ex-aluna Aldeni Noleto descreve que não eram tão aprofundadas como as de hoje, mas os professores trabalhavam com muita seriedade e dedicação o Português, a Matemática, os Estudos Sociais, as Ciências e a Religião. Na Educação Artística, o desenho era livre; os alunos desenhavam e pintavam de acordo com seus dons, e as meninas aprendiam a fazer almofadas de retalho, de lã e de talagarça, tapetes, bordavam no sisal, aprendiam a quadricular e ampliar desenhos. Fazia parte da proposta pedagógica da escola conteúdos imprescindíveis para a formação intelectual, moral e religiosa dos educandos.

*Apesar da pouca formação, os professores eram dedicados e competentes. Desenvolviavam suas funções, que iam do ensino aplicado na escola ao acompanhamento do aluno no meio social, através de observações e até mesmo de correções sobre seu comportamento. Tinham autoridade sobre o aluno e eram respeitados tanto dentro da escola quanto fora. (Aldeni P. Noleto, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 09/10/03)*

As punições em sala variavam. Havia os castigos individuais e os coletivos. Os coletivos eram ficar todos os alunos em pé no sol durante uma hora, ficar em pé em posição de sentido, dentre outros. Os individuais eram ficar de braços abertos na frente da sala, ficar detrás da porta, escrever 100 ou 200 vezes frases de acordo com a falta cometida.

Os professores que chegavam de outras regiões somavam-se ao quadro de professores da escola, pois sempre traziam novidades que acabavam movimentando os alunos e a cidade. Uma professora que contribuiu muito neste processo educativo no grupo foi a professora Orfilena, que se preocupava com a formação social e religiosa dos alunos. Ensinava-os como se comportarem em sociedade, hábitos simples como o sentar, o andar, o falar, as questões relativas à higiene eram trabalhadas por ela com naturalidade. Estes hábitos imediatamente passaram a refletir no meio social. *“Ela era muito culta, dinâmica, uma pessoa de destaque. Se preocupava muito com a formação social e religiosa dos alunos.”* (Clotildes J. Fagundes, 68 anos, natural de Araíás-TO. Entrevista realizada em 30/09/03)

A professora Clenita, vinda de Balsas, Maranhão, deu uma grande parcela de contribuição ao ensino, principalmente na parte voltada para a cultura e a integração da comunidade à escola, como relata Aldeni Noleto, ex-aluna.

*Fazíamos peças teatrais com a professora Clenita, e, às vezes, apresentávamos no cinema do Pinheiro, ele cedia o espaço do salão e ali cobrávamos ingressos e arrecadávamos dinheiro para usar na nossa festa de formatura. Era super-animado, toda a comunidade fazia questão de participar. Naquele tempo não existia muitas atividades aqui deste tipo, então quando apresentávamos as peças o cinema ficava lotado. Montávamos cenários, era super-interessante. Lembro-me de uma peça feita em forma de diálogo cantado, era um diálogo entre o patrão e a empregada. Tudo era muito engraçado, as pessoas achavam o máximo.* (Aldeni P. Noleto, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 09/10/03)

Um outro professor de destaque, que se preocupava não só com a formação intelectual, mas sobretudo a moral e social, foi o professor José Borba que, passando pela cidade em 1945, foi convidado pelo tio para assumir por um tempo uma sala de aula no grupo escolar, mas segundo ele a carência da escola era tamanha que acabou adiando dia-a-dia sua ida da cidade. Hoje sua história é contada por ex-alunas que o admiram:

*Além dos conteúdos ministrados, o professor falava sobre a etiqueta social nas oportunidades que iam surgindo no decorrer da aula. O professor era um educador, como o pai da gente. Tinha autoridade tão grande que a gente obedecia. Éramos informadas sobre toda a forma de comportamento que ia do ato de andar, sentar, falar, comer, respeitar e outros. Lembro-me do professor José Borba dizer pra gente: ‘Olha, mulher a gente compara com o leite, o leite se cai uma mosca fica afetado... Mulher também é assim, tem que ter comportamento porque se cai na boca do povo, acabou.’* (Aldeni P. Noleto, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 09/10/03)

A entrevistada, ao relatar suas experiências enquanto aluna, destaca o quanto essas aulas de etiqueta social foram importantes para sua formação e o quanto o ensino foi se transformando com o passar do tempo. As lembranças da aluna retornam para a realidade e hoje, como professora, destaca algumas mudanças que surgiram e que as vê como negativas para o ensino: a falta de interesse do aluno pelo conteúdo ministrado, a falta de respeito pelo professor e pelas pessoas, a falta de tempo que hoje os professores têm para dar atenção ao

aluno, a preocupação do professor, voltada mais para o teórico que para o social, moral e religioso, a falta de atenção das famílias para os filhos e outros.

*Hoje você passa a matéria para o aluno e ele mal ouve o que você fala, naquele tempo não. Além da matéria propriamente dita, a gente recebia a etiqueta social, aprendíamos tanta coisa boa, como conviver e respeitar as pessoas, sobre a vida da gente, ele dizia: ‘ olha, a gente não anda olhando pro chão não, porco é que anda olhando pro chão, a gente anda é com a cabeça erguida, peito saliente, olha é pra frente, você não tá com medo de ninguém’. Ainda hoje eu tenho um grande respeito e amor por ele. Eu via que ele se esforçava para colocar aquelas idéias na cabeça da gente, queria que a gente aprendesse, ele dizia assim: ‘Ó!... Cabeça erguida. Não tem negócio de ficar olhando pro chão não.’ Ele passava aquilo pra gente com muita autoridade. Hoje, se eu lembro que vou ver José Borba, eu levanto a cabeça,... [risos e choro] são as marcas, marcas boas que ficam, tenho muito orgulho de meus professores, [...] ele se preocupava não só com a formação acadêmica como também com a formação moral, social e espiritual, também porque toda a vida ele foi uma pessoa muito correta, aprendíamos muito com ele. Considero-me uma pessoa privilegiada, porque tive professores bons que tinham uma formação religiosa de berço e isso passa para a gente. É onde a gente se esforça para ser um bom professor, para passar o melhor para o aluno como a amizade, o carinho e atenção, porque eu fui privilegiada, tive bons professores, graças a Deus! (Aldeni P. Noletto, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 09/10/03)*

A metodologia utilizada era a tradicional, na base do decorar e da palmatória. Estes métodos eram os mais utilizados, por serem os únicos que os professores conheciam e que a sociedade respeitava. Quando os pais ouviam falar que determinado professor era maleável com os alunos e que outro era mais rígido, a escolha sempre ia para o mais rígido, pois era sinônimo de inflexível, implacável, severo, rigoroso e estas características eram consideradas essenciais para a formação intelectual e moral de seus filhos.

*O ensino era tudo na base do decorar. Os professores eram mais valorizados, tratados com respeito. Hoje as crianças não têm mais respeito para com os mais velhos. O ensino era muito rígido, mas como naquele tempo este era o costume, a gente obedecia. Era a lei. Eu gostava daquela época, parece que a escola era mais participativa, a gente aprendia mais. Como sempre peguei este ritmo severo, aprendi a aceitar, acostumei. Hoje acho tudo*

*muito diferente, parece que é solto demais, ninguém mais estuda em casa. Chegávamos em casa e tínhamos as tarefas de casa. Se não fizesse, ficava de castigo. Hoje, fez ou não fez, fica tudo na mesma, mas cada tempo seu tempo.* (Maria de Fátima, 64 anos, natural de Ipameri-GO. Entrevista realizada em 16/02/04)

Observa-se que a rigidez com que os professores e a família tratavam as crianças de certa forma era positiva, pois fazia com que elas tivessem respeito pelo próximo e pelo professor. Este respeito foi-se perdendo ao longo do tempo, pois a proibição de castigos físicos na sala de aula e maior liberdade para os jovens fizeram com que o professor perdesse seu espaço como autoridade máxima e o aluno, a cada dia, ganhasse mais liberdade. Só que o excesso de liberdade é algo prejudicial ao aprendizado e também ao comportamento dos alunos, que se sentem donos do espaço escolar e acham que o professor está ali, mas que é apenas mais uma peça figurativa do ambiente; é fácil de ser substituído. O professor hoje se vê à mercê de certos alunos, pois, se o professor falar alto com o aluno, fizer cara feia ou destratar-lo, poderá ser processado e perder seu cargo. Observa-se aí a inversão nos papéis, pois o controle que antes era do professor hoje passou para as mãos dos alunos, que se sentem “os donos do pedaço”<sup>26</sup> e não respeitam o professor. Acham que podem fazer o que quiserem na sala de aula que sairão ilesos de qualquer responsabilidade.

*Inicialmente, as escolas nem tinham o prédio próprio construído. Trabalhávamos por idealismo, tínhamos orgulho de ser professor, não é como hoje, que o professor se sente desvalorizado, sem muita proteção. As escolas possuíam poucos recursos didáticos. A prefeitura fazia o que desse [...]. Realizávamos reunião com os pais mensalmente, a participação era muito boa, gostavam de colaborar com a escola, inclusive nas festinhas juninas, dia das crianças, quando angariávamos fundos para investir na escola.* (Edeltes Gomides Reis, 68 anos, natural de Anápolis-GO. Entrevista realizada em 10/10/03)

A professora Edeltes, que lecionou na Escola Gercina Borges, ao falar das dificuldades financeiras pelas quais passava a escola, destaca a importância do poder público e dos pais dos alunos para o bom andamento do ensino e o quanto o professor acreditava e lutava pela melhoria do ensino, inclusive na questão de pagamentos, pois, segundo as entrevista muitos professores trabalhavam por períodos que chegavam a dois anos sem receber, devido à dificuldade de contratação por parte do governo. Na maioria das vezes era o

---

<sup>26</sup> “Os donos do pedaço” é uma gíria popular que significa donos do local.

município que mantinha estes professores por algum tempo, mas, mesmo assim, eles não desistiam, continuavam trabalhando e, às vezes, promoviam festas com o objetivo de sanar as deficiências da escola em relação à aquisição de materiais pedagógicos e outros como carteiras, mesas etc. Se era difícil para os professores receberem seus salários em dia, para um substituto, que assumia temporariamente as aulas, por motivos de saúde do professor ou algum contratempo, era praticamente impossível, como narra a entrevistada a seguir:

*Minha mãe, Júlia Martins da Cunha, foi a primeira porteira servente da Escola Gercina Borges. Ela tinha apenas o curso primário, mas sempre que faltava alguma professora era minha mãe quem substituía e assim foi ao longo dos anos. Na maioria das vezes, ela tinha mais estudo do que as professoras regentes. E o pior é que, por esse trabalho de substituta, ela nunca foi remunerada. Ela trabalhou por toda a sua vida desta forma, até o dia em que se aposentou. (Benedita César, 55 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 08/10/03)*

Um outro fator interessante destacado nas entrevistas é o espaço físico das salas de aulas, que não suportava a demanda. Em decorrência disso, a direção da escola acabava tendo de selecionar os alunos, observando principalmente o item idade e outras vezes “estatura”, como se constata no relato a seguir:

*Quando completei 7 anos, minha avó levou-me para matricular, mas o diretor não aceitou a minha matrícula, disse que eu era muito pequena e que esperasse mais um ano para iniciar os estudos. Chorei muito, porque tinha muita vontade de estudar. Voltei para casa triste, mas minha avó começou a me ensinar a ler em casa. No ano seguinte, retornei para a escola. Lembro-me que no primeiro dia da aula a professora escreveu os numerais no quadro negro de 0 a 9 e mandou os alunos escreverem no caderno, eu fiquei olhando para os números assustada, pois me dei conta naquele momento que sabia ler, mas não conseguia nem pegar no lápis.<sup>27</sup>*

Observa-se nesta entrevista alguns pontos importantes como, por exemplo, a relevância da idade no ato da matrícula, mas não era o principal, pois esta criança foi impedida de se matricular pela estatura.

---

<sup>27</sup> A entrevistada não permitiu que seu nome fosse revelado, porém autorizou a utilização de sua fala. (Entrevista realizada em 20-02-04)

Outro ponto a ser destacado é a importância que as famílias davam à leitura. Ensinavam seus filhos a identificar e ler as letras. As crianças aprendiam ler sem ter noção da escrita ou, como disse a entrevistada, não sabiam sequer segurar um lápis. Observa-se também a questão da metodologia empregada pela professora no primeiro dia de aula. Percebe-se que ela não tinha a formação pedagógica necessária para trabalhar com uma turma de alfabetização.

Neste período, o ensino público era mantido pelo estado, porém já havia uma certa descentralização, pois cada município tinha um coletor estadual responsável por arrecadar os impostos do município. O coletor, antes de repassar o dinheiro para o Estado, descontava o dinheiro dos professores. Era feita uma Folha de Pagamento na qual cada professor assinava e recebia seu salário mensal. De acordo com depoimentos, constata-se que, em determinados períodos, houve muitos atrasos no pagamento, *“o salário era pouco, atrasava muito, mas recebíamos. Ninguém nunca ficou sem receber.”*<sup>28</sup>

Constatou-se nestas entrevistas que o ensino na cidade antes da construção da rodovia caminhava a passos lentos, em decorrência da própria estrutura educacional do estado de Goiás. Porangatu possuía apenas duas escolas, uma particular, que se tornou pública em finais de 1940, e uma estadual. Ambas possuíam características comuns tanto na formação precária dos professores, quanto em espaço físico e recursos didáticos. No entanto, com a construção da Escola Estadual Gercina Borges, houve um considerável desenvolvimento tanto físico – construção da escola – quanto metodológico, principalmente na parte didática, em função da vinda de professores de outras regiões, que passaram a trabalhar com teatro e procuravam também relacionar o conteúdo ao cotidiano dos alunos. Estes conhecimentos começam, segundo os entrevistados, a surtir efeitos na sociedade. Os alunos modificam suas ações em função dos ensinamentos e da cobrança dos professores.

### 3.4 A CIDADE E O SURGIMENTO DA RODOVIA

A cidade de Porangatu, no ano de 1950, possuía uma população urbana de 930 habitantes.<sup>29</sup> A maioria da população (7.792) vivia na zona rural, dedicando-se a atividades

---

<sup>28</sup> A entrevistada não permitiu que o seu nome fosse revelado, porém autorizou a utilização de sua fala. Entrevista realizada em 18-02-04.

<sup>29</sup> Dados do IBGE: Pasta Município de Porangatu.

como a agricultura, a pecuária e a silvicultura. Esta região tinha uma população bastante rarefeita, com menos de 1 hab. km<sup>2</sup>, tendo sido inicialmente ocupada por frentes de expansão populacional bastante significativas (mais de 100%), caracterizadas pela intensidade da migração, passando de 8.722 mil habitantes em 1950 para 19.408 mil em 1960.<sup>30</sup>

Estas correntes migratórias são decorrentes dos incentivos governamentais de ocupação do cerrado, bem como da articulação espacial com a expansão da rede rodoviária. A atual estrutura regional, dominada pela abertura de grandes empreendimentos agropecuários e por significativo crescimento urbano, deu-se a partir de 1960, quando a expansão capitalista da agricultura regional possibilitou a posse de mais terrenos às propriedades juridicamente determinadas e os pastos naturais tornaram-se áreas cultivadas.

Este aumento da área de estabelecimentos agrícolas e das pastagens, em decorrência da expansão da fronteira agrícola em Goiás e da política de expansão da fronteira para o oeste, propiciou a expansão demográfica, dinamizando o processo de urbanização do norte do Estado, e principalmente o crescimento de núcleos urbanos, como é o caso de Porangatu.

O Casarão (construído no ano de 1940 por Ângelo Rosa de Moura) era um ponto de referência da cidade. Além de residência, era o principal ponto comercial.

*Ali funcionava a Casa Jaguatirica, uma espécie de armazém que comercializava produtos variados como arroz, sal, fumo, café, querosene, pinga e também couro de animais, sendo os mais comuns o couro de mateiro, anta, caititu, onça e jaguatirica, dando origem ao nome da loja “Jaguatirica”. Na parte lateral do Casarão, esquina com a Rua do Milagre, funcionava a Farmácia Jaguatirica. (Iodete de Souza Borges, 78 anos, natural de Grajaú-MA. Entrevista realizada em 10/10/03)*

O Casarão era o local mais visitado por fregueses, viajantes, políticos e vizinhos da região (Figura 4). Foi também, de acordo com Name (1981), palco das principais festas comemorativas da cidade: inauguração da Agência Postal Telegráfica de Porangatu (1947); emancipação política do município (1948); as duas festas de posse de Ângelo Rosa de Moura como Prefeito Municipal (1949 a 1953 e 1957 a 1961) e vários shows artísticos e culturais. Funcionou também em uma de suas salas o primeiro serviço de som, intitulado Alto-Falante Jaguatirica, que servia para divulgar notícias como falecimentos, aniversários, festas diversas, músicas de sucesso da época.

---

<sup>30</sup> Dados do IBGE

Figura 4: O casarão antes da restauração, meados de 1970.



Autor: Eddie Pacheco.

Na década de 1960, o Casarão entrou em declínio, tornando-se um depósito de coisas velhas. O tempo encarregou-se de destruir a velha construção.

Muitas lendas foram criadas a respeito do velho casarão. *Alguns diziam que Ângelo Rosa havia enterrado no seu sub-solo grande quantidades de ouro, e por isso muitos ali cavavam à procura do precioso metal. Outros diziam que a alma de Ângelo Rosa vivia ali e tinham medo de encontrarem-se com ele*<sup>31</sup>.

Apesar das histórias que contavam, muitos não se importavam e o casarão serviu de abrigo para famílias carentes que vez ou outra ali se arranchavam. Segundo a entrevistada, a lenda de que o casarão era assombrado deve ter sido criada no sentido de preservá-lo contra as constantes escavações que muitos faziam na calada da noite.

Em finais da década de 1970, a prefeitura comprou o Casarão e restaurou-o com a ajuda do artista plástico Eddie Pacheco. A partir daí, o Casarão passa a se denominar Centro de Tradições de Porangatu. Atualmente, está ocupado pela Superintendência Municipal de Cultura, que ali expõe trabalhos artísticos de crianças, jovens e adultos que participam dos projetos desta superintendência. Além da exposição destes trabalhos manuais, o Casarão oferece cursos uma vez por semana, com nutricionistas que orientam a população na preparação de alimentos e remédios naturais, na prevenção e no combate a anemia, verminoses, bronquite, gripes entre outros (multi-mistura, farelo e leite de soja, xaropes etc.).

<sup>31</sup> A entrevistada, apesar de ter permitido a transcrição de sua entrevista, não autorizou que seu nome fosse revelado.

Acontece ainda, às quintas-feiras, o encontro de idosas que ali vão para fiar, conversar e se descontraírem. O Casarão tornou-se um marco histórico e é um dos locais mais visitados da cidade por pessoas das mais diversas classes sociais, principalmente por artistas.

A professora Maria Áurea Medrado, em seu livro *Porangatu Ontem e Hoje* (1990), descreve que Ângelo Rosa de Moura, que tinha sido vereador da Comarca de Uruaçu (1944), elegeu-se o primeiro prefeito de Porangatu (1948 a 1952). Em 1957, reelegeu-se novamente prefeito, ficando até 1961. Em sua primeira gestão, deu início a obras de prioridade para o município, como a cadeia, inaugurada em 1953, e o cemitério. Iniciou também a construção sede da Prefeitura –, atual prédio do Fórum – da Escola Estadual Dona Gercina Borges Teixeira – atual prédio da Escola Municipal Nossa Senhora da Piedade –, além de várias pontes e outros benefícios.

O Município naquela época (1948-1952) possuía 50 estabelecimentos varejistas, 16 veículos, 385 casas residenciais, 37 logradouros públicos, 01 farmácia. A base econômica era a pecuária, com 29.200 cabeças de gado bovino, 9.500 eqüinos. [...] A agricultura fornecia 42.000 sacas de arroz e 38.000 sacas de milho. O excedente da produção era vendido em Anápolis. (MEDRADO, 1990, p. 28).

O segundo prefeito eleito do município foi Euzébio Martins da Cunha, no período de 1953 a 1957, que realizou as seguintes obras: “concluiu a construção da sede da Prefeitura e do Fórum; comprou 100 alqueires de terra para ampliação da cidade nova; comprou um trator TD-9 e um caminhão GMG 0 km, criou escolas rurais.” (MEDRADO, 1990, p. 28)

De acordo com dona Iodete, a Prefeitura, que anteriormente funcionava em parte da casa que era também a pensão de Corina Fagundes Furtado, mudou-se para o novo prédio, onde passou a funcionar também o Fórum, os cartórios do Crime, do 1º e do 2º Ofícios, Registro Civil, e o Cartório Eleitoral. Apesar de ser um prédio moderno, amplo e de destaque no período, mostrou-se, desde sua inauguração, inadequado para tantas funções.

A entrevistada, que trabalhou como escrivã no Cartório de Registro Civil durante os anos de 1953 a 1982 como escrevente autorizada, e de 1982 a 1996 como escrevente juramentada, conta que, naquela época, a palavra valia tanto quanto o documento, por isso as pessoas não se preocupavam em oficializar seus casamentos ou o nascimento de seus filhos.

*As pessoas viviam juntas e não se preocupavam em oficializar a união. Muitos pais não se preocupavam em registrar seus filhos, mas quando chegava a época de eleição era um corre-corre terrível, trabalhávamos muito para registrar estas pessoas para que pudessem*

*participar das eleições*<sup>32</sup>. A vinda da rodovia também aumentou o número de registros não só de filhos da cidade como também de várias pessoas que vinham em busca de trabalho na rodovia e não tinham documentos; então, precisavam ter registro para poder se cadastrar na empresa de construção. (Iodete de Souza Borges, 78 anos, natural de Grajaú-MA. Entrevista realizada em 10/10/03)

Quanto à instrução educacional, em 1950, das 7.357 pessoas presentes na cidade com 5 anos ou mais de idade, 1.916 sabiam ler e escrever<sup>33</sup>, o que corresponde a 26,0433 %. A criação de escolas na zona rural foi intensificada a partir deste período, uma vez que grande parte da população do município vivia nas fazendas e não tinha como freqüentar as aulas na cidade, devido à distância e ao trabalho nas lavouras. A solução encontrada era criar escolas nas fazendas, para as quais o proprietário da terra cedia o espaço físico - uma sala com alguns bancos - e as professoras eram contratadas pela Prefeitura, que se encarregava do pagamento e dos materiais necessários para as aulas.

Esta iniciativa de os municípios investirem nas escolas rurais estava embasada na campanha criada anteriormente (1947), chamada *Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos* - CEAA -, predominantemente dirigida ao meio rural e que se orientava a partir das idéias de funcionamento da democracia liberal, em busca da ampliação das bases eleitorais do país. Como a maioria da população vivia na zona rural, principalmente nas regiões interioranas, o ensino deveria ir até o campo, onde concentrava-se o maior número de analfabetos do país e também de votos. Com a alfabetização destas pessoas que viviam na zona rural, o número de eleitores aumentaria consideravelmente. Nestes termos, verifica-se, gradativamente, o aumento de pessoas alfabetizadas no Estado de Goiás. Em Porangatu, estas escolas foram surgindo e ampliando a rede escolar, como demonstram os dados referentes ao número de escolas na década de 1950.

Estas escolas, chamadas de Escolas Isoladas, foram criadas nos pequenos vilarejos que surgiam nas proximidades da cidade. Mas, se o ensino na cidade já era precário, a situação na zona rural era bem pior, como se pode averiguar neste texto sobre o ensino primário na região norte de Goiás, escrito pela Prof<sup>a</sup>. Anna Brito Miranda, autodidata, inspetora escolar no município de Tupirama, que viveu sempre no norte de Goiás, àquela época sem escolas de grau médio ou normal, mas nem por isso deixou de prestar os mais relevantes serviços ao setentrião goiano.

---

<sup>32</sup> Estes dados podem ser comprovados nos livros de registro no Cartório Civil da década de 1950 nos quais constam páginas e páginas seguidas destes registros para fins eleitorais.

<sup>33</sup> Dados do IBGE (1958 p.370).

(...) Em se falando das escolas rurais nota-se, infelizmente à primeira vista, a deficiência, dada a falta de recursos de materiais escolares, inclusive mobiliário. Sem conforto, o trabalho torna-se logo fastidioso e cansativo. Na qualidade de Inspetora Escolar da Zona, isso tem constado mais uma vez a pobreza existente nas classes. Não possui carteiras, mesas, quadro-negro. Passam as quatro horas de trabalho assentados em caixotes improvisados em bancos escolares, fazendo mesas das próprias pernas. É de notar-se a submissão de professores e alunos, comparando-se quase que religiosamente com aquele desconforto, no desejo de aprender por sentirem dentro de si mesmos a necessidade da conformação, sempre confiante de uma melhor solução. (*Revista de Educação*, p. 39, n. 43).

O Sr. João Gonçalves, filho da região, presenciou esta fase de expansão da cidade e relata como era a cidade no início da década de 1950, antes da construção da Rodovia Belém-Brasília.

*A vida na cidade antes da construção da rodovia era muito tranqüila, as famílias viviam na praça, em casas simples, tinha poucas casas depois da praça, para cima 5 a 8 casas. Com o advento da rodovia é que começou a surgir a cidade. Viviam da manutenção da pecuária, vendiam o boi para abastecer a casa por certo tempo. E agricultura era só para abastecer. Como tudo era muito difícil, quando uma pessoas ia fazer compra, sempre recebia uma lista de compra de alguém (amigo, vizinho ou parente,) levava um cargueiro (dois burros com uma cangaia e duas bruacas) para si e outro para trazer as encomendas: ‘João, leva esta lista e trás umas compra para mim’.* (João Gonçalves, 77 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 27/02/03)

*[...] levantei um dia de manhãzinha e passei a observar a praça que estava cheia de gado. Comecei a contá-lo e do morro para baixo eu contei 156 gados, mais parecia uma fazenda. Não podia andar à noite porque como não tinha energia na rua, pisava em esterco de gado. Subindo o morro eu contei mais 142 reis, tinham mais de 300. Mais parecia uma fazenda. Todos tinham o seu curral. Nós agradecemos Juscelino pra cá. A construção de estradas. A estrada faz o progresso. O Tocantins foi criado há alguns anos, e já está quase todo cortado de asfalto, a educação bem evoluída.* (José Borba, 83 anos, natural de Balsas-MA. Entrevista realizada em 19/02/04)

Os dois depoimentos retratam a tranqüilidade da cidade interiorana, a simplicidade das casas, das pessoas, de seu convívio e a despreocupação com que viviam, em pleno século XX, quando a coisas específicas das cidades grandes, como tráfego de carros, agitação, corre-corre

para o trabalho etc. Aqui o gado era criado solto, as pessoas conheciam-se e consideravam-se como família, as crianças obedeciam aos mais velhos, mesmo que não fossem de sua família. As famílias casavam seus filhos com as mesmas famílias e todos se tornavam parentes, eram compadres e comadres, amigos e vizinhos de fazenda que hospedavam e cuidavam do ensino das crianças cujos pais viviam nas fazendas e precisavam estudar.

Todos os moradores da cidade abasteciam-se da água do pequeno poço existente na rua do Milagre, conhecido como “Poço do Milagre”, único poço de água potável e de sabor agradável, que se diferenciava das outras existentes na praça, que apresentavam alto teor de sais minerais, e que as tornava salobras.

Pela manhã, podia-se ouvir as algazarra de sobe e desce de crianças e jovens, com suas latas d’água na cabeça ou em carroças para abastecer a casa, pois se chegassem mais tarde poderiam correr o risco de serem repelidas pelas lavadeiras que também faziam uso do poço. Como apresenta Raimundo Sales,

*uma coisa muito interessante que me lembro é que as pessoas na parte da manhã ou de tardezinha passavam empurrando carinhos com lata d’água, outros carregando lata d’água na cabeça ou no ombro, buscando no poço do milagre. É que não tinha outra água doce na cidade a não ser a do poço do milagre. (Raimundo F. Sales, 66 anos, natural de Balsas-MA. Entrevista realizada em 02/10/03)*

Segundo Euclides de Souza, existem duas versões para a origem do nome do poço. A primeira está relacionada aos tempos em que Porangatu era ainda “Descoberto”.

*As pessoas que aqui vivia, ficavam admiradas porque em nenhuma época do ano a água deixava de brotar. A água que ali jorrava era de um sabor inigualável e por isso surgiu o tal nome. Já a segunda explicação está ligada ao fato dos antigos moradores afirmarem que, no fundo do poço, existiam duas pedras e entre elas existe uma abertura pela qual a água brotava durante todo o ano, as pessoas diziam que isso era um milagre. (Euclides de Sousa, popular “Goianinho”, 31 anos, natural de Porangatu-GO. Escritor, vereador. Entrevista realizada em 22/03/04)*

Não se pode esquecer que, na mente dos antigos moradores, pairava um sentimento religioso muito maior que o dos nossos dias, e fenômenos naturais ou tidos como diferentes poderiam ser considerados milagres.

Com a expansão da cidade, foram sendo furadas novas cisternas na parte nova, onde já se encontrava água doce e, na década de 1970, a cidade foi agraciada com a instalação da SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A. As residências foram adquirindo água potável pelo sistema de saneamento básico por encanação e com isso o Poço do Milagre foi ficando em desuso e hoje é um ponto turístico da cidade. Toda área do poço transformou-se em uma pequena praça, conhecida como “Praça do Milagre”, onde acontece todos os anos o tradicional “Arraial do Descoberto”, a festa junina mais animada da cidade.

No imaginário porangatuense, acredita-se que a pessoa que beber água do Poço do Milagre “não vai embora de Porangatu; mas se for, ela volta”.

Os caminhões e maquinários que desbravavam os traçados da rodovia contrastavam com cavalos, tropas de burros e o carros de boi que formavam o sistema local de transportes, responsável pela circulação de mercadorias na região.

O senhor Bolívar, que chegou à cidade em 1953 para trabalhar na empresa de ônibus São Bento, em uma jardineira (Ford F3) que fazia linha Ceres Porangatu, descreve que,

*naquela época não tinha movimento de carro, quando cruzavam muitos carros eram cinco ou seis. Em sua maioria eram caminhões Ford, Chevrolet, que traziam mercadorias, levavam arroz ou voltavam vazios. As estradas de Anápolis até Amaro Leite eram boas, patroladas, de lá para cá, pareciam trieiros, era estradinha cheia de curva, sem benefício nenhum de máquinas. A rodovia trouxe o progresso e tudo se modificou. (Bolívar Domiciano da Silva, 75 anos, natural de Urutai-GO. Entrevista realizada em 25/02/04)*

Apesar das obras da rodovia já terem sido iniciadas, como nos conta o senhor Bolívar, de Amaro Leite para Porangatu ainda não havia sido realizado nenhum beneficiamento. Eram inúmeras as dificuldades para se chegar até a cidade de Porangatu, devido à precariedade das estradas e dos meios de transporte, como se constata no depoimento a seguir:

*Casei-me e viemos para Porangatu. Chegamos aqui no dia quatro de setembro de 1955. [...], nós pegamos uma jardineira que fazia a linha de Anápolis a Uruaçu, e de Uruaçu para cá pegamos um caminhão de carga de arroz, [...] O João veio em cima da carga e eu vim na boléia [...]. Saímos de Anápolis uma hora da tarde e chegamos em Uruaçu à noite, onde pernoitamos, e no outro dia pegamos o caminhão bem cedo e chegamos em Porangatu umas quatro horas da tarde. A estrada era muito precária e o mau tempo dificultava ainda mais a viagem. No mês de setembro sempre chovia muito e as estradas pioraram, a viagem*

*era difícil. Levamos praticamente dois dias de viagem.* (Edeltes Gomides Reis, 68 anos, natural de Anápolis-GO. Entrevista realizada em 10/10/03)

Os homens que vinham trabalhar na construção da rodovia começaram a se relacionar com os moradores (Figura 5), influenciando nos costumes locais e criando, de acordo com Vilma Venância, problemas sociais considerados absurdos para a época. Passam a freqüentar as vendas e botecos em finais de tarde, aumentando o consumo de bebidas alcoólicas como a pinga, o vinho e a cerveja. Muitos se embriagavam e envolviam-se com as mulheres solteiras, e também as casadas, causando brigas e desentendimentos.

*Muitas moças “filhas de família” acabavam engravidando, algumas passavam a morar junto com o namorado, outras eram abandonadas. Mas, o problema maior ocorreu no final da construção da rodovia, em meados de 70, pois a grande maioria dos homens, como tinha deixado família em outra região, foi embora, deixando para trás mulher e filhos sem recursos.* De acordo com Vilma Venância, estes são chamados de “filhos da Belém-Brasília”. (Vilma Venância, 50 anos, natural de Jaraguá-GO. Entrevista realizada em 08/10/03)

Figura 5: Rodovia Belém-Brasília em Porangatu-GO, início da década de 1950<sup>34</sup>.



Autor: Desconhecido - Arquivo pessoal de Francisca P. do Nascimento

<sup>34</sup> O primeiro traçado da rodovia Belém-Brasília tornou-se a avenida principal, recebendo o nome de Avenida Adelino Américo de Azevedo, popularmente conhecida como Avenida Federal, em função da rodovia federal.

A grande taxa de natalidade de 1950 a 1970 – período de construção e pavimentação da rodovia Belém-Brasília – não foi o único fator causador do aumento populacional porangatuense; foi apenas consequência do número de trabalhadores e imigrantes que a cidade recebeu neste período. De acordo com dados do IBGE, em 1950 o município contava com 8722 habitantes e, em 1970, já chegava a 21398. Levando em conta a realidade da região antes da construção da rodovia, como a falta de estradas, de investimentos dos governos federal e estadual, a dificuldade de acesso devido à vastidão do território, nota-se que a região teve um desenvolvimento significativo em um período de 20 anos, tanto populacional como econômico.

Observando que a cidade passava por transformações espaciais e econômicas importantíssimas para se firmar com certa representatividade política e econômica na região norte do Estado, o prefeito Euzébio Martins da Cunha compra, no ano de 1953, 100 alqueires da Fazenda Tupaciguara, dividindo-a em lotes e chácaras para ampliar a cidade, que estava em processo de urbanização.

Segundo depoimentos de moradores, a cidade, localizada numa parte abaixo do “Morro da Favela”<sup>35</sup>, logo tratou de subir o morro, ir ao encontro da rodovia e de seus encantos, isto é, homens diferentes, novidades em vestuário, alimentação, moradia, máquinas, ferramentas, rádios etc. Entretanto, a parte antiga da cidade permanece, não como a original, porque com a expansão populacional muitas casas foram destruídas e/ou modificadas, e em seu lugar construídas outras, com estilos e formas diferenciadas das tradicionais. Outras foram restauradas e permanecem, sendo atualmente pontos de referência da cidade, como é o caso da Igreja Nossa Senhora da Piedade e do Casarão.

A presença da cidade de Porangatu nos mostra a linha divisória entre duas civilizações distintas: a parte alta, com suas largas avenidas e ruas bem quadrejadas cheias de construções de linhas modernas, sobre o terreno quase plano e bem arejado, apresenta-nos a civilização moderna que despertou com o progresso trazido pela BR 014, e a parte baixa, onde originou-se a cidade, com uma praça irregular e amorroada, onde se vêem velhas casas de feios arcabouços construídos de taipa e adobes, com várias calçadas altas e batenteadas já em franco desmoronamento, portas e portais disformes e carcomidos, cornijas compridas e grosseiras, chaves de tamanhos desmedidos, grandes e velhas mangueiras à guisa de arborização, em fim, só velharias, revela-nos o período colonial das explorações auríferas dos tempos das Bandeiras. Essa interessante harmonização de dois estilos radicalmente diferentes oferece um aspecto mais original e mais saborosamente pitoresco à cidade. E se os responsáveis pela administração

---

<sup>35</sup> “Morro da Favela” segundo moradores, tem este nome devido à existência de uma árvore chamada favela, que ficava no alto do morro.

pública não se descuidarem da conservação do velho “Descoberto”, sem lhe alterar a estrutura antiga, essa bela relíquia histórica passará a ser futuramente uma das maiores atrações turísticas de Porangatu. (CAVALCANTE, Jornal Paralelo 13, p. 6, 1968).

Neste fragmento de reportagem, Cavalcante caracterizou bem a distinção que se criou dentro da estrutura da cidade de Porangatu, onde a parte antiga é totalmente diferenciada da parte nova e moderna, cada uma com suas características próprias, que encantam moradores e visitantes. Destaca-se que o progresso foi despertado pela estrada e pela importância de conservar esta parte antiga como sinônimo da história e da cultura da cidade.

Com o início da construção da rodovia na região de Porangatu, muitos engenheiros, tratoristas, trabalhadores braçais e outros chegaram à cidade, uns poucos com suas famílias, fixando-se em pensões, acampamentos ou casas alugadas. O comércio vê-se em “alvorço”, pois não estava acostumado a ter tamanha procura por produtos. Os moradores da cidade e da região começam a despertar para novos ramos comerciais. São sapateiros, marceneiros, pedreiros, vendeiros, donos de pensão, farmácias, lojas de tecidos e armarinhos em geral, correio etc. Passam a produzir para o consumo imediato dos trabalhadores, como quitandas, refeições, bem como a prestar serviços: lavar roupas, costurar etc.

O crescimento populacional passa a exigir mais do comércio local, que não estava preparado para tamanha demanda por produtos de primeira necessidade e prestação de serviços. Os fazendeiros, que até então viviam apenas da produção para subsistência e da troca de produtos, passam a vender com frequência galinhas, ovos, queijos, carne fresca e de sol, verduras, sabão, gordura, arroz, feijão, farinha, etc. Tudo passa a valer dinheiro. Moradores alugavam suas casas e, na maior rapidez, construía outras para viver. Casas residenciais e comerciais foram sendo construídas e o novo loteamento logo encontrou a parte antiga da cidade. A lagoa, que hoje é um ponto de referência em beleza e lazer, localizada em um setor nobre e central da cidade, era apenas um local abandonado e de difícil acesso devido ao matagal e aos atoleiros na época das cheias.

O Sr Bolívar relata que

*Um quiosque simples e de palha – hoje Bar Central – foi construído pelo senhor Otávio, ao lado do local traçado onde futuramente seria a rodovia, servia café, quitandas e refeição. O movimento era grande o dia todo, muito barulho de máquinas e homens na derrubada da mata. Logo, surgiu o posto de gasolina do senhor Vitor de Moura: popular Vitão, que era composto de grandes tonéis: tambores de 200 litros de óleo diesel e gasolina,*

*que ficavam no chão ao lado de uma bomba manual, localizado em frente ao quiosque: atual Posto Central H.S. do Herculano. (Bolívar Domiciano da Silva, 75 anos, natural de Urutai-GO. Entrevista realizada em 25/02/04)*

Este posto de gasolina, que inicialmente não tinha uma construção definida, logo recebeu sede própria e batizado de Posto Shell. Foi uma das primeiras construções realizadas ao lado da rodovia. Nota-se que já havia certa movimentação de pessoas neste período, causada também pela jardineira que fazia a linha Porangatu - Ceres. O Posto Shell era o local de parada obrigatória tanto de saída quanto de chegada, como pode se constatar pela Figura 6.

Figura 6: Posto Shell - Construído por Vítor de Moura em 1953.



Autor: Desconhecido - arquivo pessoal de Francisca P. do Nascimento.

Continua o Sr. Bolívar dizendo que, nesta época, Vítor de Moura destacava-se como maior investidor no comércio, pois passou a oferecer, também em meados de 1950, energia de motor a diesel, sendo que os habitantes pagavam uma taxa por lâmpada que possuísem na residência, e as casas e ruas passaram a ser iluminadas até as 11:00 h da noite. A iluminação que até então era feita com lamparinas de querosene e azeite acabou sendo aos poucos esquecida, até chegar ao desuso total. Vítor de Moura instalou, ainda, uma máquina de limpar arroz, o que anteriormente era realizado de forma manual, em pilões e monjolos.

Vítor de Moura trouxe também um bar bastante moderno para a época, pois

*não se tinha notícia de congelador por estas bandas, a cerveja era esfriada na salmoura (sal e areia dentro de um caixote). O novo bar chamado “Estrela Dalva”, funcionava na avenida Dr. Pedro Ludovico. O congelador era debaixo do balcão, servindo uma variedade de bebidas geladas, o sorvete e o picolé, que anteriormente eram servidos em forminhas e taças levadas ao congelador, tornam-se a grande atração da cidade; o sorvete passa a ser servido em taças e o picolé, no palito. (Alzira Pereira Furtado, 85 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 22/03/04)*

O bar recebeu esse nome em homenagem à esposa de Vitor de Moura, chamada Dalva, que conta que o novo bar provocou muita euforia na cidade. Todas as pessoas da cidade e das fazendas vinham se deliciar com o picolé e o sorvete. *“As crianças não davam sossego, nem para os pais nem para Vitor, era o dia todo pedindo picolé. Lembro-me bem do Vilmar e do Apuram, que rondavam o bar o dia todo”*. (Dalva Gonçalves dos Reis, 70 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 17/06/04)

*Quando fiquei sabendo da novidade, estava na roça e fiquei todo empolgado, não via a hora de vir saborear o picolé que agora era no palito. Na cidade não se falava em outra coisa por muitos dias e grande era o movimento no bar. (Apuram P. de Oliveira, 61 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 26/02/04)*

Foram encontradas, no arquivo pessoal da Sr.<sup>a</sup> Francisca P. do Nascimento, residente na rua 14, quadra 24, Centro (Entrevista realizada em 19/03/04), notas fiscais dos seguintes pontos comerciais de meados da década de 1950:

do ano de 1955 - A TRIUNFANTE, de Moacir e Cia. Ltda. Comerciante em Tecidos, Armarinhos, Ferragens etc. e compradores de cereais em geral; de 1958 - A SERTANEJA, de Tomé Rodrigues Araújo. Completo sortimento de tecidos, armarinhos, chapéus, ferragens, sal, café, arame farpado etc; de 1958 - CASA JAGUATIRICA, de Ângelo Rosa de Moura “A mais barateira da praça”. Comerciante em tecidos de sedas, algodão, chapéus, calçados, armarinhos, roupas feitas, sal, café, ferragens em geral, etc; de 1959 - CASA DO MOACIR, comércio em geral de tecidos e cereais.

Interessante observar que todas as notas fiscais traziam a propaganda da loja, mostrando o tipo de produtos vendidos. Nas compras realizadas constata-se arames, arreo,

estribo e uma máquina de desnatar leite, que era uma novidade super moderna para o período. Como em todas as notas averiguadas os produtos eram destinados ao campo, pode-se constatar que a base econômica deste período era agricultura e a pecuária. Colocamos estas referências para mostrar a variedade de lojas comerciais, bem como a variedade de produtos comercializáveis, que iam desde o cereal produzido na região a modernas máquinas como a desnatadeira, vinda de outros centros.

Outra loja de referência na cidade foi a CASA COMBATE - TREIS IRMÃOS, de João Rodrigues & Irmãos, com completo sortimento de tecidos, ferragens, armarinhos, miudezas etc, depósito de sal, café, querosene, com matriz em Porangatu e filial em Uruaçu, em 1952. Segundo Nilza Rodrigues, filha de um dos proprietários, *esta loja funcionou por muitos anos de frente ao Casarão e era um ponto de encontro de moradores e fazendeiros que ali vinham fazer suas compras.* (Nilza R. Cavalcante, 63 anos, natural de Porangatu. Entrevista realizada em 29/06/04). Nota-se observado a figura 7, um dos primeiros caminhões que transitou na cidade, e servia de transporte de carga para esta e outras lojas da cidade bem como da região.

Figura 7: Casa Combate - início da década de 1950.



Autor: Desconhecido - Arquivo pessoal de Nilza Rodrigues.

A pensão Vida Nova, de propriedade de dona Mercês Prado e, posteriormente, de Alice Martins Pereira, inaugurada em 1955, torna-se pequena e não comporta tamanha movimentação dos construtores da rodovia. Em 1957, transforma-se em Hotel Porangatu, com instalações mais amplas e arejadas, local hoje do Projeto Jaguatirica.<sup>36</sup> Enquanto era ainda apenas uma pensão, funcionou em um de seus quartos a rodoviária, composta de um pequeno guichê. Estas e outras transformações vão surgindo e alterando os espaços físicos e urbanos como bem apresenta Pacheco (2002), que observa já em 1968 grandes avanços.

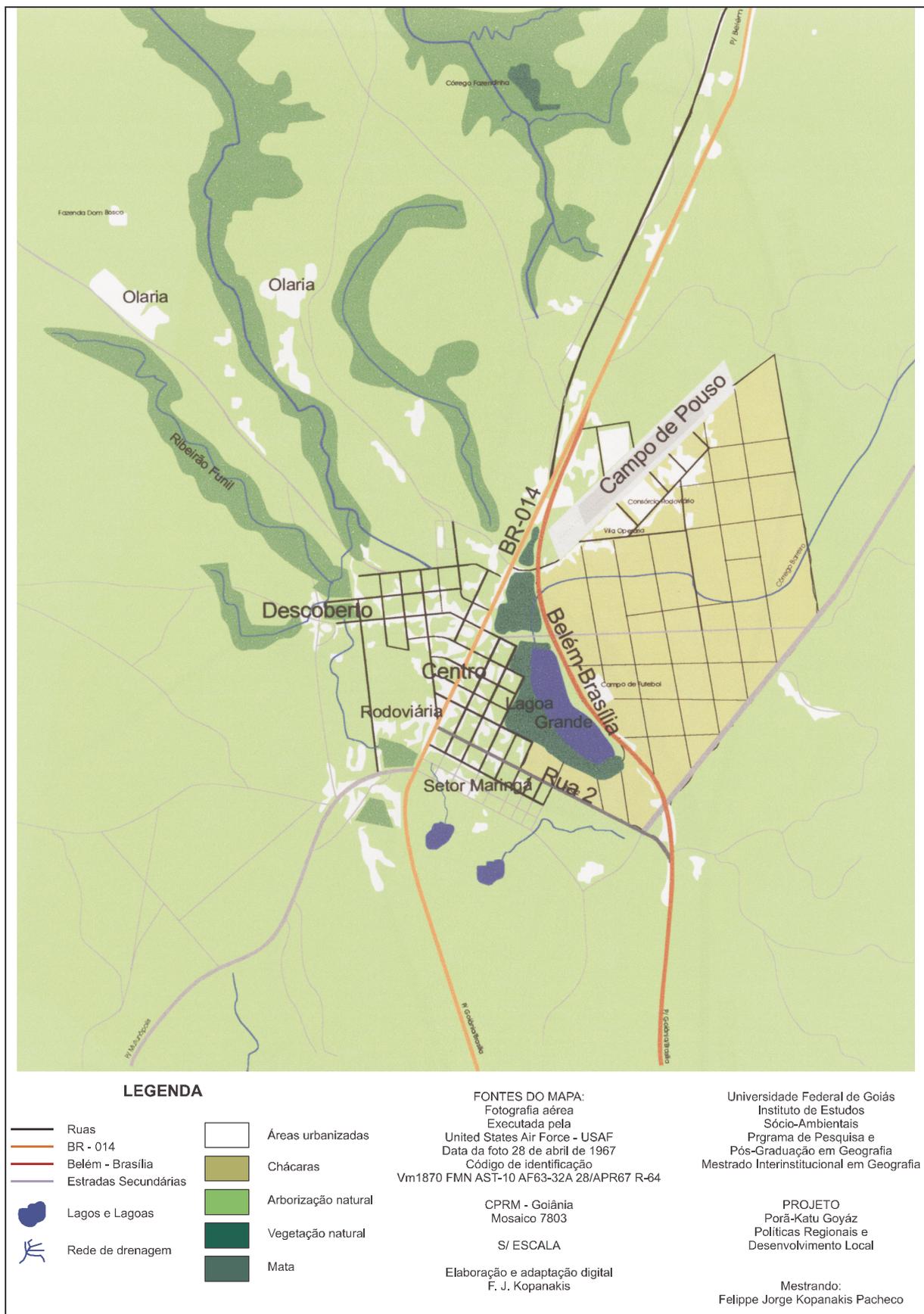
Observando as Figuras 8 e 9, pode-se localizar a primeira área urbanizada da cidade, chamada Descoberto. Bem ao centro, cortando a cidade, tem-se a BR-014, que passava um pouco acima do Descoberto. Esta parte indicada como “Centro” surgiu a partir do loteamento feito em 1953 pelo Prefeito Euzébio Martins da Cunha que, comprando 100 alqueires, ampliou a cidade no sentido da estrada. Como esta referência é do ano de 1968, observa-se o quanto esta linha, que foi o primeiro traçado da rodovia, influenciou a urbanização da cidade, pois a partir do momento em que se começou a falar que este trecho da BR 014 seria incorporado e faria parte da rodovia federal, construções foram surgindo a sua volta.

Estes novos loteamentos da área central e da Lagoa Grande foram sendo gradativamente urbanizados e outros foram surgindo posteriormente, no sentido da rodovia. Ao lado destes loteamentos, observa-se o novo traçado da Belém-Brasília, que, com a expansão da cidade, teve de ser alterado, passando para fora da cidade. Na figura 9 nota-se que a antiga BR 014 tornou-se a principal avenida da cidade, passando a se chamar Avenida Federal. Como a rodovia só foi pavimentada em meados da década de 1970, a cidade continuou crescendo a sua margem. Foi necessário, novamente, modificar sua rota para fora da cidade; passando este trecho a se chamar Av. Belém-Brasília. Quanto à rodovia Belém Brasília, hoje se pode observar que contorna toda a cidade e um novo setor foi criado a sua margem e continua crescendo.

---

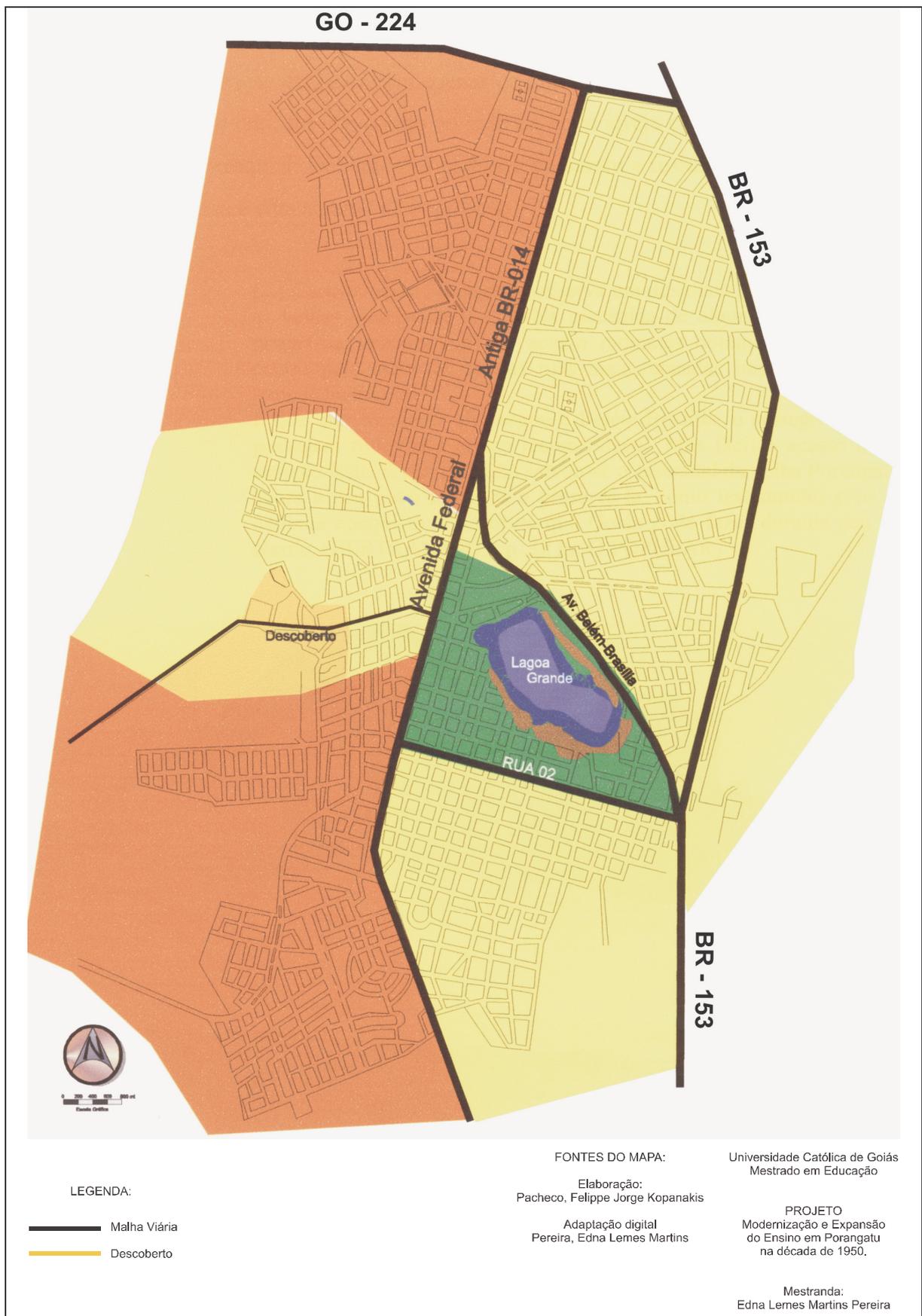
<sup>36</sup> Projeto Jaguatirica, casa construída em estilo colonial (Hotel Porangatu), em 1951, por Vítor de Moura. Hoje é um espaço destinado à cultura e a projetos assistenciais. Já foi sede de inúmeros projetos estaduais e municipais – atualmente funciona o PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, projeto federal que dá assistência às crianças carentes do município, com aulas de reforço, danças variadas, inclusive capoeira. Proporciona também uma bolsa que possibilita às crianças a permanência na escola. Este projeto é realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Porangatu.

Figura 8: Cartograma Ambiental - Zona Urbana de Porangatu - 1968.



Fonte: Pacheco (2002, p. 94).

Figura 9: A Rodovia Belém-Brasília: Expansão da Cidade de Porangatu.



Fonte: Pacheco (2002, p. 98).

A parte antiga da cidade “antigo Descoberto” não se desenvolveu no sentido proposto por seus construtores, permanecendo abaixo do morro, como que encantada no tempo, só que o tempo não tem sido bom para as construções antigas e de adobe, pois muitas já caíram, outras foram demolidas, dando lugar a construções mais modernas. A Igreja Matriz<sup>37</sup>, que ficava de frente para o povoado (Figura 10), continua tal qual no período de sua construção, pois, com construção da rodovia no sentido leste, a cidade, que até então havia se urbanizado em volta da Igreja, começa a se expandir em sentido oposto. A Igreja ficou, assim, de costas para a parte nova da cidade que surgia. Na década de 1970, uma nova igreja, a Igreja Nossa Senhora da Piedade, foi construída de frente para a rodovia e para imensos espaços vazios; hoje, encontra-se no centro da cidade. Com o crescimento da cidade outras igrejas foram ao longo dos anos sendo construídas em vários setores urbanos, bem como nas comunidades rurais. O trabalho de evangelização que antes era responsabilidade apenas de um padre, que vinha na cidade nos períodos de festas, foi diferenciado, tendo sido construída, ao lado da igreja católica, uma casa para os padres, uma casa para as freiras e a Escola Paroquial. A partir daí os padres e passaram a residir na cidade, contribuindo na formação religiosa e educacional da população.

Figura 10: Igreja Nossa Senhora da Piedade - Matriz Velha - meados de 1960.



Autor: Desconhecido - Arquivo pessoal de Eddie Pacheco.

<sup>37</sup> Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade, popularmente conhecida como “Velha Matriz”, foi construída no ano de 1883 e foi restaurada no ano de 1998, através do projeto “Descobrimo o Descoberto, criado pela Prefeitura municipal de Porangatu que visava entre outros restaurar os bens históricos da cidade como a velha matriz, o Casarão e o primeiro Hotel de Porangatu.

A Belém-Brasília mostrou o Norte de Goiás ao resto do Brasil. E isso ninguém ignora. Pois as estradas aumentam e o transporte difunde a economia, o sistema produtivo, a evolução educativa e social de uma região. [...] As estradas facilitam os transportes e estes destinam ao deslocamento de pessoas e de mercadorias entre dois locais, chamados de origem e destino. [...] As trocas de produtos e o abastecimento se fazem, hoje, entre as cidades do Sul e as do Norte Goiano, rapidamente. Caminhões, em verdadeiras frotas, roncam, dia e noite, levando e trazendo toneladas de mercadorias, dos mais variados tipos. (BRAGA, 1973, p. 39).

### 3.5 A EDUCAÇÃO DURANTE A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA

Neste íterim de transformações, a educação também se modifica. Novas escolas surgem no Estado, mesmo nas regiões mais distantes dos grandes centros. As escolas existentes até então já não mais atendiam à demanda da população que chegava de outras cidades, bem como do campo. Como os investimentos estaduais na década de 1950 dirigiam-se inicialmente para questões de infra-estrutura do Estado (área energética, comunicações e transporte), que se encontrava em franca ascensão, poucos recursos foram investidos em educação, principalmente no interior. Com a demanda crescendo a cada dia, foram surgindo escolas particulares, que supriam o descaso do governo com a educação. Muitas escolas particulares de ordens religiosas (Católica, Batista e Presbiteriana) já tinham sido criadas no Estado de Goiás e foram, junto com a rodovia, adentrando as regiões mais longínquas, onde o nível educacional era deficitário. Em Porangatu, as escolas particulares de ordens religiosas foram implantadas a partir da abertura da rodovia que, mesmo em fase de construção, possibilitou acesso mais fácil à região.

#### 3.5.1 Escolas Particulares de Ordem Religiosa

A Escola Batista foi a pioneira na educação confessional na cidade. No entanto, nenhum documento foi encontrado a este respeito. As informações aqui contidas são resultantes de entrevistas realizadas com alunos que estudaram nesta escola. De acordo com Aldeni Noleto, Vilmar Rodrigues, Josélia, Nilza e Delzuita, em 1954 chegam à cidade o pastor da Igreja Batista João Alves Marinho e sua esposa, Marina Vidal Marinho, que faziam parte da Junta de Missões Nacionais, composta de Missionários da Igreja Batista vindos do Rio de Janeiro. Em 1954, o casal fundou a Igreja Batista e, no ano seguinte (1955), foi criada a Escola Batista, que trazia missionárias de outros estados para ministrar as aulas, como é o

caso de Éster Safreire de Souza, Miriam Barreto Ribeiro e do professor Alfredo. A escola era bem simples, mas logo de início atraiu grande número de alunos. As professoras tinham uma boa formação pedagógica e religiosa e trabalhavam o método tradicional com uma certa flexibilidade, principalmente relacionada à participação dos alunos nas aulas e às punições, que eram mais leves, sendo considerado inconcebível o uso da palmatória. A escola era bem equipada para a época; as professoras confeccionavam painéis com a ajuda dos alunos, incentivavam a criatividade nos trabalhos manuais e de teatro, trabalhavam com projeção de slides, considerada uma novidade e um recurso moderno para a cidade na época.

Josélia Rodrigues, que estudou nesta escola, destaca com orgulho sua importância para a sociedade porangatuense beneficiada pelo ensino ali implantado, pois durante as aulas era grande a preocupação das professoras e do pastor com a melhoria da qualidade de vida dos alunos e da população local.

*Eram realizadas campanhas com os alunos no sentido de conscientização de hábitos de higiene pessoal, tratamento da água, bem como da construção de sanitários em suas residências. Nova mentalidade vai sendo implantada e os alunos são os primeiros a divulgarem estas idéias, que passam a alterar os hábitos cotidianos das famílias, até então sem consciência da importância da prevenção de doenças corriqueiras como a verminose, a anemia entre outros. (Josélia Rodrigues de Oliveira. 58 anos, natural do Peixe-TO. Entrevista realizada em 24/06/04).*

Segundo Nilza Rodrigues, este trabalho era organizado na escola por grupos de alunos denominados de “Pelotão de Saúde” que, após a orientação dos professores e os trabalhos realizados nas salas de aula, visitavam as residências dos alunos e da comunidade local para orientar e verificar se o que era aprendido na sala de aula estava sendo realmente implantado na comunidade. O trabalho dos alunos consistia também em divulgar os bons princípios, além de combater os vícios do fumo e do álcool, muito comuns na região.

As professoras preocupavam-se também em informar os pais dos alunos. Realizavam reuniões nas quais davam esclarecimentos variados, que iam desde a organização e a conservação de alimentos ao controle de doenças e da natalidade. A comunidade recebia as orientações e, na medida do possível, colocava-as, em prática. As ruas e os quintais foram sendo limpos, cercados e banheiros foram sendo construídos em cada casa. Crianças e jovens, ainda que a contra-gosto, começam a andar calçados. Os professores exigiam dos alunos a utilização destes novos hábitos não só na escola, mas também em comunidade.

A comunidade começa a modificar seus hábitos cotidianos em função desta educação que ultrapassava a sala de aula, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida, passando também a questionar e a exigir, a partir destas novidades de bem-estar e de saúde pública, que os responsáveis ou a Prefeitura tomassem providências no sentido de que os animais não ficassem soltos nas ruas e nos quintais. Neste sentido, no ano de 1966, foi expressamente proibida a criação de gado bovino, de suíno e de cavalos soltos dentro de perímetro urbano.<sup>38</sup>

Na Figura 11 observa-se os alunos da Escola Batista devidamente uniformizados com seus uniformes de gala, que eram utilizados apenas nas festividades que ocorriam na escola ou na cidade, em datas comemorativas. O uniforme simples e o de gala eram diferenciados na lapela da manga da camisa de acordo com a série. A escola preocupava-se também com a parte recreativa dos alunos e para isto organizava recreações como piqueniques, muito comuns na época, que serviam de incentivo para que os alunos procurassem melhorar sua aprendizagem para poder, assim, merecer participar destes eventos. Na Figura 12 pode-se observar um momento de descontração dos jovens desta escola em meados da década de 1950.

Figura 11: Alunos da Escola Batista - maio de 1954.



Fonte: Autor desconhecido - Arquivo pessoal de Josélia Rodrigues de Oliveira.

---

<sup>38</sup> Edital de 1966: Arquivo da Prefeitura Municipal de Porangatu.

Figura 12: Piquenique dos alunos do curso de Admissão da Escola Batista em meados de 1950.



Fonte: Autor desconhecido - Arquivo pessoal Nilza Rodrigues Cavalcante.

Vilmar Rodrigues, ex-aluno desta escola, relata que estas e outras atividades atraíam muitos alunos para a escola que funcionou bem, com salas cheias, até o ano de 1958, mas,

*com a criação da Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima houve uma evasão da escola, porque, como a maioria das pessoas da cidade era católica, achavam por bem que seus filhos agora tivessem uma formação dentro dos princípios religiosos que eles seguiam.* (Vilmar Rodrigues, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 29/09/03)

Mas esta evasão foi ao longo dos anos sendo compensada, porque, com o crescimento populacional, a procura por vagas era constante, e o número de salas de aula às vezes era inferior à procura, obrigando as escolas a criarem novas salas.

A Escola Batista ofereceu, durante seu funcionamento, o ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série e o curso de admissão, que visava a preparar os alunos para ingressarem no Curso Ginásial. Segundo entrevistados, os alunos desta escola e da Escola Paroquial geralmente tiravam as melhores notas nesta seleção, nos locais onde era oferecido este nível de ensino.

Aldeni Noleto descreve que

*a organização, a manutenção e o funcionamento da Escola Batista, apesar de ser fiscalizada pelo Estado, era mantida pelos evangélicos batistas. As professoras eram pagas pela junta das missões nacionais. Chegou uma época em que o Estado começou a interferir no sentido de exigir que a igreja assinasse as carteiras das funcionárias. Como Porangatu neste período já estava munido de muitas escolas e como a igreja não tinha condições de assumir tais responsabilidades, achou por bem fechá-la e abrir em outra cidade, que não fosse ainda beneficiado por escolas. A escola fechou em meados de 1974. (Aldeni P. Noletto, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 09/10/03)*

A entrevistada continua a falar da grande contribuição que esta escola prestou à comunidade porangatuense. Neste sentido, no de 1986, o pastor fundador da Igreja e da Escola Batista, João Alves Marinho, e sua esposa, Marina Vidal Marinho, receberam o título de Cidadãos Porangatuenses. “*A Igreja Batista e a Escola Batista deram uma contribuição muito grande à comunidade de Porangatu. Cheguei a trabalhar um ano na Escola Batista sem receber nenhum centavo, evitando que a escola fechasse, mas, infelizmente, ela fechou em meados de 1974*”.

De acordo com Frutuosa, a Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima, fundada em 1957, começou a funcionar em 1958. No primeiro ano, funcionava em duas salas de aulas, dois turnos e quatro turmas. O primeiro corpo docente constava de quatro moças residentes na cidade que tinham estudado em outras cidades. Eram Abigail da Rocha Santiago, formada em Silvânia; Maria de Fátima, formada em Goiás Velho; Frutuosa, formada no Colégio Sagrado Coração, em Porto Nacional, e Margarida Bueno, vinda de Cumari, Minas Gerais. As Irmãs Franciscanas da cidade de Ceres prestavam assistência a estas professoras, que passavam temporadas em Ceres, para conhecer a linha e a filosofia da Escola Paroquial, que era Católica Franciscana. A escola neste primeiro ano ficou sob a responsabilidade do Frei Beraldo, que orientava e coordenava o ensino.

*Na época que começamos, a escola funcionava em uma casinha que serviu até de igreja. Era no local onde foi construída recentemente a quadra de esportes. Tínhamos quatro turmas, duas pela manhã, com 3ª e 4ª série, funcionando na mesma sala[...]. À tarde funcionava a 1ª e a 2ª. Também tudo junto. (Frutuosa F. Furtado, 68 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 05/10/03)*

Frei Vilmar Rodrigues, que presenciou a chegada dos franciscanos e das irmãs, destaca a grande contribuição da religião católica na expansão do ensino em Porangatu.

*Um marco para a história de Porangatu em todos os sentidos foi a chegada dos frades franciscanos no ano de 1957. Eram dois americanos que começaram a organizar a igreja como tal, frei Beraldo Francisco e frei João Antonio Janson. Tinham muitas experiências na área educacional, adquiriram um lote na parte nova da cidade e construíram a escola. Aqui na parte de cima existiam poucas casas, duas ou três e o posto, e esta área comprada pela Igreja onde hoje temos a escola, a quadra coberta, a Igreja Matriz, a casa dos padres, a casa das irmãs e o Salão Paroquial. A cidade foi se desenvolvendo para cá, tanto que hoje esta área está localizada na parte central da cidade. (Vilmar Rodrigues Batista, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 29/09/03)*

Grandes expectativas formaram-se sobre a vinda desta escola, pois as escolas franciscanas de Anápolis eram muito bem conceituadas. Apesar de se esperar transformações no ensino, na metodologia, observa-se que inicialmente pouca coisa diferenciou-a das outras escolas existentes, como afirma uma de suas primeiras professoras: *“O ensino não tinha muita mudança não. Era na base do decorar mesmo, tudo ainda muito rígido”*. (Maria de Fátima, 64 anos, natural de Ipameri-GO. Entrevista realizada em realizada em 16/02/04)

Em 1959 chegaram a Porangatu duas freiras, a madre Gema, americana, e a irmã Fátima, brasileira, que passaram a trabalhar na escola, sendo a madre Gema sua primeira diretora. A escola tinha uma estrutura baseada nas escolas da Rede Escolar Franciscana da Igreja Católica. De acordo com o Frei Vilmar, este era o costume pastoral:

*onde se criava a igreja católica, criava-se também a Escola Paroquial porque a escola atingia a família toda. Era particular, mas não tinha fins lucrativos, com intenção de ganhar dinheiro como as escolas particulares têm hoje. (Vilmar Rodrigues Batista, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 29/09/03)*

Com a vinda das irmãs, a escola ficou pedagogicamente melhor estruturada. As irmãs preocupavam-se em contratar boas professoras, com formação em magistério. A preocupação da escola desde o início foi oferecer um ensino de qualidade e, por isso, as professoras sempre eram mandadas para Anápolis ou Goiânia, a fim de participarem de encontros e treinamentos. Outras vezes, eram trazidas pessoas qualificadas de outras regiões

para ministrarem cursos de capacitação na escola, o que fez dela uma referência em qualidade do ensino. Muitas pessoas que tinham saído para se qualificar, foram voltando e dando sua contribuição à escola, principalmente as mulheres que, quando voltavam com expectativas apenas de casamento, encontraram aqui opções de trabalho na educação.

A Escola Paroquial, por ser uma escola franciscana e mantida pela Custódia do Santíssimo Nome de Jesus do Brasil, em Anápolis, tinha alguns critérios para a contratação de seu quadro de professores. Primeiro: só ministrava aulas quem tinha formação religiosa católica; segundo: que tivesse, de preferência, o curso de magistério; terceiro: que fosse pessoas de boa índole e de aceitação na comunidade. Já nos outros grupos escolares, os professores eram indicados pelos que estavam no poder. Existia um certo protecionismo político, que perdurou por muitos anos e só foi abolido com os concursos estaduais.

A escola tinha uma filosofia de formação integral da pessoa, ou seja, educacional, moral, social e religiosa. Como as famílias na sua maior parte eram católicas, ficavam muito satisfeitas com o ensino. As aulas se estendiam aos hábitos cotidianos dos alunos, que recebiam ensinamentos que continham aplicabilidade imediata, na prática, tais como hábitos de higiene, bons modos de comportamento em casa, na escola e em sociedade, além dos hábitos de divulgar os conhecimentos adquiridos na sala de aula para a comunidade local, de colaborar com a higiene na escola e na cidade, de realizar obras de auxílio a pessoas carentes ou idosas, entre outras.

Fazia parte do ensino a participação dos alunos na catequese e nas missas dominicais, bem como em campanhas de conscientização da população local sobre a prevenção de doenças, sobre solidariedade – arrecadação de alimentos e distribuição à famílias carentes –, dentre outras. Estas campanhas iam desde visitas às famílias a encenações realizadas na escola ou na praça da igreja. O que para os pais era motivo de satisfação nem sempre era apreciado pelos filhos. Segundo entrevistas, na maioria das vezes os alunos tinha medo dos padres e das freiras. Este medo era causado pela pressão psicológica e até mesmo física utilizada na transmissão dos conteúdos ou mesmo durante as missas dominicais.

*Os professores tinham toda autoridade e autonomia, chegavam a bater na gente. Eu fiquei de castigo porque eles levavam muito à risca as aulas de religião, se não soubesse a lição, mandavam para a sala da madre Gema. Ficávamos com tanto medo que não conseguíamos memorizar, e o medo de trocar de fila, porque tinham as filas que separavam os alunos dentro da sala por notas: fila de diamante, ouro, prata, fila do carvão, pau-podre. Era até bom por causa da disciplina e não traumatizava, não. Hoje falam que tais métodos*

*traumatizam os alunos. O comentário era terrível. Os alunos estudavam dia e noite para poder mudar de fila. Tinha um negócio de dar coque na cabeça da gente. Na igreja mesmo, o padre dava coque na cabeça da gente, e o medo de excomunhão, tudo que se fazia era considerado pecado e corria-se o perigo de ir para o inferno: faz isso não, que você vai pro inferno'. (Ana Maria Pinheiro, 53 anos, natural de Carolina-MA. Entrevista realizada em 11/10/03)*

De acordo com a entrevistada o ensino era muito rígido. Fazia-se fila antes de entrar na sala, os uniformes tinham de estar impecáveis, uma irmã ficava na porta da sala de aula olhando o uniforme, principalmente das meninas, se estava na altura, se os meninos estavam com o sapato engraxado. Durante a aula não se admitiam conversas paralelas.

*A madre Gema, às vezes, pegava os alunos mais indisciplinados de cipó. Quando a professora dizia: 'Vou chamar a madre Gema!', todos os alunos ficavam quietos, morriam de medo de ir para a sala dela. Os pais davam total autoridade para ela e os demais professores castigarem seus filhos. Se acaso o aluno deixasse de fazer alguma tarefa ou fizesse alguma arte, era castigado na escola e em casa. Se fizéssemos alguma arte na escola, tínhamos que levar um bilhete para nossos pais. As missas dominicais eram obrigatórias, cada professor fazia fila com seus alunos na porta da igreja, entrava e fazia a chamada. Quando o aluno faltava à missa, dizia que tinha ido, com medo do castigo, mas a irmã (a professora) fazia perguntas sobre a missa, como por exemplo: 'o que o padre falou durante a missa? Qual era o paramento?' (são as vestes sacerdotais utilizadas pelo padre durante a missa, que mudam de cor de acordo com a festa ou tempo litúrgico) etc e descobria que o aluno estava mentindo, lá vinha mais castigo. A escola exigia muito a respeito da prática da religião. Os pais gostavam deste ensino, mandavam inclusive os filhos estudarem em colégio de freiras porque sabiam que o ensino era mais rígido, disciplinado. (Vilmar Rodrigues Batista, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 29/09/03)*

Apesar da rigidez do ensino e dos castigos, a escola foi bem aceita pelos pais e pela comunidade em geral. As famílias de melhor renda faziam questão que seus filhos estudassem na Escola Paroquial. Tanto que, no ano de 1960, foram matriculadas na escola 407 crianças; em 1961, 517; em 1962, 578; em 1963, 639 (WYSE, 1989, p.161), sendo que estes números foram aumentando gradativamente e com eles a necessidade de construir novas salas e de ampliar a escola.

Terminando o curso primário, muitos alunos deixavam de estudar, pois a cidade, neste período, ainda não tinha o curso ginásial. Aqueles alunos que tinham melhores condições financeiras iam estudar em outras cidades, como Anápolis, Porto Nacional, Goiás Velho e outras. Mas muitos permaneciam e retornavam para a roça, pois a família necessitava de sua ajuda nos trabalhos diários. Nesta época, grande era a manifestação dos pais junto à escola no sentido de criar também o curso ginásial, inclusive, segundo Frei Vilmar, o

*frei Beraldo já tinha feito um projeto para ampliação do colégio que receberia o nome de Colégio Santa Mônica. Ele tinha tudo planejado, mas, com a criação do ginásio estadual, a escola achou por bem ficar apenas com o curso primário. (Vilmar Rodrigues Batista, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 29/09/03)*

Nos dias de hoje, Ana Maria, professora de Língua Inglesa, e Maria Helena, professora de História, falam da metodologia utilizada no tempo em que foram alunas da Escola Paroquial:

*A interpretação era oral e não percebo uma grande diferença do meu tempo de estudo para hoje, porque na minha época não havia interpretação de textos, a professora de Português se preocupava muito em cobrar leitura, ditado e gramática, que era vista até em segundo plano, o importante era o aluno saber ler e contar a história, a escrita, o professor perguntava: – ‘O que você entendeu desta história?’ e a gente gravava. Eu sei textos e textos de Machado de Assis, poesias de Castro Alves, Gonçalves Dias, porque a leitura era feita fielmente. O professor fazia leitura na sala com os alunos. Hoje, se temos um grande vocabulário, se sabemos sinônimos e mais sinônimos, foi graças a esses professores que nós tivemos. Não tinha redação tinha a descrição. Aprendemos a partir da descrição. Viemos a conhecer a redação no ginásio. (Ana Maria Pinheiro, 53 anos, natural de Carolina-MA. Entrevista realizada em 11/10/03)*

*As disciplinas História e Geografia eram trabalhadas para valer, o mapa era o globo. Não tinha esse negócio de trabalho para casa, não senhora. Era na base da prova que era mensal, e do teste chamado sabatina, que era oral. Vivíamos em função de testes e provas. Na Matemática trabalhávamos a tabuada cantada oralmente, então você memorizava, tinha as batalhas e as sabinas, onde a professora perguntava e o aluno respondia, tudo muito rápido, o aluno não tinha tempo para pensar. As tarefas eram*

*cobradas mesmo. Se não fizesse ficava de castigo, sem recreio, tinha punição como as reguadas, aquelas de madeira, de um metro, o cordão de São Francisco chiava e os pais permitiam e, aliás, nem na escola eles iam por vergonha, afinal de contas, seu filho tinha cometido uma infração muito grande. Se a gente cometesse um erro, a professora nos mandava levar um bilhete para nossos pais, que geralmente nos batiam ou castigavam novamente em casa. Enquanto o aluno não desse conta da lição não podia ir embora para casa; o irmão da gente avisava em casa do castigo e levava o almoço. Então, almoçávamos na escola, ficávamos por lá quase o dia todo, aguávamos plantas da casa das irmãs, tirávamos as ervas daninhas do jardim entre outras atividades como escrever frases 100 vezes ou mais como – ‘devo fazer a tarefa de casa’; ‘Devo me comportar na sala de aula’, etc. (Maria Helena, 50 anos, natural de Tremembé da Cantareira-SP. Entrevista realizada em 11/10/03)*

Ao falar da metodologia rígida da escola e de como eram trabalhadas as disciplinas, estas ex-alunas dizem sentirem saudades do ensino daquele tempo, pois, apesar de rígido, elas aprenderam muito e muito devem a estas professoras que deram o melhor de si pelos seus alunos. Algumas professoras deixaram marcas de humilhação e castigos enquanto outras foram modelos de dedicação, seriedade e carinho para com todos os alunos.

Além de oferecer o ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, a Escola Paroquial passou a oferecer, no ano de 1960, o curso de admissão que, segundo ex-alunos, visava a qualificar os alunos para a realização do exame de admissão, pré-requisito para o curso ginásial (Figura13). A duração do curso era de um ano, cujo programa era constituído de disciplinas vistas pelos alunos durante o curso primário. Como na cidade não existia, até o ano de 1962, o curso ginásial, este curso funcionava com poucos alunos, pois a grande maioria não tinha condições de estudar em outra cidade por questões financeiras e encerrava seus estudos apenas com o curso primário, o grau máximo que alguém poderia conseguir na cidade. Os alunos de famílias com melhores condições financeiras aventuravam-se para outras cidades como Anápolis, Porto Nacional, Goiânia, Goiás Velho e outras. Estes alunos, quando retornavam, sentiam diferença no convívio com os que ficavam na cidade, como relata esta entrevistada que, no ano de 1960, foi estudar em Anápolis.

Figura 13: Alunas da Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima concluintes do Exame de Admissão ao Ginásio - 1960.



Autor desconhecido - Arquivo pessoal de Josélia Rodrigues de Oliveira.

*Quando vinha de férias, relacionava-me mais com outras garotas e garotos que também estudavam em outras cidades, fomos criando um círculo de amizades muito forte, com interesses comuns, realizávamos festinhas em casa. Fui notando diferença em minhas colegas do primário, que só se preocupavam em se preparar para o casamento. Muitas logo se casaram. Poucas famílias preocupavam-se em mandar suas filhas para estudar fora.*

*No ano de 1966 terminei o magistério e retornei para a cidade. Papai achava que eu tinha obrigação de trabalhar e ajudá-lo e a meus outros irmãos. Fui uma das primeiras professoras do Ensino Médio no Colégio Estadual de Porangatu. (Ivanilde Sales, 60 anos, natural de Pituba-BA. Entrevista realizada em 01/10/03)*

A entrevistada destaca que, como a cidade não tinha opções de estudo, muitas famílias, devido à própria questão cultural, preparavam suas filhas desde cedo para o casamento, não se importando que dessem seqüência a seus estudos. Mostra ainda a importância dos alunos que foram estudar em outras cidades para a expansão do ensino na cidade, pois muitos retornaram e contribuíram grandemente com a educação no município, como é o caso de Ivanilde Sales, professora pioneira no ensino médio, Frutuosa Fagundes,

Maria de Fátima, Margarida Bueno e Abigail da Rocha Santiago, professoras pioneiras na Escola Paroquial em 1958.

Em meados da década de 1960, a Escola Paroquial implantou a escola noturna. Muitos jovens que trabalhavam e não tinham como estudar durante o dia, começaram a estudar à noite. Muitas mulheres, solteiras e casadas, que se dedicavam exclusivamente à família, retornaram à escola. Uma professora pioneira na implantação do ensino noturno foi a professora Ivanilde Sales que, após ter estudado em Anápolis e ter adquirido experiência com o ensino noturno, implantou-o aqui. Inicialmente, funcionava apenas um cursinho, com o objetivo de qualificar os alunos para o exame de admissão, que era pré-requisito para o curso ginasial. *“Junto com o Frei Tiago e o Léo, um rapaz do Banco do Brasil, fundamos uma escola de admissão à noite na Escola Paroquial. O Frei dava o local e nós cobrávamos uma pequena taxa de manutenção do curso.”* (Ivanilde Sales, 60 anos, natural de Pituba-BA. Entrevista realizada em 01/10/03)

Esta iniciativa de criar o ensino noturno estava embasada na *Campanha Nacional Contra o Analfabetismo*, que estava sendo divulgada em todo o país. Esta campanha repassava a ideologia de que todo país que quisesse se modernizar deveria investir na educação e, no caso brasileiro, era vergonhoso o alto índice de analfabetos neste período, chegando, no ano de 1950, a um total de 51% da população em idade acima de 10 (dez) anos, que não sabiam ler nem escrever. Em 1960, um total de 39% da população encontravam-se na mesma condição. (IBGE - VIII Recenseamento Geral- 1970)

O cinema, construído no ano de 1961, começou a funcionar oferecendo filmes e espaço para a realização de peças de teatro e festivais de música. As escolas passaram a se beneficiar deste novo espaço cultural que, além de informar, ensinar e proporcionar lazer, incentivava o surgimento de talentos artísticos na cidade, voltados para a música, para as artes cênicas, manuais, entre outras. As pessoas passaram a descobrir seus valores. A escola incentivava e o cinema divulgava, principalmente através dos festivais de música e de teatro, que passaram a acontecer no cinema e a movimentar a vida da população.

*Além dos filmes à noite, tinham as matinês no domingo, onde papai tocava violão, tinha outras pessoas que tocavam e cantavam, era como um show de calouros, os melhores recebiam brindes que eram doados pelo comércio e outros. Inclusive eu e minha irmã Maria Helena participávamos destas matinês e sempre ficávamos entre os melhores colocados. Era uma forma a mais de proporcionar lazer às pessoas. Às vezes, ele cedia o cinema para que as pessoas fizessem teatro, o cinema lotava, pois todos amavam a arte, o teatro, o cinema.*

*Porangatu sempre se destacou.* (Ana M. Pinheiro, 53 anos, natural de Carolina-MA. Entrevista realizada em 11/10/03)

### 3.5.2 Escolas Públicas

Como visto anteriormente, a única escola pública que conseguiu se sobressair, apesar das dificuldades da época, foi o *Grupo Escolar Estadual Dona Gercina Borges Teixeira*. Segundo os entrevistados, em finais da década de 1950 esta escola estava bem melhor estruturada, tanto em espaço físico, pois já tinha sido construído o prédio próprio, com três salas de aula, quanto pedagógico, pois já haviam chegado pessoas de outras regiões, que muito somaram ao ensino desta escola, como, por exemplo, as normalistas. Como naquela época as escolas não tinham o hábito de guardar seus documentos e os incineravam de tempos em tempos, não foi possível encontrar documentos específicos deste grupo. Os dados que serviram de base para a presente pesquisa, já anteriormente apresentados, foram obtidos durante as entrevistas. Segundo José Borba, que foi professor e diretor deste grupo, no ano de 1968 a escola ganha uma nova sede, com dois pavilhões de quatro salas cada, secretaria e sanitários. O prédio, localizado na rua 14 esquina com a rua 6, funciona até os dias atuais. Em meados de 1970, o grupo passa a oferecer, além do ensino primário, o ginásial.

Quanto às escolas municipais da zona urbana, não se tem notícias que alguma que tenha prosperado nesta década. A mais antiga, datada de 1962 é o Grupo Escolar Luiz Alves Pereira. A Professora Maria Áurea, que foi secretária de Educação em meados de 1970, destaca que, quando assumiu a secretaria, o ensino oferecido pelo município era muito precário e a maioria dos professores tinha apenas o curso ginásial. O ensino municipal era mais defasado do que o estadual, fato que ocorria devido aos professores serem, em sua grande maioria, indicados pelos políticos, sendo requisito para a contratação não a formação do candidato e sim o seu partido político. Neste sentido, segundo a professora Maria Áurea, a educação variava de tempos em tempos, de acordo com a vontade de quem estava no poder. Quanto mais fanáticos politicamente os administradores, pior o nível dos professores e a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

*Quando assumi a Secretaria da Educação do Município disse: ou vamos melhorar ou não quero este cargo, quero carta branca para mexer no quadro de professores, quero*

*contratar professores mais qualificados e promover cursos de treinamentos e qualificação para os professores. E assim eu fiz, tive apoio dos vereadores e do prefeito e isso facilitou muito o meu trabalho e o desenvolvimento da qualidade da formação do professorado e do nível dos alunos.* (Maria Áurea Medrado, 61 anos, natural de Petrolina-GO. Entrevista realizada em 29/03/04)

As escolas municipais rurais, estas sim, tiveram um grande impulso, principalmente na década de 1950 e, no início da década de 1960, incentivadas pela Campanha Nacional Contra o Analfabetismo, que vinha sendo divulgada por todo o país. Sobre as escolas rurais, foram encontradas as seguintes leis de criação no Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Porangatu - AGP que são:

- Lei n. 03, de 18 de outubro de 1950, que cria escolas municipais na zona rural nas seguintes localidades: Laguinho, Vale dos Pintados, Pedra de Amolar, Porteiras, Mutunlândia e Mutun Velho.
- Lei n. 88, de 21 de fevereiro de 1962, que cria a escola do povoado de Santa Helena;
- Lei n. 89, de 23 de fevereiro de 1962, que cria escolas nas fazendas Barro Alto, Serra de Campo, Povoado de Serrinha, Cabeceira Grande.

É interessante observar, nestes documentos, o grande número de escolas que foram sendo criadas na zona rural neste período e em períodos posteriores. Segundo as entrevistadas Izolina, Maria Efigênia, Alice Bueno, Delzuita, que presenciaram a expansão do ensino no município, muitas escolas não conseguiam se manter e logo fecharam, por motivos variados, como espaço físico inadequado, falta de professores, substituídos por pessoas que, na maioria das vezes, dominavam apenas a leitura e a escrita; pequeno número de alunos nas escolas, pois o trabalho no campo era prioridade para as crianças e os jovens e o ensino vinha em segundo plano. Esta questão cultural de que o ensino não tinha tanto valor quanto o trabalho vai sendo superada na medida em que novas escolas vão sendo criadas e que campanhas de alfabetização são realizadas.

Analisando o ensino particular de ordem religiosa e o ensino público, constata-se que a implantação do ensino particular foi imprescindível para o desenvolvimento do ensino em Porangatu, pois, com estas escolas de ordem religiosa, chegaram também as normalistas, que tinham melhor embasamento teórico e prático, que acabou atraindo alunos da cidade e de regiões circunvizinhas que, até então, não tinham despertado interesse pelo ensino oferecido.

Estas escolas, por trabalharem também a formação religiosa, moral e social, começam a interferir nos hábitos cotidianos dos alunos e, conseqüentemente, na sociedade. Somadas ao ensino público, que também foi ampliado neste período, com a construção do Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira, a educação inicia um estágio de desenvolvimento significativo nesta década, possibilitando à cidade alicerçar as bases de pólo educacional do norte goiano, como se pode observar nos dados a seguir, relativos ao ensino em Porangatu entre 1949 e 1960.

De acordo com o *Boletim Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* de 1951, o ensino em Goiás registrou, até finais da década de 1940, um notável desenvolvimento, florescendo novas escolas nos mais longínquos pontos do território goiano, trazendo, indubitavelmente grandes benefícios para a população do interior do estado.

Uma grande aliada deste desenvolvimento foi a *Campanha de Alfabetização de Adultos e Adolescentes*, que fez com que a porcentagem de analfabetos decrescesse dia a dia, aumentando, assim, no estado, o número dos que sabiam ler e escrever sem embaraços, alcançando os resultados esperados.

A seguir são apresentados dados estatísticos relativos ao ensino primário em 1949, apurados por distritos.

Tabela 4: Estatística do Ensino Primário por Distrito - 1949.

Ensino Fundamental Comum, Estadual e Particular por distrito, em 1949					
Municípios e Distritos	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula em Geral	Aprovações em Geral	Conclusões de Curso
Porangatu	4	7	284	109	4
Uruaçu	4	8	249	83	-
Amaro Leite, (Distrito de Uruaçu.).	1	1	52	15	-

Fonte: Boletim Estatístico n. 50, p. 9, Nov. Dez. 1951.

A escolha destas três cidades como referência de análise deu-se primeiramente pela localização geográfica, ou seja, por Porangatu e Amaro Leite serem cidades situadas próximas a Uruaçu – Porangatu a 140 km e Amaro Leite a aproximadamente 75 km, e também pelo fato de ambas terem sido anteriormente distritos de Uruaçu. Com a emancipação do Município de Porangatu, em 1948, observa-se a educação em um estágio bem mais adiantado em relação a Uruaçu e Amaro Leite.

Quanto ao número de escolas, observou-se que, em Porangatu, havia a mesma quantidade que em Uruaçu, ou seja, em ambas existiam quatro escolas, enquanto em Amaro Leite havia apenas uma. Mas um fato interessante é o número de aprovações, pois em

Porangatu este número ultrapassa em muito o de Uruaçu, o que mostra que, por ser uma cidade recém-emancipada, Porangatu já estava investindo na qualidade da educação como, por exemplo, com a construção do grupo Escolar Dona Gercina Borges, e que já havia, neste período, pessoas melhor qualificadas atuando em sala de aula. Pode-se citar, por exemplo, a presença de normalistas e de pessoas de outras profissões, como farmacêuticos, contabilistas e outros ministrando aulas.

A tabela estatística do ensino primário por distrito, em 1949, mostra Porangatu com quatro escolas estaduais e 284 alunos matriculados, o que corresponde a uma média de 71 alunos por unidade escolar. No entanto, vale ressaltar que, apesar de Porangatu apresentar um número significativo de escolas para a época, o número de alunos aprovados ficavam aquém do esperado. Dos 284 alunos matriculados, apenas 109 foram aprovados. Infelizmente, este fator não tem uma explicação contundente; no entanto, pelos relatos feitos, pode-se concluir que as escolas não contavam com profissionais capazes de tornar a aprendizagem significativa tanto para os alunos quanto para seus pais, que não viam mal nenhum em retirar os filhos da escola sempre que o trabalho no campo exigisse.

A avaliação, a falta de estrutura das escolas, a distância que tinha de ser percorrida para chegar às escolas, os problemas de saúde e a sub-nutrição dos alunos também podem ser vistos como justificativa para a diferença entre os número de alunos matriculados e o de aprovados, mas vale ressaltar que são apenas suposições, uma vez que não há dados oficiais sobre este assunto.

Tabela 5: Estatística do Ensino Primário do Supletivo, por Distrito - 1949.

Ensino Fundamental Supletivo, Estadual, Federal, por distrito, em 1949					
Município e Distrito	Unidade Escolar	Corpo Docente	N. de Matrículas	Aprovações em Geral	Conclusão de Curso
Porangatu	1	1	38	10	4
Uruaçu	2	2	57	23	-
Amaro Leite	-	-	-	-	-

Fonte: Boletim Estatístico n. 41, p. 15, dezembro de 1950.

Apesar de o país já estar imbuído na erradicação do analfabetismo através da Campanha de Ensino Supletivo<sup>39</sup> criada em 1947, e de ter investido, de 1947 a 1958, cerca de 700 milhões de cruzeiros na instalação destes cursos por todo o território nacional, observa-se, em 1949, a presença de uma única turma de ensino fundamental supletivo na cidade de

<sup>39</sup> Esta campanha posteriormente (1958) recebeu o nome de Campanha Nacional de Educação de Adultos pelo então Ministro da Educação e Cultura Dr. Clovis Salgado da Gama.

Porangatu, o que demonstra que a divulgação e a eficácia desta campanha dependia de sua expansão, cujo objetivo era alfabetizar jovens e adultos nas cidades interioranas e na zona rural em todo o país, porém é preocupante o pequeno número de aprovados, com certeza pelos mesmos motivos citados anteriormente, com um agravante: era mais difícil aos adultos disporem de tempo para os estudos, pois tinham de trabalhar e chegavam cansados à sala de aula. Quanto à instrução educacional, de acordo com o Recenseamento de 1950, das 7.357 pessoas acima de cinco anos de idade, 1.916 sabiam ler e escrever<sup>40</sup>, o que correspondia a 26,0433 %.

Quadro 2: Estatística Geral do Ensino em Porangatu - 1949-1960.

Período	População geral	Pop. Urbana	Pop. Rural	Sabem ler e escrever	Matrícula Geral	Estabelecimentos de ensino Fundamental	
						Estadual	Supletivo
1949	8.777	905	7.845	-	284	4	1
1950	8.722	930	7.792	1916	-	-	-
1960	15.688	3.862	11.826	5.805	1.498	-	-

Fonte: IBGE, 1958, Pasta Município de Porangatu.

Da população presente acima de 10 anos em 1950, 30% sabia ler e escrever. Em março de 1956, havia 687 alunos matriculados nos sete estabelecimentos de ensino fundamental comum<sup>41</sup>. Já em 1957<sup>42</sup>, constata-se grande diferenciação nos dados, ou seja, já existiam na cidade oito estabelecimentos de ensino, uma diferença em relação ao ano de 1949 de 100%, pois o número de escolas dobrou. Em relação ao número de alunos para o mesmo período de tempo, a diferença foi ainda maior: 284 alunos matriculados no ensino primário, (1ª a 4ª séries), elevou-se para 754 alunos, sendo 368 do sexo masculino e 386 do sexo feminino<sup>43</sup>. Percebe-se aqui que o número de meninas neste período já ultrapassava o de meninos, o que demonstra o quanto a cultura da população vai se modificando juntamente com as transformações que foram surgindo na cidade, resultantes da construção da rodovia, que facilitou a vinda de pessoas de culturas diferentes, novos modos de pensar e de agir, que acabam interferindo no local.

A abertura da estrada facilitou a saída de jovens para outros centros a fim de estudar. Muitos, após formados, retornam para a cidade, contribuindo, assim, com o seu progresso. Quanto aos dados de 1960, observa-se o salto que ocorreu tanto em relação à população

<sup>40</sup> Dados do IBGE - *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro, v.36, p. 370, 1958. 1958.

<sup>41</sup> Pasta Município de Porangatu. Pesquisa realizada pelo IBGE de Goiânia localizado na Avenida 85 Setor Sul, em 30/03/04.

<sup>42</sup> Boletim Estatístico n. 41, p. 15, dez. de 1950.

<sup>43</sup> Dados do IBGE *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 1958, p. 370, XXXVI Volume - Rio de Janeiro.

quanto ao em número de salas de aula. Segundo os entrevistados, havia neste período três na zona urbana e cinco na zona rural. Na zona urbana havia o Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira, a Escola Batista e a Escola Paroquial Nossa Senhora da Fátima. Existia na Escola Paroquial, além do ensino regular, como já foi visto anteriormente, uma sala de alfabetização de adultos para as pessoas que não tiveram oportunidade, enquanto mais jovens, de serem alfabetizadas.

Os dados estatísticos apresentados confirmam que a educação em Porangatu, assim como no restante de Goiás, foi progredindo aos poucos, principalmente a partir da modernização trazida pela rodovia Belém-Brasília, que chega à cidade no início da década de 1950.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade, entendida como uma nova forma de pensamento, surge com o renascimento, cujo traço mais marcante é o uso constante da racionalização em todas as esferas do mundo social. Símbolo maior de progresso cuja aplicabilidade na economia recebe o nome de modernização, marcou o país, principalmente a partir da década de 1950, nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek que, através de projetos e de obras de infra-estrutura, visavam ao desenvolvimento de várias regiões do país, inclusive de Goiás.

Na primeira metade do século XX, Goiás foi aprofundando sua articulação como centro dinâmico do país. No contexto da Marcha para o Oeste, a migração para Goiás foi relevante e o projeto de interiorização federal, através da colonização dirigida, deixou marcas na estrutura local. A criação de infra-estrutura e a construção de Brasília constituíram o ápice do processo.

A construção de Brasília implicou na abertura de estradas e novas frentes de migração para o Planalto Central, proporcionando a efetiva integração da região ao resto do país. A construção da rodovia Belém-Brasília rearticulou o quadro dos núcleos urbanos no norte do estado, facilitando sua integração aos centros comerciais goianos. Sua construção encurtou distâncias e atraiu novos capitais, novas pessoas, idéias, mercadorias e informações.

Com a construção da rodovia Belém-Brasília ocorreu uma reestruturação urbana, social, cultural e educacional do município de Porangatu. A cidade teve um grande impulso de desenvolvimento, pelo fato de estar situada à margem da estrada e pelos serviços que foram implementados a partir dela. Verificou-se, neste período (1950-1960), um fluxo populacional bastante intenso, provocando a expansão do ensino, com a construção de escolas.

Averiguou-se que a educação nacional e goiana estavam de certa forma em desvantagem em relação ao desenvolvimento econômico, uma vez que muito foi investido no sentido de ampliar o sistema de infra-estrutura básica necessário para a expansão do país e do estado frente ao mercado internacional-capitalista. Em função da expansão econômica,

algumas regiões foram agraciadas com investimentos em educação. Contudo, o ensino visava a qualificar a mão-de-obra para atender ao mercado de trabalho, que exigia um trabalhador que dominasse os requisitos da leitura, pois isto era necessário para manusear as novas máquinas e técnicas que foram surgindo nas indústrias e nos campos. Neste sentido, foram criadas campanhas de alfabetização nos pontos mais longínquos do território nacional. Entretanto, verifica-se que as políticas educacionais que surgem preocupavam-se em elevar a quantidade do número de pessoas alfabetizadas, não se preocupando, porém, com a questão da qualidade, ou seja, não qualificaram os professores para esta tarefa tão importante e imprescindível que era o desenvolvimento do país.

Entender este contexto fez com que as análises sobre a educação em Porangatu pudessem ser mais claramente entendidas e desvendadas, pois, a partir destas políticas federais e estaduais de interiorização e das campanhas educacionais, o ensino porangatuense foi gradativamente sendo criado e transformado por força das necessidades vigentes.

Assim, o estudo que tinha como objetivo entender a expansão do ensino em Porangatu na década de 1950 apresenta em seu corpo os resultados obtidos através da participação da comunidade, diretamente ligada à educação naquele período e que presenciou as transformações que foram surgindo naquele contexto, o que leva às conclusões a seguir.

No início do processo de formação de Porangatu, até meados da década de 1950, eram poucos os moradores que tinham acesso ao ensino formal; por isso, a educação estava mais voltada ao fazer, isto é, às práticas fundamentais à manutenção da vida.

Os dados coletados mostram que, antes da construção da rodovia, Porangatu apresentava elevados índices de analfabetismo e semi-analfabetismo, causados por inúmeras dificuldades, quer de acesso ao ensino, quer em função das desistências dos alunos, quer pelas precárias condições de ensino, quer pela carência de professores. O processo de ensino estava centrado na figura do professor, que tinha o compromisso de fazer com que todos os alunos aprendessem a ler, a escrever e a realizar as operações matemáticas.

Neste período, embora a escola fosse vista como algo extremamente importante, ela ainda era privilégio de poucos. Este processo estendeu-se, em Porangatu, até meados da década de 1960, quando se intensificaram as políticas públicas preocupadas com a educação escolar.

Com a construção da rodovia, Porangatu foi contemplada com os primeiros professores qualificados, pois até então os professores existentes não tinham o curso normal; eram profissionais liberais que dominavam a leitura e a escrita.

De qualquer maneira, observa-se que as mudanças ocorridas depois da construção da rodovia trouxeram inovações, refletidas em alguns percentuais que demonstram as atenções dedicadas a alguns setores educacionais. Neste sentido, a rodovia foi providencial, à medida que a educação conseguiu se expandir, com o surgimento de escolas particulares, e a ampliação do ensino público especialmente na zona rural.

Outro reflexo advindo com a modernização, já na década de 1960, foi a vinda do curso ginásial e a implantação do curso normal, fazendo de Porangatu um pólo educacional da região. Neste período, o número de escolas aumentou, houve melhoria do nível de escolaridade, o curso normal qualificou as pessoas que queriam ser educadoras, melhorando, assim, o ensino na cidade e na região. A expansão do ensino provocou transformações significativas, que fizeram e fazem de Porangatu um centro educacional de referência no norte goiano.

O desenvolvimento cultural e educacional da cidade de Porangatu que teve início no período em estudo se intensificou em tempos posteriores. Faz-se necessário que novas pesquisas sejam realizadas, possibilitando ampliar os conhecimentos sobre a História da Educação no município.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, R. de. *Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade/EDUC, 2002.

AQUINO, N. A. *A rodovia Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins*. Goiânia. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Goiás.

ATAÍDES, J. M. de. *Documenta Indígena do Brasil Central*. Goiânia: UCG, 2001.

BARREIRA, C. C. M. *A região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: UFG, 1998.

BARREIRO, I. M. de F. Educação Modernizadora e Educação de Classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas a Juscelino. *Revista Brasileira de História – Brasil: 1954-964*. São Paulo: Marco Zero/ FASESP/ANPUH/CNPQ, v. 14, n. 27, 1994.

BARROS, E. L. *O Brasil de 1945-1964*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, G. D. Formação das cidades brasileiras: cidade planejada e o sonho da modernidade. *Sociedade e Cultura - Revista de Ciências Sociais*. Goiânia: Ed. da UFG, v. 2, n. 1-2, jan./dez. 1999.

BERTRAN, P. Porangatu: uma cidade de origens lendárias. *O Popular*, Goiânia, 27/10/1979. Séries Históricas de Goiás.

BORGES B. G. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: UFG, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Rodovia Belém-Brasília e a Integração do Norte Goiano*. (mimeo)

BRAGA, A. *A comunicação no médio norte goiano*. Goiânia: Oriente, 1973.

BRANDÃO, A. J. C. *Almanach da Província de Goyaz* (1889). Goiânia: UFG, 1978. (Col. Documentos Goianos, 1)

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Col. Primeiros Passos, 20)

BRETAS, G. F. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991. (Col. Documentos Goianos, 21)

BRITO, M. H. O. Viver e ensinar a aprender na comunidade de imigrantes alemães em Goiás. *Revista Educativa*. Goiânia: EDU/UCG, v. 3, p. 141-157, jan./dez. 2000.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil - JK-JQ*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Estudos brasileiros, 14)

CARNEIRO, M. E. F. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

CARVALHO, J. M. A memória democrática. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3/03/2002.

CAVALCANTE, A. C. Porangatu: porta aberta para a Amazônia. *Jornal Paralelo 13*, p. 6, 1968. (Pasta nº 120 - IHGG)

CAVALCANTE, M. do E. S. R. *O movimento separatista do norte de Goiás: 1821-1988*. São Paulo/Goiânia: Anita Garibaldi/UCG, 1999.

CHAIM, M. M. *Os aldeamentos Indígenas na capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811)*. Goiânia: Oriente, 1974.

DIAS, C. V; VALVERDE, O. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

FABRIS, A. (org.) *Modernidade e Modernismo no Brasil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1994. (Col. Arte: ensaio e documentos)

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura ou Consumo e Pós-modernidade*. In: <http://geocities.yahoo.com.br/m8081/featherstone.htm>. 1995.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro. GRAAL, 1986.

GARCIA, L. F. Bernardo Sayão: homem, história, memória e mito. *Revista Estudos - Humanidades*. Goiânia: UCG. v. 29, p. 213-468, mar./2002.

GARRRIDO, J. D. A. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. *Revista Brasileira de História, Memória Histórica e Historiografia*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set. 1992/ago. 1993.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, L. P. et. al. *História de Goiás em Documentos*. Goiânia: UFG, 1994.

HABERMANS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições*: Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Col. Tópicos)

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, E; RANGER T. (orgs.) *A invenção das tradições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (Col. Pensamento Crítico, 55).

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

IBGE. *Censo Demográfico de 1960 - Goiás*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento de Estatística da População/VII Recenseamento Geral do Brasil-Série Regional. v. 1, t. 18.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, v. 36, 1958.

\_\_\_\_\_. *VIII Recenseamento Geral –1970*. Série Regional, v. 1, t. 13.

\_\_\_\_\_. *Pasta dos Municípios Goianos, Porangatu - GO*.

LANG, A. B. da S. G. *História Oral: Procedimentos e possibilidades*. São Paulo: CERU/USP, 1996.

LEFEBVRE, H. *Introdução à Modernidade*. trad. de Crysostomo de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEGOFF, Jacques. Antigo/Moderno In: *Enciclopédia Einaudi - Memória - História*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1997.

\_\_\_\_\_. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 1982.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, V. *Aos que ensinam de P. a Z*. In: BELLO, José Luiz de Paiva. Fortaleza, 2001. (Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos14.htm>>)

MEDRADO, M. Á. *Porangatu ontem e hoje*. Porangatu: Prefeitura Municipal, 1990.

NAME, S. de J. e S. *Histórico do Centro de Tradições de Porangatu*. Porangatu: Prefeitura Municipal/Gráfica e Editora Porangatu, 1981.

NUNES, E. P. *A Era Rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930 – 1961)*. Goiânia, 1984. Monografia (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas Letras, Universidade Federal de Goiás.

PALACÍN, L; MORAES, M. A S. A. *História de Goiás*. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

PACHECO, F. J. K. *Porã-Katu Goyás: políticas regionais e desenvolvimento local*. Goiânia, 2002 Monografia (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Goiás.

PEDROSO, D. M. R. *O Povo Invisível: a história dos avá-canoeiros nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: UCG, 1994.

PROJETO MEMÓRIA. *Cem anos de J.K. – 1902-2002*. São Paulo: Fundação Banco do Brasil/Odebrecht, 2002.

RIBEIRO, M. M. *Memória de Migrantes: onde viver o fazer faz o saber*. Goiânia, 2004. Monografia (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Goiás.

ROCHA, H. *Os Inquilinos da Casa Verde: Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela*. 1998.

ROCHA, L. M. *O Estado e os Índios: Goiás 1850-1889*. Goiânia: UFG, 1998.

ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil (1930-1973)* 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAYÃO, L. *Meu Pai, Bernardo Sayão*. 3. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1976.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, L. S. D. da. *A Construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: UFG, 1997.

SILVA, M. A. da. *Normas para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos na UCG: modalidades, formatação e referência*. Goiânia: UCG, 2002.

SOARES, Walquiria dos Santos. *Configuração Sócio-Espacial de Porangatu-Go*. Goiânia. 2002. Monografia (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás.

SOUZA, Cibele de; CARNEIRO, Maria Esperança. *Retrospectiva Histórica de Goiás: da Colônia à Atualidade*. Goiânia: Livraria Cultura Goiana, 1996.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WYSE, A. O.F.M. *No Coração do Brasil*. ensaio da história dos 40 anos (1943-1984) da custódia do Santíssimo nome de Jesus em Goiás. Petrópolis: Vozes 1989.

## FONTES ESCRITAS

### Jornais:

Jornal O Popular. Da série Cidades Históricas de Goiás. Porangatu – Uma cidade de Origem Lendária. Paulo Bertran. Goiânia, 27 de Outubro de 1979.

Jornal Paralelo 13. “Porangatu – porta aberta para a Amazônia” Setembro de 1968.

Jornal Folha de São Paulo. A Memória Democrática. São Paulo, 3 de março de 2002.

**Documentos:**

AGP - Arquivo Geral de Porangatu - Prefeitura Municipal de Porangatu-GO. Livros de registro de Leis e Decretos (1949-1964).

AHE - Arquivo Histórico do Estado de Goiás - Goiânia-GO. Caixa Porangatu - Única. 1891-1955. (Instrução - Ofícios - Mapas de frequência - atestados e outros); Caixa arquivo Mara Rosa - 1837-1955. (Instrução pública - 1874).

DPP - Arquivo do Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Porangatu-GO. Livros de Termo de Posse e de Compromisso (1949-1964).

IHGG - Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia-GO. Boletim Estatístico n. 41 - Dezembro de 1950 - Estatística do Ensino Primário.

IHGG - Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia-GO. Boletim Estatístico n. 50 - Novembro de 1951 - Estatística do Ensino Primário.

IHGG - Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia-GO. Pasta n. 120 - Município de Porangatu. (Recortes de Jornais e Revistas sobre a cidade de Porangatu referentes aos anos: 1968, 1979).

SEE - Secretaria do Estado da Educação. Goiânia-GO. Arquivo Setorial da Secretaria da Educação (Folha de análise dos documentos e vencimentos e Descontos) – Avenida contorno n. 1965, Setor Norte Ferroviário. Goiânia-GO.

**Revistas:**

IHGG - Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia-GO.

*Revista de Educação*. Ano XVII Jan. Fev. de 1959, n. 37, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XVII. Mai. Jun. de 1959, n. 39, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XVII. Jul. Ago. Set. de 1959, n. 40, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XVII. Out. Nov. Dez. de 1959, n. 41, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XVIII. Jan. Fev. de 1960, n. 42, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XVIII. Mar. Abr. de 1960, n. 43, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XVIII. Jan. Fev. De 1960, n. 44, Separata, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XVIII. Out. Nov. Dez. de 1960, n. 46, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XIX. Jan. Fev. Mar. de 1961, n. 47, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XIX. Abr. Maio. Jun. de 1961, n. 48, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XIX. Jul. Ago. Set. de 1961, n. 49, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XIX. Out. Nov. Dez de 1961, n. 50, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XX. Jan. Fev. Mar. Abr. de 1962, n. 51, Goiânia-GO.

\_\_\_\_\_. Ano XX. Mai. Jun. Jul. Ago. de 1962, n. 52, Goiânia-GO.

## FONTES ORAIS

### Entrevistas:

1. Alice Bueno Teixeira Lopes, 49 anos, natural de Rialma-GO. Foi uma das professoras pioneiras no Ensino Médio em Porangatu. Atualmente, é professora de Matemática da rede Estadual de Ensino. Entrevista realizada em 20/02/04.
2. Aldeni Pereira Noleto, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Foi aluna do Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira na década de 1950. Atualmente, é escritora, artista plástica, professora e diretora da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da qual a mesma é fundadora. Entrevista realizada em 09/10/03.
3. Alzira Pereira Furtado, 85 anos, aposentada, natural de Porangatu-GO. Filha de uma das famílias pioneiras na cidade. Estudou na Casa de Instrução Pública em meados da década de 1930. Dedicou-se, ao longo de sua vida, aos afazeres domésticos e à criação de seus filhos. Entrevista realizada em 22-03-04.
4. Doutora Ana Braga, 81 anos, natural de Peixe-TO. Estudou na Casa de Instrução Pública em meados da década de 1930. Desempenhou, ao longo de sua vida, diversas atividades, entre elas professora, advogada, primeira vereadora eleita em Goiânia, deputada estadual, primeira-dama de Porangatu (1977-1983). Lutou pela implantação do

curso ginásial e médio na cidade de Porangatu. Atualmente reside em Goiânia. Entrevista realizada em 25/03/04.

5. Ana Maria Pinheiro, 53 anos, natural de Carolina-MA. Chegou em Porangatu em 1958. Foi aluna da Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima em finais da década de 1950 e início da década de 1960. Atualmente, é professora aposentada da rede estadual, e professora da rede particular de Língua Inglesa. Entrevista realizada em 11/10/03.
6. Antonia Darci, 61 anos, natural de Tupaciguara-MG. Chegou à região em início da década de 1950 e cursou, neste período, o ensino fundamental na zona rural. Dedicou-se ao longo de sua vida aos afazeres domésticos e à criação dos filhos. Entrevista realizada em 23/03/04.
7. Apuram Pereira de Oliveira, 61 anos, natural de Porangatu-GO. Filho de família tradicional da região, assistiu as transformações da cidade durante a construção da rodovia Belém-Brasília. Exerceu diversas atividades ligadas à política, dentre elas a função de vereador. Atualmente, é agropecuarista. Entrevista realizada em 26/02/04.
8. Benedita César Martins, 55 anos, natural de Porangatu. Filha de família tradicional da região, foi aluna do Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira em finais da década de 1950. Atualmente, é professora aposentada da rede Municipal, professora de Ensino Superior da UEG - Unidade Universitária de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 08/10/03.
9. Bolívar Domiciano da Silva, 75 anos, natural de Urutai-GO. Chega à cidade em 1953 para trabalhar na empresa de ônibus São Bento (o carro era um Ford F3, chamado de jardineira). Fazia linha Ceres – Porangatu. Presenciou as transformações que surgiram na cidade durante a construção da rodovia Belém-Brasília. Entrevista realizada em 25/02/04.
10. Clotildes José Fagundes, 68 anos, natural de Araíás-TO. Chegou à cidade em 1948. Foi aluna do Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira em meados da década de 1940. Atualmente, é professora aposentada da rede estadual de Ensino. Entrevista realizada em 30/09/03.
11. Dalva Gonçalves dos Reis, 70 anos, natural de Porangatu. Estudou na Casa de Instrução Pública em meados da década de 1940. Esposa de Vitor de Moura, dedicou-se,

juntamente com o esposo, ao comércio. Atualmente reside no Posto do Lago, município de Porangatu-GO. Entrevista realizada em 17/06/04.

12. Delzuita Gomes Pereira, Natural de Ceres-GO. Chegou à região na década de 1940. Estudou no Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira e na escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima na década de 1950. Atualmente, é professora aposentada da rede estadual. Entrevista realizada em 15/01/04.
13. Edeltes Gomides Reis, 68 anos, natural de Anápolis-GO. Chegou a Porangatu em 1955. Primeira-dama da cidade por dois mandatos (1970-1973 e 1982-1987), é professora aposentada da rede estadual de ensino. Entrevista realizada em 10/10/03.
14. Euclides de Sousa, popular “Goianinho”, 31 anos, natural de Porangatu-GO. Escritor e vereador. Entrevista realizada em 22/03/04.
15. Frutuosa Fagundes Furtado, popular “Zinha”, 68 anos, natural de Porangatu-GO. Estudou no Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira na década de 1940. Atualmente, é professora aposentada da rede estadual de ensino. Entrevista realizada em 05/10/03.
16. Iodete de Souza Borges, 78 anos, natural de Grajaú-MA. Chegou à cidade em 1943, onde passa a ministrar aulas no ensino fundamental. Durante o período de 1953 a 1996 exerceu o cargo o cargo de escrivã no Cartório de Registro Civil. Presenciou a expansão da cidade e as transformações que surgiram na educação com a construção da rodovia Belém-Brasília. Entrevista realizada em 10/10/03.
17. Ivanilde Pereira de Almeida Sales, 60 anos, natural de Pituba-BA. Reside na cidade desde 1959. Foi aluna da escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima. Professora pioneira no ensino médio na cidade. Atualmente, é professora aposentada de História da rede estadual de ensino. Entrevista realizada em 01/10/03.
18. Izolina Martins Costa, 67 anos, natural de Porangatu-GO. Filha de família pioneira na região. Professora pioneira no curso ginásial da cidade. Atualmente, é professora aposentada da rede estadual de ensino. Entrevista realizada em 07/10/03.
19. João Gonçalves dos Reis, 77 anos, natural de Porangatu-GO. Filho de família pioneira na região, assistiu o desenvolvimento urbano, cultural e educacional da cidade. Exerceu,

na cidade, as funções de farmacêutico e de prefeito por dois mandatos (1970-1973 e 1982 -1987). Além de agropecuarista, atualmente dedica-se a pesquisas relacionadas à História do Município. Entrevista realizada em 27/02/03.

20. José de Carvalho Borba Júnior, 83 anos, natural de Balsas-MA. Chegou à cidade em 1945, onde exerceu a função de professor e diretor no Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira. Atualmente, é farmacêutico aposentado. Entrevista realizada em 19/02/04.
21. Maria Áurea Medrado, 61 anos, natural de Petrolina-GO. Chegou à cidade na década de 1970, e exerceu as funções de professora do ensino médio e de secretária da Educação do Município. Atualmente, é professora de História aposentada da rede estadual de ensino e da UEG- Universidade Estadual de Goiás- Unidade de Porangatu. Reside em Goiânia, onde exerce, na Secretaria Estadual de Educação, o cargo de gerente da Secretaria Geral. Entrevista realizada em 29/03/04.
22. Maria Doralice Nepomuceno Barbosa, 45 anos, natural de Porangatu-GO. Estudou no Grupo Escolar Dona Gercina Borges Teixeira na década de 1960. Atualmente, é professora aposentada da rede estadual de ensino fundamental e médio. Professora de Ensino Superior na UEG- Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Porangatu. Entrevista realizada em 19/02/04.
23. Maria Efigênia Caleman, 54 anos, natural de Piedade de Ponte Nova-MG. Chegou à cidade em meados da década de 1960. Exerceu na educação as funções de professora, secretária e diretora de curso ginásial e médio. Atualmente encontra-se aposentada pela rede estadual de ensino. Entrevista realizada em 20/02/04.
24. Maria de Fátima Inácio, natural de Ipameri-GO, 64 anos. Aluna da Escola Particular do Velho Zeca em finais da década de 1940. Professora pioneira na Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima. Atualmente, é Auxiliar do Cartório do Segundo Ofício. Entrevista realizada em 16/02/04.
25. Maria Helena Pinheiro, 50 anos, natural de Tremembé da Cantareira-SP. Chegou a Porangatu em 1958, onde foi aluna na Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima. Atualmente, é professora aposentada de História da Rede Estadual de Ensino e ministra aulas para cursos pré-vestibulares na rede particular de ensino. Entrevista realizada em 11/10/03.

26. Maria Nepomuceno de Sousa, natural de São José do Duro, atual Dianópolis-TO, 81 anos. Chegou à cidade em 1926, onde estudou na Casa de Instrução Pública com a Professora Orfilena Arruda Matos. Dedicou-se, ao longo de sua vida, aos afazeres domésticos e à criação dos filhos. Entrevista realizada em 19/02/04.
27. Nelito Fagundes Furtado, natural de Porangatu-GO, 75 anos de idade. Filho de família pioneira na região, estudou na escola particular do Velho Zeca em finais da década de 1930. Atualmente, é funcionário público aposentado pela Secretaria da Fazenda. Entrevista realizada em 16/02/04.
28. Raimundo Francisco Sales, 66 anos, natural de Balsas-MA. Chegou à região em 1949, fixando-se em Pedro Afonso. No ano de 1953, mudou-se para a cidade de Porangatu, onde exerceu a função de agrimensor, cargos ligados à política e de professor de História da rede estadual de ensino. Atualmente, é professor de História do Ensino Médio. Entrevista realizada em 02/10/03.
29. Raul Belém, 67 anos, natural de Natividade-TO. Chegou à cidade na década de 1950. Presenciou as transformações que surgiram na cidade com a construção da rodovia Belém-Brasília. Atualmente, é funcionário público aposentado. Entrevista realizada em 05/10/03.
30. Vilmar Rodrigues Batista, 57 anos, natural de Porangatu-GO. Filho de família pioneira na região, estudou na Escola Batista na década de 1950. Religioso franciscano e sacerdote, reside atualmente em Anápolis GO. Entrevista realizada em 29/09/03.
31. A entrevistada não permitiu que o seu nome fosse revelado, porém autorizou a utilização de sua fala. Entrevista realizada em 18/02/04.

### **Colaborações:**

1. Dr. Herculano Pinto Siqueira – Proprietário do Posto HS, antigo Posto Shell. Informações e fotografias.
2. Edie Pacheco – Artista plástico. Fotografias e jornais
3. Eliene Rodrigues Rocha Tavares – Chefe de Divisão de Protocolo e Arquivo de Porangatu-GO.

4. Euclides de Sousa, popular “Goianinho”, 31 anos, natural de Porangatu-GO – Escritor e vereador. Jornais e informações.
5. Fernanda Itair Oliveira Marques, 19 anos, natural de Porangatu-GO – Designe.
6. Francisca P. do Nascimento, 78 anos. Fotografias e informações. 17/03/04.
7. Josélia Rodrigues de Oliveira, 58 anos, natural do Peixe-TO – Professora de História aposentada pela rede estadual de ensino. Fotos e informações. 24/06/04.
8. Maria Aparecida Vecentin Macedo – Professora da rede estadual de ensino e da Universidade Estadual de Goiás. Livros de História
9. Nilza Rodrigues Cavalcante, natural de Porangatu-GO – professora aposentada da rede estadual de ensino. Fotografias e informações.
10. Rosângela – funcionária do Arquivo Setorial da Secretaria de Educação – Goiânia-GO.
11. Rui Rodrigues, natural de Porto Nacional-TO. 77 anos, Secretário da Educação de 1961 a 1964. Entrevista concedida em 27/05/04.
12. Vilma Venância, 50 anos, natural de Jaraguá-Go. Residiu nesta região desde sua infância e presenciou as várias fases de construção da rodovia Belém-Brasília. Professora de Geografia da rede estadual e da UEG – Unidade Universitária de Porangatu. Informações fornecidas em 08/10/03.

## **ANEXOS**

## UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. MARIA HELENA DE OLIVEIRA BRITO

MESTRANDA: EDNA LEMES MARTINS PEREIRA

## ROTEIRO PARA ENTREVISTAS:

NOME:

DATA DE NASCIMENTO:

NATURALIDADE:

MORA NA CIDADE DESDE:

PROFISSÃO:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

**I PARTE:**

1. O que você sabe sobre o surgimento de Porangatu. Fale um pouco sobre o processo de ocupação e mineração ocorrido na região.

**II PARTE:**

2. Sobre a sua história educacional; em que período você começou a estudar? E em quais escolas você estudou? Quem eram os professores e que formação tinham? Que metodologia e recursos didáticos utilizavam? Como eram as aulas e sua duração?
3. Como eram distribuídos os conteúdos, (matéria, disciplina, livros)
4. Como era o espaço escolar?
5. Qual a faixa etária dos alunos?
6. Como era a Política Educacional neste período? qual órgão mantinha a escola?

**III PARTE:**

7. Você presenciou o início da construção da rodovia Belém-Brasília em Porangatu? como era a cidade e a educação antes e durante este período?
8. Que tipo de transformações e inovações ocorreram na cidade e na educação porangatuense neste período?
9. Que escolas foram criadas e quais influências da educação na sociedade?
10. Quem eram os professores e que formação tinham? Que metodologia e recursos didáticos utilizavam? Como eram as aulas e sua duração?
11. Como eram distribuídos os conteúdos, (matéria, disciplina, livros)
12. Como era o espaço escolar?
13. Qual a faixa etária dos alunos?
14. Como era a Política Educacional? E qual órgão mantinha a escola?
15. Você caracteriza as transformações e a expansão na educação na década de 1950 como resultantes da construção da rodovia?

## CARTA DE CESSÃO

Local:.....

Data:.....

Eu,..... Portador(a) do R. G. nº  
..... SSP-..... declaro para os devidos fins que cedo os direitos de  
minha entrevista, gravada no dia ..... do mês de ....., de 200....., para Edna  
Lemes Martins Pereira, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e  
citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações  
a terceiros, ficando vinculado o controle a quem tiver a guarda da entrevista.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

---

Entrevistado